



**COMISSÃO DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

CCTCI

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2019**



Brasília
2020





Fase 1 - Aprovação AST

Se aprovado não tem nenhuma
impacto negativo nas outras fases

Fase 2 - Planos Locais

Assimilação de todos os municípios e
planos para Comissão Estadual

Fase 3 - Operações

Monitoramento de recursos para o
Programa Especial e para o
Desenvolvimento Econômico e
Social da Comunidade onde o CEA
está incubando



ALVARO BRUNO ANDRÉO CYRUS
2020

OWEN
2020

ALVARO BRUNO ANDRÉO CYRUS
2020

MESA DIRETORA BIÊNIO 2019-2020

Presidente

Rodrigo Maia (DEM-RJ)

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

2º Vice-Presidente

Luciano Bivar (PSL-PE)

1ª Secretária

Soraya Santos (PL-RJ)

2º Secretário

Mário Heringer (PDT-MG)

3º Secretário

Fábio Faria (PSD-RN)

4º Secretário

André Fufuca (PP-MA)

1º Suplente

Rafael Motta (PSB-RN)

2ª Suplente

Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º Suplente

Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º Suplente

Assis Carvalho (PT-PI)

Diretor-Geral

Sergio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

SUMÁRIO

Apresentação	7
Membros Titulares	10
Membros Suplentes	16
Destaques da CCTCI	22
Garantia de recursos para C&T	78
Audiências Públicas e Seminários	82
Grupo de Trabalho e Subcomissões	174
Outros Eventos	182
CCTCI em Números	186
Eventos	187
Proposições aprovadas	188
Proposições rejeitadas	189
Proposições na CCTCI em 2019	190
Requerimentos	191
Pareceres aprovados	225
Emendas orçamentárias aprovadas pela CCTCI	274
Prontas para pauta	276
Aguardando parecer do relator	279
Aguardando designação de relator	286
Aguardando emendas	287
Aguardando emendas ao substitutivo	287
Aguardando vistas	288
Outras situações	289
Equipe Técnica	292

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente

Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)

1º Vice-Presidente

Márcio Jerry (PCdoB-MA)

2ª Vice-Presidente

Angela Amin (PP-SC)

Diretor Legislativo

Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

Diretor do Departamento de Comissões

Wagner Soares Padilha

Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes

Robson Luiz Fialho Coutinho

Secretário-Executivo

David Chaves Simões de Oliveira

EXPEDIENTE

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Gabriel Vieira

Fotos

Agência Câmara Notícias
Alexandre de Abreu Amarante
Sasha Yasmine Jerez Libuy Miranda
Thiago Rodrigues

Texto e edição

Agência Câmara Notícias
David Chaves Simões de Oliveira
Maria Gorette da Silva Pessoa
Eduardo Nunes dos Santos
Luciana Dantas Mariz
Priscilla Chaddad Raineri
Sandra Gaviano
Sasha Yasmine Jerez Libuy Miranda



Apresentação

Concluído o meu mandato como presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados, é com grande satisfação que apresento este relatório, no qual se evidencia o profícuo ano de trabalho do colegiado. Com efeito, como demonstrado nas páginas a seguir, os debates e as votações realizados ao longo de 2019 representaram importante contribuição para o avanço nas áreas de atuação da CCTCI, o que justifica o sentimento do dever cumprido.

Ao todo, foram 23 reuniões deliberativas realizadas, com um total de 394 proposições deliberadas, entre projetos de lei, projetos de decreto legislativo, propostas de fiscalização e controle, emendas orçamentárias, requerimentos e atos de outorga e renovação de outorga para a prestação dos serviços de rádio e televisão (TVRs). O número de deliberações – maior do que o verificado em todos os demais anos da legislatura passada – demonstra o grau de engajamento de todos os membros da comissão, mas, por si só, não

é capaz de atestar a importância ou a qualidade do que foi debatido no colegiado.

Foram apreciadas proposições tratando de assuntos diversos e importantes, dentre os quais podemos destacar:

- I. Proibição de contingenciamento orçamentário dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT);
- II. Incentivos fiscais para empresas do setor de tecnologia da informação e comunicação;
- III. Isenção de taxas para serviços de emergência e segurança pública;
- IV. Expansão obrigatória de cobertura telefônica;
- V. Prazo para instalação de bloqueadores de sinais de telecomunicação nos estabelecimentos penitenciários;
- VI. Limite de fidelização em contratos de serviço a 12 meses;
- VII. Proteção aos pesquisadores em suas atividades de pesquisa; e
- VIII. Franquia de consumo nos planos de banda larga.

Quanto aos atos de renovação e outorga de prestação de serviços de radiodifusão, a CCTCI, órgão temático regimentalmente incumbido da análise de mérito desses processos, aprovou

o Ato Normativo nº 1/2019, estabelecendo novos parâmetros para a apreciação das TVRs. A nova metodologia preserva a transparência e a qualidade do exame dos processos de radiodifusão pelo colegiado, ao tempo que permite importante simplificação dos procedimentos de análise desses atos, conferindo maior dinamismo aos trabalhos da comissão nos anos vindouros.

Há que se destacar, também, as inúmeras audiências públicas, seminários e eventos por nós realizados. Em relação às audiências, foram promovidas 28 no decorrer do ano, o que possibilitou a participação de diversos órgãos da Administração Pública, com destaque para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – cujo titular, ministro Astronauta Marcos Pontes, esteve presente três vezes na comissão –, além de entidades, associações e especialistas, representando os mais variados segmentos da sociedade civil organizada.

Nessas ocasiões, deu-se visibilidade a diferentes pontos de vista, representando o processo democrático com o emprego da ampla defesa dos temas e o contraditório em benefício da sociedade, assim como a ações programadas ou em curso, relacionados a temas que despertaram grande atenção dos brasileiros, como por exemplo:

- I. Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos para uso comercial da Base de Alcântara (MA);

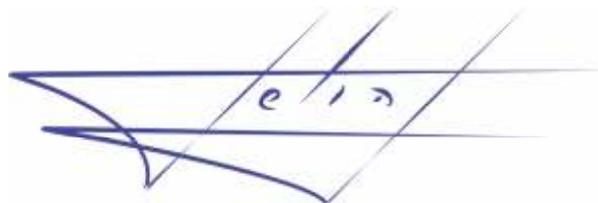
- II. Situação orçamentária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- III. Regulamentação do uso de patinetes elétricos;
- IV. Tecnologia 5G;
- V. Internet das coisas;
- VI. Inteligência artificial e proteção de dados pessoais;
- VII. Crimes cibernéticos; e
- VIII. Papel dos bancos públicos no fomento à ciência, tecnologia e inovação.

Destaco, ainda, um importante marco no desenvolvimento da ciência e tecnologia em nosso país, qual seja, a rejeição do veto presidencial a trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020, assim impedindo o contingenciamento de recursos nessa área. A derrubada do veto representou a grande conquista de não termos recursos destinados à ciência e tecnologia bloqueados.

Ainda há muito a avançar, é verdade, mas os resultados alcançados não podem ser desconsiderados. Resultados estes que só foram possíveis graças ao interesse, ao empenho, ao espírito público e às valiosas contribuições de todos os envolvidos, que, por meio do debate democrático e da busca de conciliação, atuaram no sentido de promover o desenvolvimento da

ciência, tecnologia e inovação no país, de modo a impulsionar a competitividade e a economia, assim como melhorar a qualidade de vida da população e reduzir as desigualdades sociais.

Agradeço primeiramente a Deus pela serenidade na condução dos trabalhos, aos deputados do meu partido que confiaram a mim indicação para presidir esta importante comissão, a todos os membros da CCTCI, aos convidados que estiveram conosco na discussão de temas por vezes extremamente complexos e a todos que apoiaram o nosso trabalho. Não poderia deixar de lembrar o incansável auxílio do primeiro vice-presidente, deputado Márcio Jerry, e da segunda vice-presidente, deputada Angela Amin, na coordenação das atividades do colegiado. Por fim, desejo aos que farão parte desta comissão na próxima sessão legislativa sucesso na inesgotável tarefa de encontrar soluções e caminhos para os campos da ciência, tecnologia, comunicações e informática do nosso país, essenciais para o desenvolvimento que todos almejamos.



Félix Mendonça Júnior

PDT-BA



MEMBROS TITULARES



Presidente:
Deputado Félix Mendonça Júnior
PDT-BA



1º Vice-Presidente:
Deputado Márcio Jerry
PCdoB-MA



2ª Vice-Presidente:
Deputada Angela Amin
PP-SC





Alex Santana
PDT-BA



André de Paula
PSD-PE



André Figueiredo
PDT-CE



Bibo Nunes
PSL-RS



Carlos Chiodini
MDB-SC



Cezinha de Madureira
PSD-SP



Cleber verde
Republicanos-MA



Daniel Tzeciak
PSDB-RS



David Soares
DEM-SP





Fábio Reis
MDB-SE



General Peternelli
PSL-SP



Gervásio Maia
PSB-PB



Julio Cesar Ribeiro
Republicanos-DF



Gustavo Fruet
PDT-PR



Hélio Leite
DEM-PA



Loester Trutis
PSL-MS



Luiza Erundina
PSOL-SP



Margarida Salomão
PT-MG



Paulo Magalhães
PSB-BA



Roberto Alves
Republicanos-SP



Rodrigo Agostinho
PSB-SP



Ronaldo Martins
Republicanos-CE



Sâmia Bomfim
PSOL-SP



Ted Conti
PSB-ES



Vinicius Poit
Novo-SP



Vitor Lippi
PSDB-SP



Zé Vitor
PL-MG

Composição em 21/12/2019





MEMBROS SUPLEMENTES



Afonso Motta
PDT-RS



Alencar Santana Braga
PT-SP



Beto Faro
PT-PA



Bilac Pinto
DEM-MG



Capitão Wagner
PROS-CE



Carlos Jordy
PSL-RJ



Celina Leão
PP-DF



Coronel Chrisóstomo
PSL-RO



Daniel Freitas
PSL-SC



Domingos Neto
PSD-CE





Dr. Frederico
PATRIOTA-MG



Eduardo Cury
PSDB-SP



Felipe Rigoni
PSB-ES



Fernanda Melchionna
PSOL-RS



Fernando Rodolfo
PL-PE



Gilberto Abramo
Republicanos-MG



Jandira Feghali
PCdoB-RJ



JHC
PSB-AL



João H. Campos
PSB-PE



Luis Miranda
DEM-DF



Jorge Braz
Republicanos-RJ



Laercio Oliveira
PP-SE



Lauriete
PL-ES



Lídice da Mata
PSB-BA



Luisa Canziani
PTB-PR



Marco Bertaiolli
PSD-SP



Marcos Aurélio Sampaio
MDB-PI



Margarete Coelho
PP-PI



Natália Bonavides
PT-RN



Paulo Abi-Ackel
PSDB-MG



Paulo Eduardo Martins
PSC-PR



Paulo Freire Costa
PL-SP



Paulo Ganime
NOVO-RJ



Professor Israel Batista
PV-DF



Renata Abreu
PODE-MG



Rodrigo de Castro
PSDB-MG



Rui Falcão
PT-SP



Ruy Carneiro
PSDB-PB



Silas Câmara
Republicanos-AM



Tabata Amaral
PDT-SP



Tiago Dimas
Solidariedade-TO

Composição em 21/12/2019





**DESTAQUES
DA CCTCI**



13 de março de 2019

Eleição da Mesa

A CCTCI elegeu, por unanimidade, o deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA) para comandá-la em 2019. Deputado federal desde 2011, o parlamentar substituiu o deputado Goulart (PSD-SP), ocupante do cargo no ano anterior.

Natural de Itabuna (BA), o deputado Félix Mendonça Júnior é formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia. Como deputado, em 2014, foi líder da bancada do PDT na Câmara e, em 2015, presidente da Comissão de Cultura. Integrou várias comissões permanentes, como as de Constituição e Justiça;

de Finanças e Tributação; de Minas e Energia; e de Segurança Pública, além da própria CCTCI, em 2011. Atuou ainda no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e no Centro de Estudos e Debates Estratégicos.

Na mesma reunião também foi eleito, por unanimidade, o deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA) para o cargo de 1º vice-presidente da Comissão, e, no dia 27 de março de 2019, a deputada Ângela Amin (PP-SC), para o cargo de 2ª vice-presidente.

22 de maio de 2019

Acordo entre Brasil e Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação



Deputado Eduardo Cury

A CCTCI aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 1.019/18, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que contém o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017.

Segundo o relator, Eduardo Cury (PSDB-SP), "O Acordo que estamos analisando no momento é abrangente o suficiente para englobar todas as áreas do conhecimento. Esta possibilidade, dita de

"guarda-chuvas", se faz necessária como forma de tornar o instrumento duradouro, uma vez que a fronteira do conhecimento é mutante e cada vez mais complexa".

O projeto obteve pareceres aprovados pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e foi aprovado pelo Plenário da Casa.

29 de maio de 2019

Participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação



Deputado Luis Miranda

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 190/2019, de autoria do deputado Roberto de Lucena (Pode-SP), que cria novas condições para a participação de crianças e adolescentes em espetáculos públicos e em concursos de beleza.

O texto foi aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), que passa a exigir: autorização expressa dos pais ou responsáveis; comprovação de matrícula e frequência escolar mínima prevista na Lei de Dire-

trizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96); e compatibilidade de atividades, horários, instalações e recursos humanos com a sanidade, a segurança e o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social da criança ou do adolescente.

O projeto determina ainda que o menor de 14 anos esteja sempre acompanhado dos pais ou responsáveis, sendo exigida autorização judicial para a participação no evento desacompanhado.

O texto aprovado prevê multas tanto para o contratante (de até R\$ 50 mil) quanto para os pais (de até R\$ 10 mil) para o caso de descumprimento das condições estabelecidas. A proposta determina que esses valores serão corrigidos pela Selic e revertidos para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estadual ou municipal, conforme a abrangência da divulgação.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será ainda analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Venda de novas linhas telefônicas por operadora mal avaliada



A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 4.108/12, do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que suspende a venda e a habilitação de novas linhas telefônicas pelas operadoras que oferecem serviço de má qualidade.

A medida também determina que as chamadas interrompidas por problemas da operadora serão refeitas gratuitamente.

Para o relator, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), "A Anatel está atenta a estes

problemas e vem agindo no sentido da boa adequação do sistema e também da defesa do consumidor".

Dessa forma, recomendou a rejeição da matéria com o argumento de que cabe à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras, podendo aplicar sanções, inclusive a suspensão temporária.

O relator ressaltou ainda que a regulamentação do serviço móvel de telefonia também possui mecanismos de compensação ao usuário em caso de interrupção da prestação de serviço, o que normalmente se dá com crédito ou descontos nas faturas seguintes.

O projeto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de seguir para o Plenário. A proposta perdeu o caráter conclusivo por ter recebido pareceres divergentes nas duas comissões de mérito que a analisaram – uma a aprovou e outra a rejeitou.



05 de junho de 2019

Contingenciamento de fundo de pesquisa científica



A CCTCI aprovou o Projeto de Lei Complementar 78/19, de autoria do deputado Bilac Pinto (DEM-MG), que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei Complementar 101/00) para proibir o contingenciamento orçamentário dos recur-

sos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT).

Para o autor da proposta, os recursos para programas de desenvolvimento científico e tecnológico devem ter tratamento distinto. “Todo o equilíbrio fiscal pode ser considerado uma fraude se for obtido à custa da deterioração dos programas científicos e tecnológicos, sobre os quais repousa o futuro do Brasil”, disse.

De acordo com o relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), que recomendou a aprovação, as “interrupções nos montantes de recursos previstos no Orçamento para atividades de pesquisa e desenvolvimento comprometem, em última análise, o desenvolvimento econômico e social do país”.

A proposta ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.



Expansão obrigatória de cobertura telefônica



Deputado Gustavo Fruet

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 292/2015, do deputado Valmir Assunção (PT-BA), que obriga as futuras concessões de telefonia fixa ou celular a expandir a área de cobertura para atender, em até quatro anos após o início da prestação do serviço, todas as localidades dos municípios incluídos na área de outorga, seja urbana ou rural. O texto altera a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97).

O texto foi aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado Gustavo Fruet (PDT-PR). De acordo com o substitutivo, a regra de expansão deverá estar prevista nos novos leilões, conforme

regulamentação definida pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O texto original previa a regra tanto para as atuais operadoras, como para as futuras vencedoras de licitações.

“Os aperfeiçoamentos permitem expandir a cobertura de telefonia móvel às áreas rurais sem incorrer em quebras contratuais”, disse o parlamentar.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



3 de julho de 2019

Cobrança de ligação telefônica por chamada



Deputado Vitor Lippi

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 5.128/2013, do deputado Dimas Fabiano (PP-MG), que determina a cobrança de ligações telefônicas por chamada, não por minuto de ligação.

Para o relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), a proposta engessa o modelo de tarifação das operadoras privadas, que convivem com a liberdade de cobrança desde as privati-

zações dos anos 1990. O deputado acrescentou que a proposta poderia trazer benefícios no curto prazo para os usuários, mas ao longo do tempo haveria diminuição dos investimentos, queda da qualidade, aumento das tarifas e do valor da assinatura básica.

Disse ainda que a obrigatoriedade de cobrança por chamada pode inviabilizar novos modelos de negócios, como, por exemplo, a cobrança não pelas ligações, mas pelo volume de dados de internet contratado.

“Embora a proposta pareça benéfica ao consumidor, ao tarifar por chamada qualquer tempo que durar uma ligação, é preciso avaliar que haverá uma cobrança injusta àqueles que usam pouco quando comparados aos que usam muito, ou seja, uma cobrança desproporcional”, concluiu o relator.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora pelas comissões de Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania.



Isenção de taxas para serviços de emergência e segurança pública



A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 9.544/2018, do Senado Federal – Lasier Martins (PSD-RS), que isenta os serviços públicos de emergência e de segurança pública (como Defesa Civil, Samu e guardas municipais) da cobrança do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) e da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

O texto foi aprovado na forma de substitutivo apresentado pela relatora, Renata Abreu (Pode-SP). Segundo a deputada, “não há sentido

em cobrar taxas de licenciamento da própria administração ou de serviços essenciais”.

O texto incluiu entre os beneficiários dessas isenções as “small cells”, que são as estações rádio base de baixa potência (até 5 Watts) utilizadas pelas operadoras de telefonia para melhorar o sinal de celular em áreas pequenas e com muitos usuários, como em espetáculos ou em locais confinados ou, ainda, em instalações temporárias.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



3 de julho de 2019

Emendas à LDO



Presidente: Félix Mendonça Júnior e Vice-Presidente: Márcio Jerry

A CCTCI aprovou no dia 03 de julho as emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2020.

A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro

subsequente, e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

A LDO estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para



as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regulamenta as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos.

Entre as 21 sugestões de emendas de meta e as 16 sugestões de emendas de texto apresentadas pelos membros da Comissão, o colegiado escolheu contemplar as emendas de meta: (1) Bolsa para pesquisas no CNPq. (Programa: 2021 Ação: 00LV) e (2) Pesquisa Voltada para Geração de Conhecimento e Inovação Tecnológica no Setor Agropecuário (Programa: 2021 Ação: NOVA); e as seguintes emendas de texto que (1) Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis) ações para o desenvolvimento científico, tecnológico, pesquisa e inovação: Ações para desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação (art. 218 caput e § 1º, da Constituição Federal); (2) Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis) ações para o desenvolvimento científico, tecnológico, pesquisa e inovação (Seção II - Demais despesas ressalvadas, conforme o Art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101 de 2000): Despesas com as Ações vinculadas

à Função Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; (3) Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis) recursos da Embrapa: Despesas com ações de Pesquisas e Desenvolvimento e de Transferência de Tecnologias vinculadas ao Programa 2042 – Pesquisa e Inovações para a Agropecuária, relacionadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; (4) Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis) Recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust): Ações do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust); e (5) Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis) recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT: Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.



Bloqueador de celular empresídeos



Deputado Luis Miranda

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei Complementar 470/2018, do Senado Federal - Eunício de Oliveira (PMDB-CE), que fixa prazo de 180 dias para a instalação de bloqueadores de sinais de telecomunicação nos estabelecimentos penitenciários.

O texto foi aprovado em forma de substitutivo do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), ao projeto original, que permitia apenas aos órgãos gestores do sistema prisional bloquear a comunicação. O deputado incluiu a possibilidade de a empresa responsável pela instalação e operação do bloqueador de sinal ter acesso às informações necessárias para impedir a comunicação telefônica. Essa empresa deverá ser indicada pela gestora do sistema penitenciário.

Para o deputado Luis Miranda, “a desativação do serviço de telefonia móvel deve ficar sob escopo de atuação daquelas empresas que já o fazem, atuando especificamente neste ramo, e de forma terceirizada pelo poder público”.

Dessa forma, retirou do projeto o dispositivo que condicionava as novas outorgas de telecomunicação à instalação, ao custeio e à manutenção dos bloqueadores pelas empresas.

A comissão também rejeitou proposta apensada (PLP 345/17), que previa a instalação de bloqueadores para novos presídios a serem construídos. Para o deputado Luis Miranda, a medida é insuficiente para solucionar a questão e resolve apenas uma parte do problema. “Não resolve, entretanto, a maior parte dele, qual seja, o que fazer com todos os presídios já existentes”, avaliou.

A proposta tramita em regime de urgência e ainda será analisada pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Finanças e Tributação, para posteriormente serem apreciadas pelo Plenário da Câmara.



14 de agosto de 2019

Arrecadação e aplicação dos recursos dos fundos das telecomunicações



Deputado Vitor Lippi

A CCTCI aprovou o relatório final da Proposta de Fiscalização e Controle 38/2015, de autoria do deputado Sandro Alex (PPS-PR), para saber quanto foi arrecadado pelos fundos de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) e para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), onde os recursos foram aplicados e se a aplicação ocorreu conforme a legislação, entre outros pontos.

O relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), apresentou relatório final pelo encerramento e arquivamento da proposta. Em seu relatório, o deputado ressaltou que a análise do trabalho realizado pelo TCU em resposta a esta proposta conduziu ao entendimento de que as metas estabelecidas na proposição foram plenamente alcançadas.

A proposta será arquivada.



Pagamento parcelado de concessões de radiodifusão



A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 535/2019, do deputado Fábio Trad (PSD-MS), que permite o parcelamento anual do pagamento pela concessão, permissão ou autorização de emissoras de rádio e televisão. O valor poderá ser dividido até o fim do prazo de outorga.

Atualmente, norma do Ministério das Comunicações (Portaria 231/13) prevê que o aumento

de potência seja pago em parcela única. Com o projeto, Trad espera facilitar o pagamento das taxas pelas emissoras de rádio do país, evitando a inadimplência no setor.

O substitutivo do relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), ao projeto principal e a duas propostas apensadas, permite o parcelamento em até 120 vezes das taxas cobradas das emissoras de rádio para aumento de potência ou migração entre faixas (por exemplo, de AM para FM). O parcelamento será mensal e não poderá ultrapassar o período da outorga.

O projeto original previa o parcelamento das taxas de aumento de potência e de migração entre faixas em até 180 vezes.

De acordo com o relator, “a divisão do pagamento em 180 parcelas nos parece excessiva, pois os serviços de rádio são outorgados por um período de 10 anos, equivalente a 120 meses”.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania.



14 de agosto de 2019

Reajuste de bolsas de pesquisa



Deputada Angela Amin

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 2.290/2019, do deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que determina que os órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa reajustem anualmente os valores das bolsas concedidas.

O autor da proposta observa que o valor das bolsas não é reajustado desde 2013. Pelo texto, as bolsas concedidas deverão ser reajustadas no dia 1º de janeiro de cada ano, conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado nos 12 meses anteriores.

A relatora, deputada Angela Amin (PP-SC), recomendou a aprovação da matéria.

“O Brasil não investe em Ciência e Tecnologia um percentual de seu PIB compatível com o seu lugar de 9ª economia do mundo. Já figuramos como 6ª maior economia do planeta, mas, em decorrência de crises econômicas sistemáticas, nos últimos anos estamos perdendo posições neste ranking. Não há como caminharmos para um desenvolvimento econômico e social sustentável sem investimentos contínuos em Ciência, Tecnologia e Inovação”, avaliou.

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Educação; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.



14 de agosto de 2019

Indicação de retoque em imagem publicitária



Deputada Sâmia Bomfim

ACCTCI aprovou o Projeto de Lei 10.022/2018, do Senado Federal – Gladson Cameli (PP-AC), que obriga a identificação de retoques digitais de modelos em imagens publicitárias. A proposta vale para as alterações gráficas que aumentem ou diminuam a silhueta.

O projeto, juntamente com outros dez apensados, foi aprovado em forma de substitutivo apresentado pela relatora, deputada Sâmia Bomfim (PsoL-SP). O texto original não previa nenhum tipo de punição para quem não colocasse o aviso.

Além disso, o projeto do Senado usava o termo “fotografia”, trocado por “imagem” pela relatora, por ser um termo com sentido mais abrangente.

Segundo a deputada Sâmia Bomfim, a desenfreada busca por padrões inalcançáveis de estética tem moldado comportamentos cada vez menos recomendáveis à saúde da população. “Os publicitários estão utilizando softwares de manipulação de imagens, como Photoshop, para moldar corpos e atrair diversos nichos de mercado”, disse.

A relatora afirmou que muitos países têm condicionado essa prática às mensagens sobre o tratamento digital. “Os parlamentos consideram que a omissão destas mensagens ilude o consumidor, que fica sem saber se o efeito na publicidade decorre do uso do produto ou de edição de imagens”.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

25 de setembro de 2019

Limitação de tráfego nos planos de banda larga fixa



Deputada Angela Amin

A CCTCI rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo 343/16, do deputado Marx Beltrão (PSD-AL), que impede a limitação de tráfego nos planos de banda larga fixa (franquia de consumo dos usuários). O projeto anula resolução da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel (614/13).

A relatora, deputada Angela Amin (PP-SC), disse que cancelar a resolução da Anatel pode reduzir a transparência para o usuário, já que a norma fixa informações mínimas sobre a banda larga que devem ser de conhecimento do consumidor.

Dessa forma, considerou que a derrubada da norma poderia autorizar empresas a anunciarem planos com velocidade apenas para referência, sem se comprometer com tal plano. Segundo ela, “a aprovação resultaria em redução de direitos dos usuários de planos de serviços de acesso à internet em banda larga fixa, com potenciais prejuízos em termos de transparência e garantia de qualidade mínima dos serviços”.

A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e posteriormente pelo Plenário da Câmara.

Melhoramento genético de plantas e alimentos



Deputado Eduardo Cury

A CCTCI rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo 889/18, dos deputados Nilto Tatto (PT-SP) e Patrus Ananias (PT-MG), que susta normas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) sobre uso de condutores genéticos para melhoramento de plantas e alimentos. Essa técnica tem como objetivo permitir a simplificação e o barateamento do processo de melhoramento genético.

A proposta busca frear o uso das técnicas em plantas, por considerar que podem causar impactos negativos no meio ambiente e na saúde do consumidor dos alimentos alterados.

O relator, deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), recomendou a rejeição por considerar que o Brasil tem uma legislação moderna de biossegurança e que o CTNBio conta com corpo técnico capacitado para analisar os prós e contras de cada medida proposta.

O relator destacou que a norma que se pretende sustar é fundamental para determinar quais produtos poderão, ou não, ser chamados de organismos geneticamente modificados. Ele explicou que algumas técnicas não produzem cruzamento genético.

De acordo com o relator, “os estudos que fundamentam essa resolução prolongaram-se por três anos, e [a resolução] foi aprovada por unanimidade em sessão plenária da CTNBio. Trata-se de medida lastreada por sólida fundamentação técnica”.

A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e posteriormente pelo Plenário da Câmara.



25 de setembro de 2019

Acordo de Cooperação Antártica entre Brasil e Chile



Deputado Luis Miranda

A CCTCI aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 406/19, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, sobre o Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013.

Segundo o relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), é importante considerar que o Programa Antártico Brasileiro, o Proantar, mantém uma estação de pesquisa permanente na Antártida (Es-

tação Antártica Comandante Ferraz, EACF), para dar apoio às atividades operacionais e de pesquisa na região.

Entretanto, como o Chile tem uma proximidade geográfica com a Antártida, o país andino oferece ao Brasil pontos de apoio para as aeronaves e embarcações brasileiras que levam cientistas e pesquisadores a essa base, o que evidencia a importância da cooperação.

O acordo de cooperação, ao institucionalizar e aprofundar a cooperação entre Brasil e Chile, concorre para a evolução das atividades científicas brasileiras, e beneficia, em última instância, a sociedade brasileira, tendo em vista que o desenvolvimento tecnológico é componente necessário ao crescimento econômico e social.

O projeto obteve pareceres aprovados pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Constituição e Justiça e de Cidadania; e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e seguirá para apreciação no Plenário da Casa.



Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa



Deputado Felipe Rigoni

A CCTCI aprovou o Projeto de lei 1.872/2011, do Senado Federal – Marisa Serrano (PSDB-MS), que institui o Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano.

O texto foi aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-BA), mantendo o espírito do projeto original, mas também contribuindo para viabilizar sua implantação prática, ao adequar sua estrutura de custos às condições orçamentárias da União e ajustar as finalidades do prêmio às mais modernas tendências do setor de ciência, tecnologia e inovação.

“Vale lembrar que a iniciativa se soma a outras políticas públicas já adotadas neste país, como os incentivos fiscais e creditícios concedidos a instituições e empresas que se dedicam à pesquisa. Há também no setor privado ações como o Prêmio Nacional de Inovação, patrocinado pela CNI e Sebrae, e o Prêmio Brasil-Alemanha de Inovação Tecnológica”, avaliou Rigoni.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pelas comissões de Cultura; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.



25 de setembro de 2019

Limite de fidelização em contratos de serviço



Deputado Alex Santana

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 8.626/17, do deputado Moses Rodrigues (MDB/CE), que estabelece como abusiva a cláusula de fidelização nos contratos de prestação de serviços.

O texto aprovado na forma do substitutivo do relator, deputado Alex Santana (PDT-BA), limita a fidelização em contratos de prestação de serviço a 12 meses. Qualquer prazo superior a isso será considerado abusivo e nulo de pleno direi

to. O texto estabelece também que o cliente não poderá ser multado, ou sofrer outro tipo de penalidade, se rescindir o contrato antes do fim do prazo de fidelização.

A fidelização por apenas 12 meses vale para os serviços fornecidos a pessoas físicas, microempresas, empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI) e entidades sem fins lucrativos, como as religiosas e filantrópicas.

O relator da matéria disse que a criação de limites para a fidelização é uma questão reclamada por toda a sociedade, devido aos abusos em contratos no mercado.

Segundo o relator, “é necessário que a legislação assegure o direito de ter um limite máximo temporal de fidelização com vistas à redução de danos à parte mais vulnerável da relação, que é o consumidor”.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pela comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Liberação programada de cana transgênica



Deputado General Peternelly

A CCTCI rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo 715/17, do deputado Nilto Tatto (PT-SP), que susta a liberação programada de cana-de-açúcar geneticamente modificada para resistir a insetos.

A proposta pretende sustar a decisão da Comissão Técnica Nacional de Segurança (CTNBio). Tatto argumenta que as pesquisas não garantem a segurança da cana transgênica em relação à saú-

de e em relação ao meio ambiente. Por isso, quer rever a norma.

O relator da proposta, deputado General Peternelly (PSL-SP), manifestou-se por sua rejeição, sob o argumento de que a CTNBio está monitorando as plantações autorizadas e que não cabe pedir a sustação da norma, já que não se trata de uma regulamentação, mas de um parecer. “Nesse caso, deveria ser requerida a anulação ou suspensão do parecer que autorizou o estudo”, disse.

O deputado destacou ainda que o parecer da CTNBio envolve um experimento a campo em área com Certificado de Qualidade em Biossegurança. “A proposição invade o âmbito de atuação da CTNBio ao propor sustar uma decisão administrativa”, disse.

Após análise das comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, a matéria seguirá para o Plenário da Casa.



09 de outubro de 2019

Monitoramento contínuo de políticas públicas de acesso à internet



A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 4.851/16, do Senado Federal - senador Aníbal Diniz (PT-AC), que obriga comissões da Câmara e do Senado a realizarem, a cada dois anos, avaliações sobre a execução de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à internet no país.

Ainda segundo o texto, os resultados da avaliação e do monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet deverão ser apresentados com periodicidade máxima de um ano pelo Ministério das Comunicações e pelo Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital.

O relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), recomendou a aprovação da matéria, cujo objetivo é prestar contas à sociedade e controlar as ações do Estado, fornecendo subsídios para a fixação de metas de acesso para o ano seguinte.

“Para o desenvolvimento contínuo da sociedade brasileira, o acesso à internet precisa ser garantido com requisitos de boa qualidade e preço justo”, disse.

A proposta tramita em regime conclusivo e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Política Nacional de Promoção ao Envelhecimento Ativo



Deputado Daniel Trzeciak

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 7.347/17, de autoria do ex-deputado Lúcio Vale e demais membros do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara (Cedes), que cria Política Nacional de Promoção ao Envelhecimento Ativo, com obrigações para o poder público, meios de comunicação e para instituições cuidadoras de idosos.

O relator, deputado Daniel Trzeciak (PSDB-RS), optou por estabelecer uma política específica sobre o tema, enquanto o projeto original faz mudanças pontuais em legislações vigentes. O relator também incluiu pontos de projetos que tramitam em conjunto com este. Segundo ele, “não bastam ações para a ampliação da longevidade da população. É necessário também promover políticas que possibilitem independência e qualidade de vida aos idosos”.

Pelo texto aprovado, entre os objetivos da política estão o incentivo a programas de esporte voltados aos idosos; a prevenção do isolamento social; a capacitação para o mercado de trabalho; e o estímulo à autonomia e à socialização.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas seguintes comissões: Seguridade Social e Família; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e Constituição e Justiça e de Cidadania.



09 de outubro de 2019

Contratos de roaming obrigatórios para operadoras de celular



Deputado Márcio Jerry

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 7.786/17, do ex-deputado Fabio Garcia (DEM-MT) e do deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que obriga prestadoras de serviço de telefonia celular a celebrar acordos que viabilizem o atendimento de seus usuários por outras operadoras em municípios em que estejam na condição de visitantes – os chamados acordos de “roaming”.

O relator, deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA), recomendou aprovação com substitutivo, e afirmou que fez alterações no texto para preservar o objetivo de garantir o acesso ao serviço em qualquer município no país, mas “eli-

minando os efeitos adversos da medida sobre as empresas de telefonia móvel de pequeno porte”.

“As pequenas prestadoras são detentoras de apenas 2% dos acessos de telefonia móvel no Brasil, não seria razoável obrigar essas empresas a incorrer em custos elevadíssimos para atender uma quantidade diminuta de usuários”, disse.

Conforme o substitutivo do relator, caso a operadora não tenha êxito em celebrar acordo com qualquer das prestadoras que atuem em determinado município, ela deverá solicitar intervenção à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que decidirá sobre as condições do acordo no prazo de 90 dias da solicitação.

Pelo texto, o descumprimento das medidas previstas sujeitará os infratores às sanções previstas na Lei Geral de Telecomunicações, que vão de advertência e multa à suspensão temporária dos serviços e caducidade da licença, e às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

A proposta segue para análise conclusiva da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



09 de outubro de 2019

Conversão de multas em compromissos de investimento na expansão de redes



Deputado Vinicius Poit

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 9.951/18, do deputado Fábio Trad (PSD-MS), que permite que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) converta as multas aplicadas às operadoras de telecomunicações em compromissos de investimentos na expansão de redes, mediante a celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

O projeto prevê a suspensão temporária de comercialização do serviço móvel celular em caso de não cumprimento de qualquer das obrigações previstas no TAC.

O relator, deputado Vinicius Poit (Novo-SP), recomendou a aprovação da matéria, com emenda. A emenda deixa claro que a suspensão só poderá ocorrer com os serviços objeto do ajuste de conduta.

Segundo o relator, “seria desproporcional a aplicação de sanção de suspensão de um serviço não vinculado aos compromissos do TAC”.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



16 de outubro de 2019

Emendas à LOA



Deputado Félix Mendonça Júnior

A CCTCI aprovou, no dia 16 de outubro, as emendas da Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020. O valor total das emendas representou reforço de R\$ 778,884 milhões ao Orçamento.

Entre as 40 sugestões apresentadas pelos membros da Comissão, as quatro emendas escolhidas pelo colegiado foram:

1ª EMENDA: acrescenta na ação 00LV - formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para a pesquisa e desenvolvimento. Programa: 2204 - nacional - Valor: 300 milhões de reais (tipo: apropriação);

2ª EMENDA: acrescenta na ação 20ZR - política produtiva e inovação tecnológica. Programa: 2205 - nacional - Valor: 78 milhões e 884 mil reais (tipo: apropriação);

3ª EMENDA: acrescenta na ação 20UQ - apoio a projetos de tecnologias aplicadas, tecnologias sociais e extensão tecnológica articulados às políticas públicas de inovação e desenvolvimento sustentável do Brasil. Programa: 2208 - nacional - Valor: 200 milhões de reais (tipo: apropriação);

4ª EMENDA: acrescenta na ação 2E94 - fomento à pesquisa voltada para a geração de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores no setor agropecuário. Programa: 999X - nacional - Valor: 200 milhões de reais (tipo: apropriação).

A LOA estabelece os Orçamentos da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Na sua elaboração, cabe ao Congresso Nacional avaliar e ajustar a proposta do Poder Executivo, assim como faz com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA).



16 de outubro de 2019

Emendas ao PPA



A CCTCI aprovou, no dia 16 de outubro, as emendas da Comissão ao Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) para 2020 a 2023.

As três sugestões apresentadas foram acatadas pelo colegiado. São elas:

1ª EMENDA: propõe que no programa 2204 seja ampliada a meta do investimento público em P&D. Valor: 40 bilhões de reais;

2ª EMENDA: propõe que no programa 2208 seja ampliado o investimento privado em P&D. Valor: 100 bilhões de reais;

3ª EMENDA: propõe incluir nos investimentos prioritários do PPA a implantação e ampliação de infraestrutura para conexão à internet no campo. Valor: 200 milhões de reais.

O Plano Plurianual (PPA) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.



23 de outubro de 2019

Liberdade de pesquisa e de expressão dos cientistas



Deputada Angela Amin

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 251/19, do deputado Assis Carvalho (PT-PI), que assegura a liberdade de pesquisa e de expressão dos cientistas, ou seja, não poderá ser enquadrada como apologia ou incitação ao crime a manipulação científica, para fins lícitos, de qualquer substância ou produto, nem a manifestação sobre estudos realizados ou em andamento.

A relatora, deputada Angela Amin (PP-SC), recomendou a aprovação da matéria. Ela acredita que a lei deixará explícita a garantia da autonomia didático-científica prevista na Constituição, evitando problemas de interpretação da medida. “Em tempos em que diversas correntes pregam o

obscurantismo, é necessário deixar nossos cientistas trabalharem com autonomia, desde que respeitados os limites éticos”, defendeu.

Os padrões éticos, acrescentou, são determinados pelo próprio meio científico. “Na atualidade, não são mais aceitas investigações que realizem maus-tratos em animais ou que se utilizem de testes com pessoas em países com regulações relapsas ou incompatíveis com os direitos humanos”, observou.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



23 de outubro de 2019

Alteração de código IMEI



Deputada Angela Amin

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 1.365/19, de autoria da deputada Edna Henrique (PSDB-PB), pelo qual os equipamentos e os programas de computador que alteram o número IMEI dos aparelhos celulares somente poderão ser vendidos

com autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A proposta prevê ainda que o uso sem autorização de produtos que alteram o IMEI sujeitará o responsável a multa de R\$ 10 mil, dobrada em caso de reincidência, e apreensão dos equipamentos.

A relatora, deputada Angela Amin (PP-SC), recomendou a rejeição. “Apesar das meritorias razões, em nome da economia processual não há necessidade de apreciar a proposição”, disse a relatora, lembrando que substitutivo da comissão sobre outra proposta que trata do mesmo assunto está em fase legislativa mais adiantada, à espera de parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



06 de novembro de 2019

Mudanças nos procedimentos de análise dos processos de rádio e TV



Deputado Alex Santana

A CCTCI aprovou o Ato Normativo nº 1/2019, que estabelece novos parâmetros para a apreciação dos processos de rádio e televisão pelos membros do colegiado. A proposta aprovada é um desdobramento das ações de um grupo de trabalho criado pela CCTCI, em maio de 2019, com o objetivo de debater a atualização das normas que balizam a análise dos atos de outorga e renovação de outorga para a prestação dos serviços de rádio e televisão – as chamadas “TVR”.

O relator do grupo de trabalho, deputado Alex Santana (PDT-BA), ressaltou que o novo Ato Normativo, “ao mesmo tempo em que amplia o protagonismo da comissão no exame dos processos de radiodifusão, também simplifica os procedimentos de análise das concessões, permissões e autorizações, mantendo a transparência e a qualidade dos trabalhos da CCTCI”. O objetivo foi eliminar a duplicação de esforços e conferir mais agilidade e eficiência na apreciação das concessões, permissões e autorizações de rádio e TV pela Câmara.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Ciência e Tecnologia é o órgão temático regimentalmente incumbido da análise de mérito desses processos. É também de responsabilidade da CCTCI a edição das normas internas que norteiam o exame dos atos de outorga e renovação na comissão.

O novo ato já está em vigor.



Apoio tecnológico a microempresas



Deputado Felipe Rigoni

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 177/19, de autoria do deputado Igor Timo (Pode-MG), que destina 3% da arrecadação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para um programa de apoio à inovação tecnológica nas micro e pequenas empresas.

Trata-se da reapresentação de projeto elaborado há sete anos pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados e arquivado ao final da legislatura passada (PL 3.728/12).

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES). Ele promoveu ajustes para ade-

quar o texto aos normativos legais hoje em vigor, além de mudanças na redação.

Ao defender a aprovação do texto, o relator explicou que as micro e pequenas empresas congregam mais de 98% dos estabelecimentos no país e respondem por 53% dos postos de trabalho formais, mas que apenas 20% delas promovem ações de inovação em produtos ou processos, enquanto 60% das empresas de grande porte o fazem.

O projeto propõe a estruturação de programas de empreendedorismo, conduzidos pelos institutos federais de ensino tecnológico (Ifets), e um sistema de custeio de ações de suporte laboratorial e consultivo, mediante a oferta de recursos para equipar os centros vocacionais tecnológicos (CVTs) e prover bolsas aos professores e técnicos envolvidos com iniciativas de apoio tecnológico.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.



06 de novembro de 2019

Destinação de 20% da propaganda do governo para a mídia regional



Deputado Cleber Verde

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 1.677/15, da deputada Maria do Rosário (PT-RS), que destina às mídias regionais pelo menos 20% dos recursos para contratação de publicidade institucional ou comercial por órgãos, entidades, empresas

públicas e sociedades de economia mista das três esferas de governo.

Segundo a autora, o projeto contribuirá para a sobrevivência e o fortalecimento das mídias regionais, buscando a construção de uma mídia democrática e o fortalecimento da democracia brasileira.

O relator, deputado Cleber Verde (Republicanos-MA), recomendou a rejeição. Ele destacou que já existe farto arcabouço legal que disciplina a contratação de publicidade por instituições do governo.

“Em que pese a inquietação com o aumento da pluralidade das fontes de informação mediante o estabelecimento de uma cota para pequenas empresas da comunicação social, entendo que a medida é desnecessária”, afirmou.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



06 de novembro de 2019

Aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



Deputado Cleber Verde

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 2.020/19, do deputado Léo Moraes (Pode-RO), que prevê a aplicação de pelo menos 50% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em instituições de pesquisa das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O parecer do relator, deputado Cleber Verde (Republicanos-MA), foi favorável à proposta. Ele ressaltou que o investimento em pesquisa no Brasil já é baixo, e o panorama é mais desanimador quando se analisam as assimetrias regionais.

O relator observou que as disparidades regionais ainda assolam o Brasil – todos os estados

do Norte e Nordeste possuem PIB per capita abaixo de todos os estados das regiões Sul e Sudeste – e que o investimento em ciência e tecnologia é fundamental e indispensável para o desenvolvimento econômico sustentável.

Já aprovada pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, a proposta, que tramita em caráter conclusivo, será ainda analisada pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



06 de novembro de 2019

Envio de mensagem de texto SMS pelas operadoras de telefonia celular



Deputado Zé Vitor

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 3.307/15, do ex-deputado Marcos Soares (DEM-RJ), que veda ações de telemarketing ativo dirigidas a con-

sumidor cujo número telefônico esteja inscrito em cadastro de proibição de ofertas de bens e serviços. A desobediência à futura norma será considerada prática abusiva.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Zé Vitor (PL-MG), ao texto original, ao substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor e a um apensado. As mudanças alteram o Código de Defesa do Consumidor.

“Buscamos oferecer uma solução definitiva para resguardar os direitos dos consumidores nesta relação conflituosa com os serviços de telemarketing”, disse o relator. Ele se inspirou na iniciativa “Não me perturbe”, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que já conta com a adesão de 2 milhões de usuários.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, já foi aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Regras para veiculação de mensagens de advertência de produtos



Deputado Roberto Alves

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 3.601/19, do deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que estabelece que as mensagens de advertência sobre cigarros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, veiculadas em rádio ou televisão, serão pronunciadas pausadamente, a fim de garantir a compreensão do ouvinte ou telespectador.

Pelo texto, as mensagens não poderão ser submetidas a tratamento para acelerar ou diminuir a velocidade da locução. O tempo mínimo para a veiculação da advertência será de 2 segundos, não podendo cada sílaba ser pronunciada em menos de dois décimos de segundo.

“Os termos estabelecidos, com durações mínimas, são convergentes com as regras de boa dicção, e, uma vez estabelecidas, permitirão a locução das mensagens de forma clara e dentro de um tempo correto, nem pausado demais, nem acelerado demais”, concluiu o relator.

A proposta aprovada altera a Lei 9.294/96, que regulamenta a publicidade de produtos sensíveis. A norma também é conhecida como Lei Murad, em referência ao ex-deputado Elias Murad (MG), autor do projeto que deu origem à lei.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



06 de novembro de 2019

Incentivos ao setor de tecnologia da informação



Deputado André Figueiredo

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 4.805/19, do deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), que prevê novo modelo de incentivos fiscais para empresas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e investimentos em pesquisa e desenvolvimento desse setor.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE), ao texto original e a um apensado, que trata do Programa de Apoio ao

Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

O relator promoveu ajustes para neutralizar os efeitos do projeto nas contas públicas. Após a Emenda Constitucional 95, do teto de gastos, a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e financeiro.

O texto altera a Lei de Informática e a lei que instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

O projeto foi distribuído simultaneamente às comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania, por tramitar em regime de urgência. Foi deliberado pelo Plenário da Câmara, e aprovado pelo Senado Federal com alterações. A matéria retornou em revisão à Câmara e foi finalizada em 16/12/19, sendo encaminhada à sanção presidencial.



Transparência sobre pesquisas eleitorais

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 11.245/18, do deputado Aliel Machado (PSB-PR) e do ex-deputado João Arruda (MDB-PR), que tem o objetivo de criar uma lei específica para as pesquisas eleitorais, com regras detalhadas sobre o registro das empresas e das pesquisas, divulgação de resultados, acesso aos dados das pesquisas, impugnações e penalidades.

As pesquisas são regulamentadas atualmente pela Lei das Eleições e por normas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A principal inovação do texto está relacionada à transparência. As pesquisas serão inscritas em um sistema eletrônico à disposição da população, que também terá acesso às informações sobre o instituto de pesquisa, o valor total da pesquisa, a origem dos recursos despendidos pelo contratante e a metodologia aplicada.

Atualmente, a lei obriga que as pesquisas sejam registradas na Justiça Eleitoral, mas apenas partidos e coligações podem solicitar informações

aprofundadas sobre os levantamentos divulgados na imprensa.

O projeto recebeu parecer favorável da relatora, deputada Margarida Salomão (PT-MG), com emendas. “A proposta amplia a transparência da divulgação tanto dos resultados de pesquisas eleitorais quanto da metodologia utilizada para a sua confecção”, avaliou a parlamentar.

A relatora retirou do texto os dispositivos que tratavam da proibição de divulgação do resultado de pesquisa nos sete dias anteriores à data de realização da eleição. Isso porque em 2007 o Supremo Tribunal Federal já considerou inconstitucional (ADI 3.741-2) regra inserida na Minirreforma Eleitoral, aprovada no Congresso em 2006, que pretendia proibir a divulgação das pesquisas 15 dias antes do pleito.

O texto será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser deliberado no Plenário da Câmara dos Deputados.



12 de novembro de 2019

Direito de resposta



A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 4.336/16, da deputada Luiza Erundina (Psol-SP), que prevê direito de resposta para postagens realizadas por

usuários em aplicações de internet, como redes sociais. Para a divulgação da retratação por estes meios, deverão ser empregados os mesmos recursos utilizados para a prática do crime.

O substitutivo do relator, deputado Cleber Verde (Republicanos-MA), ao texto principal e ao apensado, preferiu fazer alterações na lei que trata do direito de resposta (Lei 13.188/15), em vez de formular uma lei em separado, como fazia o projeto original.

“Essa estratégia é oposta ao princípio da consolidação das leis, que busca promover a coesão de regras pertinentes a um mesmo tema em um único diploma legal, de modo a tornar o sistema legal brasileiro mais coeso e acessível. Desse modo, consideramos que a melhor opção seria inserir as novidades legislativas propostas pela nobre autora do projeto, inegavelmente meritórias, no texto da Lei nº 13.188/2015”, avaliou.

A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Envio gratuito de SMS para serviços de emergência



Deputado Roberto Alves

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 5.203/19, do deputado Pedro Augusto Bezerra (PTB-CE), que obriga operadoras de telefonia celular a encaminharem gratuitamente mensagens curtas de texto (chamadas torpedos ou SMS) aos serviços públicos de emergência.

Segundo o relator, deputado Roberto Alves (Republicanos-SP), outro projeto com o mesmo objetivo já foi aprovado pela Câmara dos Deputados: o PL 5.438/13, de autoria da deputada Flávia Moraes (PDT-GO).

Além disso, o relator destacou que resolução da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicada em abril de 2011 (564/11) já determina que as operadoras façam o encaminhamento gratuito das mensagens aos serviços públicos de emergência.

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



12 de novembro de 2019

Lei de Dados Abertos



Deputado André Figueiredo

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 7.804/14, do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), que cria a Lei de Dados Abertos, para garantir o acesso público aos dados primários não sigilosos produzidos, coletados ou armazenados por órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, em qualquer esfera (federal, estadual ou municipal).

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE), ao texto original e quatro projetos apensados.

Segundo o relator, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei de Acesso à Informação (LAI) e o Marco Civil da Internet (MCI) garantem a todos o direito de ser bem informado, sem viés político ou ideológico, acerca do que é produzido no setor público.

“O caminho natural é a disponibilização dos dados de forma aberta, organizada e de fácil compreensão”, destacou André Figueiredo, referindo-se às leis aprovadas. “O deputado Pedro Paulo foi bastante feliz ao criar um mecanismo central que dará uma uniformidade na disponibilização de dados abertos em todo o Brasil”, disse.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.



Conversão de outorgas de TV por assinatura em TV aberta



Deputado Alex Santana

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 3.098/19, do deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), que permite às prestadoras do Serviço Especial de Televisão por Assinatura (TVA) requerer a adaptação de suas outorgas para a prestação do serviço de TV aberta na mesma localidade.

O relator, deputado Alex Santana (PDT-BA), recomendou a aprovação da matéria com substitutivo. O texto propõe uma alteração na lei do SeAC para que as prestadoras possam virar emisoras de TV aberta. O requerimento de adaptação

será analisado pelo Poder Executivo e, depois, o ato de outorga terá de ser aprovado pelo Congresso, como é feito com outras concessões de rádio e TV.

“O projeto traz benefícios à sociedade brasileira, incentivando investimentos e assegurando a continuidade de atividades importantes à coletividade”, avaliou o relator.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



11 de dezembro de 2019

Revogação de decreto antiespionagem



Deputado Luis Miranda

A CCTCI rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo 97/19, de autoria do deputado Domingos Neto (PSD-CE), que anula a revogação de dispositivo do Decreto 8.135/13, o qual determinava que todas as comunicações do governo deveriam ser realizadas por redes de telecomunicações e serviços de tecnologia fornecidos por órgãos da própria administração pública federal.

O decreto foi revogado pelo presidente Michel Temer seis dias antes de deixar o cargo, em

dezembro de 2018. No lugar dele, assinou um outro decreto (9.637/18) instituindo a Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI).

Segundo o relator do projeto, deputado Luis Miranda (DEM-DF), Temer não agiu fora dos limites do seu poder, estabelecido pela Constituição, ao revogar o decreto. Além disso, não há nenhuma norma que obrigue o presidente a ouvir, previamente, o Conselho de Defesa Nacional (CDN) sobre assuntos de segurança do Estado.

O Decreto 8.135/13 foi editado pela então presidente Dilma Rousseff após denúncias de que o serviço secreto norte-americano havia espionado mensagens eletrônicas dela e de assessores próximos. Na época, a Telebras foi escolhida para fornecer as redes de telecomunicações e serviços de tecnologia da informação para o governo.

O projeto será analisado agora pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Depois seguirá para o Plenário da Câmara.



11 de dezembro de 2019

Alíquotas de importação de bens de capital, informática e telecomunicações



A CCTCI rejeitou o Projeto de Decreto Legislativo 468/19, de autoria do deputado José Ricardo (PT-AM), que anula portaria do Ministério da Economia a qual disciplinou a redução das alíquotas do Imposto de Importação para bens de capital e bens de informática e telecomunicações que não têm equivalente nacional.

Para o relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), a medida contribui para a modernização da indústria, que terá acesso, com meios fa-

cilitados, à tecnologia de vanguarda existente no exterior. “A desoneração de equipamentos importados direcionados a empreendimentos produtivos é parte de uma estratégia econômica que visa aumentar a competitividade do setor produtivo”, disse.

O projeto será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para o Plenário da Câmara.



11 de dezembro de 2019

Cobertura obrigatória de celular em rodovias e todas as áreas urbanas



Deputado Julio Cesar Ribeiro

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 3.531/15, de autoria do deputado Afonso Hamm (PP-RS), que determina que os novos editais de licitação para a prestação de telefonia móvel estabeleçam a obrigatoriedade de cobertura em toda a extensão de rodovias pavimentadas e em todas as áreas urbanas dos distritos dos municípios.

A proposta foi aprovada na forma de substitutivo do relator, deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF), ao projeto principal e aos apensados (PL 4.377/16 e PL 4.921/16).

O texto assegura às prestadoras de telecomunicações utilizar recursos do Fundo de Univer-

salização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para essa finalidade e proíbe que as operadoras cobrem custos adicionais, incluindo roaming, pela conexão ou uso dos serviços.

“A cobertura do sinal de celular nas estradas é demanda antiga da população e vem sendo continuamente protelada, tanto pelas empresas, quanto pelas autoridades responsáveis”, afirmou o relator. “Os serviços continuam sendo prestados apenas na proximidade das sedes dos municípios, isto é, apenas nas localidades mais rentáveis”, complementou.

O texto altera a Lei Geral de Telecomunicações (9.472/97) e a Lei do Fust (9.998/00), que atualmente só permite o uso dos recursos para a expansão da telefonia fixa. Recentemente, a Câmara já aprovou e enviou para votação no Senado proposta (PL 1.481/07) que permite o uso do Fust para a expansão da telefonia móvel.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Cadastro de usuários de telefones pré-pagos



Deputado Vitor Lippi

A CCTCI aprovou o relatório final do deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) pelo encerramento e arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle 76/16, da CPI dos crimes cibernéticos, que trata das ações de fiscalização sobre os procedimentos adotados pela Anatel para acompanhar e controlar a implementação e utilização do cadastro de usuários de telefones pré-pagos instituído pela Lei nº 10.703/03.

De acordo com o relator, "a análise do trabalho realizado pelo TCU conduz ao entendimento

de que as metas estabelecidas pela PFC nº 76/16 foram alcançadas plenamente, ao alertar as autoridades instituídas para a gravidade das infrações identificadas contra a Lei nº 10.703/03, além de estimular a Anatel a intensificar a adoção de ações fiscalizatórias e sancionatórias com o objetivo de assegurar a correta manutenção e atualização do cadastro de usuários dos serviços móveis pré-pagos".

A proposta será arquivada.



11 de dezembro de 2019

Bilhetagem dos serviços de dados pelas prestadoras do Serviço Móvel Pessoal



Deputada Angela Amin

A CCTCI aprovou o relatório prévio, da deputada Angela Amin (PP-SC), pela implementação da Proposta de Fiscalização e Controle 77/16, da CPI dos crimes cibernéticos, que propõe ações de acompanhamento e controle da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) acerca da correta bilhetagem dos serviços de dados por parte das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal.

De acordo com a relatora, “se faz necessária a presente PFC, no sentido de identificar e cor-

rigir os problemas e, sobretudo, de diagnosticar os problemas enfrentados pela Anatel no cumprimento de sua missão institucional, de modo a fortalecer a sua função fiscalizatória”.

A proposta e o parecer oferecido pela relatora foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União para as providências cabíveis.



Alerta em áreas de elevado índice de criminalidade

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 4.334/16, de autoria das deputadas Laura Carneiro (PMDB-RJ) e Carmen Zanotto (PPS-SC), que obriga os fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) a alertarem o usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco.

Na opinião da deputada Laura Carneiro, os desenvolvedores dos sistemas de geolocalização disponibilizados no mercado brasileiro desconSIDERAM um fator de vital importância para a população: a segurança dos motoristas. “Isso pode ser comprovado pelo aumento do número de crimes praticados contra pessoas que, induzidas por equipamentos de GPS, ingressam em áreas de risco e acabam sofrendo a ação violenta de infratores”, assinalou.

As coordenadas das áreas de alto índice de criminalidade deverão ser obtidas pelos desenvolvedores de mapas mediante consulta eletrônica a

bancos de dados, mantidos e atualizados periodicamente pelo Poder Público.

O relator, deputado Vinicius Poit (Novo-SP), recomendou a aprovação da matéria com substitutivo e a rejeição dos dois projetos apensados (PL 4.706/16 e PL 9.200/17). Em seu substitutivo, Poit retirou a multa proposta no texto original.

Segundo o deputado, “não parece razoável impor multa aos provedores de aplicações de internet pela não implementação da ferramenta em casos nos quais os bancos de dados previstos no projeto não estejam em formato adequado para a integração com as plataformas ou mesmo não estejam disponíveis. Para que as informações compartilhadas possam ser acuradas e confiáveis, diferentes órgãos do poder público devem trabalhar em parceria de forma a disponibilizar uma base de dados a estas empresas”.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



11 de dezembro de 2019

Rastreamento obrigatório da entrega de produtos comprados pela internet



Deputado Vinicius Poit

A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 10.052/18, de autoria do deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO), que torna obrigatória a oferta de mecanismo que permita o rastreamento da entrega de produtos comprados fora do estabelecimento comercial, como pela internet.

O objetivo do autor da proposta é permitir ao consumidor acompanhar o trajeto da mercadoria até a porta da sua casa.

O relator, deputado Vinicius Poit (Novo-SP), acredita que a medida impõe um custo às empre-

sas que nem sempre trará benefícios para o consumidor, gerando “efeito danoso sobre empresas ainda não consolidadas”.

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor e agora será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Como recebeu pareceres divergentes na CDC e na CCTCI, o projeto também será submetido à apreciação do Plenário.



Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes



Deputado Julio Cesar Ribeiro

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 1.022/19, da deputada Flordelis (PSD-RJ), que obriga emissoras de rádio e TV e prestadoras do serviço de TV por assinatura a transmitir, antes e após a exibição de programação com conteúdo sexual, mensagens de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Pela proposta, os anúncios serão exibidos nos intervalos dos programas, no início e no final de cada intervalo, com duração mínima de 15 segundos. O projeto diz que a obrigação será válida também para o conteúdo transmitido pela internet.

O relator da matéria, deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF), recomendou a aprova-

ção do projeto principal e de seus oito apensados, com substitutivo.

O texto elaborado institui política pública de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, baseada na veiculação de mensagens informativas pelas emissoras de TV estatais e educativas e operadoras de comunicação móvel, na criação da campanha “Maio Laranja” e no estabelecimento da obrigatoriedade da afixação de placa de alerta contra o abuso infantil em hotéis, bares e restaurantes. “Compreendemos que as medidas propostas, ao mesmo tempo em que atendem aos objetivos dos autores das proposições em exame, também estabelecem obrigações equilibradas e razoáveis para emissoras públicas de radiodifusão, empresas de telefonia celular, provedores de aplicação na internet e estabelecimentos comerciais como hotéis, bares e restaurantes”, avaliou o relator.

A matéria será apreciada em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



11 de dezembro de 2019

Reserva de canais de numeração mais baixa para TVs públicas



A CCTCI rejeitou o Projeto de Lei 4.509/19, de autoria do deputado Marcos Aurélio Sampaio (MDB-PI), que reserva para as emissoras de TV públicas e estatais os canais de numeração mais baixa (entre 1 e 50). A preferência pela numeração mais baixa deveria ser cumprida pelos sistemas de TV aberto e fechado.

Sampaio apresentou o projeto com o objetivo de facilitar o acesso dos cidadãos aos canais públicos e estatais.

Segundo o relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), a medida já é prevista na legislação.

“Considero que o objetivo almejado pela iniciativa já está atendido pela legislação ordinária e pela regulamentação do Poder Executivo de forma mais adequada”, disse.

Por ter sido rejeitada na única comissão de mérito, a proposta será arquivada, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Câmara em sentido contrário, e provido pelo Plenário, hipótese em que o projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, posteriormente, ao Plenário.



11 de dezembro de 2019

Banco de dados sobre drogas experimentais para câncer

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 4.615/19, de autoria do deputado Maurício Dziedricki (PTB-RS), que cria um banco de dados nacional aberto ao público, organizado e mantido pelo governo, com informações sobre pesquisas realizadas no país com drogas experimentais para tratamento do câncer.

De acordo com a proposta, o chamado Cadastro Nacional de Pesquisa em Drogas Experimentais para o Tratamento do Câncer divulgará todos os protocolos de pesquisa sobre drogas experimentais em oncologia validados pelas normas de ética médica. O protocolo é o documento que descreve a linha e os objetivos da pesquisa.

As informações serão disponibilizadas ao público em geral, aos profissionais de saúde previamente registrados e às centrais de regulação de consultas de cada estado. As centrais são responsáveis por regular e autorizar consultas e exames especializados na rede pública de saúde local.

Segundo o relator, deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), "com tal cadastro, busca-se ampliar o

conhecimento de novos tratamentos oncológicos na comunidade médica, e também no público em geral, democratizando o acesso a tratamentos progressistas".

Lippi apresentou parecer favorável à proposta e à emenda de autoria do deputado Luiz Flávio Gomes (PSB-SP), que estabelece que o acesso a tratamentos experimentais ocorrerá nos casos em que junta médica demonstrar que o paciente não responde aos tratamentos convencionais. Além disso, determina que deverá haver concordância expressa do paciente para a aplicação do tratamento experimental e restringe o acesso às drogas experimentais que já estejam em grau relativamente avançado de pesquisa, "de maneira que possa ser demonstrado considerável grau de eficácia do medicamento".

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



11 de dezembro de 2019

Incentivo à pesquisa e à inovação na Zona Franca de Manaus



Deputado Luis Miranda

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 5.196/19, de autoria do deputado Marcelo Ramos (PL-AM), que permite às empresas instaladas na Zona Franca de Manaus incluir como gastos com pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) as despesas administrativas realizadas com infraestrutura física e laboratórios de instituições científicas, tecnológicas e de inovação (ICTs).

O relator, deputado Luis Miranda (DEM-DF), recomendou a aprovação da matéria. Ele destacou que o projeto resgata dispositivos aprovados

pelo Congresso Nacional em 2018 e vetados pelo então presidente Michel Temer.

“A reincorporação dos dispositivos à legislação que rege as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação postas em prática no âmbito da Zona Franca de Manaus é medida salutar. Trata-se de regras que trarão muito mais dinamicidade e eficiência a essas atividades”, disse.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será apreciado pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



11 de dezembro de 2019

Permissão para emissora de TV negociar tempo de programação



Deputado Cezinha de Madureira

A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 5.479/19, de autoria do deputado Alex Santana (PDT-BA), que permite às emissoras de rádio e televisão transferir, comercializar ou ceder o tempo total de programação para a veiculação de produção independente. O texto não define, porém, o que seria produção independente.

Pela proposta, as emissoras deverão observar apenas as regras de limitação de publicidade comercial e de qualidade do conteúdo. Por essas regras, a programação deve obedecer a finalida-

des educativas e culturais, e a publicidade só pode ocupar 25% do tempo total da programação da emissora.

O texto estabelece ainda que as emissoras serão responsabilizadas por eventuais irregularidades na programação. E veda às concessionárias e permissionárias transferir, comercializar e ceder a gestão total ou parcial da execução do serviço de radiodifusão.

O relator, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), recomendou a aprovação da matéria. “A possibilidade de comercialização de tempo da programação do veículo de comunicação para produtoras que não façam parte da própria emissora, conhecidas como produção independente, ainda não possui regramento legal, portanto é legítima a intenção de regulamentar esse tema de forma a dar segurança jurídica às empresas”, avaliou.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



17 de dezembro de 2019

Prestação de serviços de telecomunicações por cooperativas



A CCTCI aprovou o Projeto de Lei 8.824/17, do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que altera a Lei Geral de Telecomunicações para permitir

a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas.

O texto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado Zé Vitor (PL-MG). O parlamentar acredita que as cooperativas seriam o tipo de organização ideal para o provimento de acesso à internet em locais de menor atratividade econômica, mas estão privadas de exercer a atividade.

Segundo ele, diversas cooperativas vêm tentando, por meio da Justiça, obter licenças para o chamado Serviço de Comunicação Multimídia, para poderem prover acesso à internet aos seus cooperados.

“A medida será de grande importância para a resolução do conflito jurídico atualmente existente no setor”, concluiu.

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, já foi aprovada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Garantia de recursos para C&T: debates, negociações, emendas e derrubada de veto



A atuação dos integrantes da CCTCI durante todo o ano de 2019 foi fundamental para garantir recursos orçamentários ao setor de ciência e tecnologia e o investimento em pesquisa no país. A preocupação com a possibilidade de interrupção do pagamento das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por exemplo, dominou boa parte dos debates na comissão, que teve papel importante nas negociações para a superação do

problema. Já com foco nos próximos anos, o colegiado buscou garantir os investimentos no setor por meio de emendas apresentadas às propostas legislativas que norteiam e definem o Orçamento da União.

O esforço no sentido de assegurar recursos para a ciência e tecnologia teve seu ponto alto com a rejeição, pelo Congresso Nacional, do veto presidencial a trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020 que impede o contingen-

ciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e de órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Nesses dois casos, a proteção estava prevista em emendas apresentadas pela CCTCI ao projeto da LDO (PLN 5/19), mas foi vetada no texto original e mais tarde resgatada pelo deputado João H. Campos (PSB-PE) em emenda ao Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 51/2019, que promoveu ajustes na lei.

O presidente da CCTCI, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), apontou a derrubada do veto, previamente negociada com o Executivo, como uma conquista histórica do colegiado. “Apresentamos as emendas, participamos das negociações e, agora, essa garantia de que os recursos previstos não serão bloqueados é uma grande vitória. É de suma importância para a ciência, a tecnologia, a pesquisa e a inovação no Brasil, com impacto positivo em áreas que afetam diretamente a vida do cidadão, como a saúde, a educação e o emprego”, comemorou.

Relator do PLDO 2020, Cacá Leão observou que a derrubada do veto que permitiria o contingenciamento de recursos para o FNDCT e órgãos como a Embrapa foi negociada com a base governista

Na Câmara dos Deputados, o veto foi rejeitado por 282 votos a 167 e, no Senado Federal, por 50 votos a 15, em sessão no dia 4 de março de 2020. Os itens com veto rejeitado serão promulgados e incorporados à Lei 13.957/19.

Dessa forma, não poderão sofrer bloqueio (contingenciamento) as despesas:

- com ações de pesquisas e desenvolvimento e de transferência de tecnologias vinculadas ao Programa de Pesquisa e Inovações para a Agropecuária;
- do FNDCT;
- da Embrapa;
- da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz);
- do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e



- da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Durante a sessão do Congresso, o deputado Cacá Leão (PP-BA), relator do projeto da LDO 2020, observou que a derrubada do veto havia sido negociada com lideranças da base governista, com participação do deputado Félix Mendonça Júnior. “Tanto é que o próprio Governo está orientando o voto ‘não’”, assinalou, após lembrar que participou intensamente da construção do acordo.

O deputado João H. Campos defendeu a importância de impedir o contingenciamento, para proteger a pesquisa brasileira. “Para um país crescer, desenvolver-se, ter esperança no futuro, tem que investir em ciência, tecnologia e pesquisa. Fazer com que seus orçamentos se tornem não



contingenciáveis é uma proteção mínima que este Parlamento pode dar a essas instituições”, enfatizou.

Entre as emendas apresentadas pela CCTCI à LDO, está, ainda, a que incluiu entre despesas não contingenciáveis aquelas com as ações vinculadas à Função Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). A impossibilidade de contingenciamento foi mantida no texto aprovado pelo Congresso.

As emendas apresentadas pela comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020, por sua vez, representaram um reforço no orçamento para pesquisa e inovação.

A necessidade de ampliação dos investimentos no setor esteve na pauta da comissão ao longo de 2019. Em um ano marcado por cortes de recursos para as universidades públicas e institutos federais, além da ameaça de interrupção do pagamento das bolsas de pesquisa do CNPq, o debate em torno do orçamento para a pesquisa científica

João H. Campos destacou que fazer com que os orçamentos de órgãos voltados à pesquisa “se tornem não contingenciáveis é uma proteção mínima que o Parlamento pode dar a essas instituições”



Deputado Félix Mendonça Júnior

e tecnológica mobilizou atenções. Nesse cenário, a CCTCI recebeu representantes da comunidade científica e acadêmica, de instituições de fomento, de órgãos governamentais e da sociedade civil para discutir o assunto.

Em audiências públicas e outras reuniões, foram abordados desde o orçamento e os investimentos previstos para os próximos anos até a participação dos bancos públicos no fomento ao setor. A situação de projetos e bolsas de pesquisa frente a cortes orçamentários foi tema de uma das três reuniões promovidas pela comissão com a presença do ministro da Ciência, Tecnolo

gia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, que pediu apoio do Congresso para aumentar o orçamento da área. Também o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Pacheco

dos Guarany's, solicitou ajuda para a recomposição do orçamento do CNPq.

Os recursos para pagamento das bolsas até o fim do ano foram garantidos em outubro: R\$ 93 milhões por meio do Projeto de Lei do Congresso Nacional 41/19, que deu

origem à Lei 13.920/2019, e R\$ 156,9 milhões por meio de portaria do Ministério da Economia.

“Apresentamos as emendas, participamos das negociações e, agora, essa garantia de que os recursos previstos não serão bloqueados é uma grande vitória”

Deputado Félix Mendonça Júnior



**AUDIÊNCIAS
PÚBLICAS E
SEMINÁRIOS**

03 de abril de 2019

Tecnologias de reconhecimento facial



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 3 de abril, com o objetivo de discutir a aplicação de tecnologias de reconhecimento facial em segurança pública no Brasil. A audiência foi proposta pelos deputados Bibó Nunes (PSL-RS), Vinicius Poit (Novo-SP), Sâmia Bomfim (PsoL-SP), Margarida Salomão (PT-MG) e Luis Miranda (DEM-DF). Na ocasião, representantes do governo defenderam o uso de câmeras de reconhecimento facial para combater a criminalidade, assim como a discussão urgente de uma legislação específica para regular o assunto. Especialistas alertaram para a alta taxa de erro da tecnologia.

Participaram do debate o secretário de telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes; o coordenador-geral de Gestão e Integração de Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Wanderley José da Silva Júnior; o oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Filipe Soares; o conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Arthur Trindade Maranhão Costa; o diretor-executivo do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), Fabro Steibel; a diretora da Organização Coding Rights, Joana Varon Ferraz; o fundador e diretor da Fullface Biometric Solutions, Danny Kabiljo; o diretor de Produtos e Soluções para Cidades Seguras da NEC, Daniel Domingues; e o arquiteto de Soluções da Huawei do Brasil, Ricardo Carrion Mansano.

O uso de câmeras de reconhecimento facial no combate à criminalidade foi apoiado pela maior parte dos deputados presentes à audiência. Na visão de Bibó Nunes, idealizador do debate, o reconhecimento facial é uma alternativa para combater a criminalidade e uma oportunidade de desenvolvimento da indústria de novas tecnologias no país. “Mais inovação, mais segurança, mais investimento é o ciclo virtuoso que queremos ver no Brasil”, afirmou.

O oficial de Inteligência da Abin Filipe Soares disse que o reconhecimento facial pode ser utilizado para rastrear fugitivos, agressores, desaparecidos, suspeitos de terrorismo e potenciais espões. Ele destacou, no entanto, que o país ainda não tem legislação adequada para promover a vigilância estatal por meio dessa tecnologia e citou como diretrizes para essa regulação a diferenciação entre vigilância pública e privada; e a definição de requisitos legais para que haja a vigilância, com limites para o Estado invadir a privacidade das pessoas.

O secretário de Telecomunicações do MCTIC, Vitor Menezes, também defendeu a urgência de discussão de uma lei que regulamente especificamente o reconhecimento facial, já

utilizado no Brasil. Menezes foi um dos que alertaram que há taxa de erro elevada no início da aplicação da tecnologia, e que esses erros têm que ser levados em conta na legislação. Para o secretário, é preciso que a regulação determine que sempre haja supervisão humana e que o cidadão tenha poder de contestar dados, para não ocorrer violação de direitos e garantias.

O diretor-executivo do ITS Rio, Fabro Steibel, reforçou que a precisão do reconhecimento facial é baixa e há até 92% de falsos positivos, fazendo com que pessoas inocentes sejam apontadas como criminosas. Essa questão também foi abordada pela representante da Coding Rights, Joana Aron, que destacou ainda a necessidade de debate sobre quem terá acesso aos dados sensíveis do cidadão.

Wanderley Júnior, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, informou que estava em fase de implantação o chamado *Big Data* (banco de dados) da segurança pública. Pontuou, também, estudos realizados pelo ministério das alternativas apresentadas pelo mercado para o reconhecimento facial, tendo em vista a possibilidade de a tecnologia integrar o programa.

O conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Arthur Costa, lembrou a falta de recursos no país para investimento em tecnologias da área. Segundo ele, alguns estados brasileiros

destinaram apenas R\$ 20 mil para investimento em tecnologia em 2018. “Em 2017, dos 27 estados, 22 dependiam exclusivamente do governo federal para investir em tecnologia”, observou.



10 de abril de 2019

Exposição do ministro Marcos Pontes sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos



A CCTCI recebeu, no dia 10 de abril, juntamente com as comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, para uma exposição sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos, relativo ao uso comercial da Base de Alcântara

(MA). Foi a primeira vez que o ministro visitou o colegiado. A audiência pública foi proposta pelos deputados Márcio Jerry (PCdoB-MA), Sâmia Bomfim (Psol-SP), Cleber Verde (Republicanos-MA) e Luis Miranda (DEM-DF), na CCTCI; Bira do Pindaré (PSB-MA) e Márcio Jerry, na CDHM; e Paulão (PT-AL) e Zé Carlos (PT-MA), na CREDN. Também

participou da reunião o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Carlos Moura.

Construído no início dos anos 80, o Centro de Lançamento de Alcântara tem localização estratégica, perto do Equador, o que permite uma economia de até 30% de combustível em um voo espacial. Segundo Marcos Pontes, a sua utilização comercial pode render mais de US\$ 3,5 bilhões por ano, aumentando a renda para a pesquisa espacial brasileira e para a região de Alcântara.

Durante a audiência, vários deputados questionaram o ministro sobre restrições previstas no acordo com os Estados Unidos para que outros países utilizem o Centro de Lançamento. A deputada Margarida Salomão observou que o acordo impede o uso da base por países que não fazem parte do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, como a China. Segundo a deputada, como o texto só prevê lançamentos de foguetes e satélites, não haveria a possibilidade de uso bélico e a restrição não seria necessária. O ministro disse, porém, que existem brechas no acordo para entendimentos com o governo americano. Pelo texto, também fica proibida a participação de países que uma das partes considere apoiadores do terrorismo.

Já o deputado Glauber Braga (Psol-RJ) questionou por que os americanos poderiam entrar em todas as áreas a qualquer tempo e os brasileiros teriam que ter autorização em algumas situações. O ministro afirmou que o Brasil terá, sim, controle sobre todas as áreas e até sobre quem pode entrar. Ele comparou a situação com o uso de um quarto de hotel, no qual “o dono te dá a chave



Deputado Márcio Jerry

para você usar o quarto, colocar lá seus documentos, deixar entrar quem quiser, mas ele, o dono, tem total controle da propriedade”.

Vários deputados também mostraram preocupação com a situação dos quilombolas que foram deslocados da região da base espacial na década de 80. O deputado Bira do Pindaré afir-



Deputado Félix Mendonça Júnior

mou que foi prometida a eles a titularidade de terras, com acesso a meios de subsistência, mas que isso não foi cumprido. “Eles existem, eles estão lá. São mais de 150 comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares, fora as outras que ainda não tiveram a sua titulação, vítimas do processo traumático de implantação da base desde o seu início. Foram enganadas, abandonadas e não tiveram o cuidado necessário para resolver essa questão”, apontou.

O ministro Marcos Pontes disse que quer resolver a questão dos quilombolas e concordou com proposta do deputado Márcio Jerry de criação de um grupo de trabalho com a comunidade e autoridades locais. O ministro afirmou várias vezes que, caso existam problemas insanáveis com a área, o centro pode ser transferido para outro ponto do litoral nordestino. Segundo ele, a importância de Alcântara é a localização próxima à linha do Equador, o que economiza combustível nos lançamentos.

O ministro ressaltou que o acordo com os Estados Unidos é uma permissão para que o governo brasileiro lance foguetes e satélites com peças americanas desde que se comprometa com a proteção da tecnologia estrangeira.



Assinatura
AST

Aprovação
Congresso

Sim

Negociação Empresas
Lançadores

Não

elo CEA
errado

Plano
Desenvolv.
Local

Alcântara
Viável S

Sim

Não

Busca de
outro Local

Ministro Marcos Pontes

24 de abril de 2019

O impacto social das tecnologias de inteligência artificial

A CCTCI realizou audiência pública, no dia 24 de abril, com o objetivo de debater o uso das tendências tecnológicas de inteligência artificial, *machine learning e deep learning*, e os impactos no contexto social. A audiência foi proposta pelos deputados Alex Santana (PDT-BA), Margarida Salomão (PT-MG), Vinícius Poit (Novo-SP) e Vitor Lippi (PSDB-SP).

A inteligência artificial é qualquer técnica computacional que simule o comportamento humano. Durante o debate, estudiosos afirmaram que sistemas de inteligência artificial utilizados na segurança pública – como as câmeras de reconhecimento facial – não podem ser discriminatórios e que o Brasil precisa formar profissionais adaptados à nova realidade tecnológica. Pesquisadores destacaram também a necessidade de se garantir a proteção dos dados pessoais e a privacidade dos cidadãos nesses sistemas.

Participaram da audiência o diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação

Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), José Gustavo Sampaio Gontijo; o secretário de segurança pública do Estado da Bahia, Maurício Teles Barbosa; o membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) Sérgio Amadeu Da Silveira; o Coordenador de Democracia e Tecnologia do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio), Marco Konopacki; o gerente de relações governamentais e assuntos regulatórios da IBM, Andriei Gutierrez; o gerente de Soluções Sistêmicas de Inteligência Artificial e Internet das Coisas (IoT) do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), Norberto Alves Ferreira; e o professor do curso de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Neri dos Santos.

Na ocasião, o secretário de Segurança Pública do estado da Bahia, delegado Maurício Teles Barbosa, destacou o uso de câmeras de reconhecimento facial no combate à criminalidade. Assi-

nalou, no entanto, a falta de banco de dados com registro fotográfico das pessoas, para que a tecnologia seja mais eficaz.

O membro do Comitê Gestor da Internet no Brasil, Sérgio Amadeu, observou que empresas como Apple, Amazon, Google e Facebook têm a maior parte de seu faturamento advinda do tratamento de dados pessoais e que isso vem sendo feito sem transparência.

O representante do CPqD, Norberto Ferreira, considerou um obstáculo, para o pleno desenvolvimento do setor, a falta de recursos humanos no Brasil. Ele explicou que o segmento financeiro e de telecomunicações são os que mais investem atualmente em inteligência artificial.

O gerente de Relações Governamentais da IBM, Andriei Gutierrez, citou como novas profissões necessárias as de cientistas de dados e de engenheiros de privacidade e pediu políticas de estímulo a essas áreas. Para ele, não só a qualificação é importante, como a requalificação dos atuais profissionais.

Gutierrez não se mostrou favorável à regulamentação imediata da inteligência artificial. Essa também foi a visão do deputado Professor Israel Batista (PV-DF). De acordo com o parlamentar, é preciso discutir políticas públicas para a área, mas um marco regulatório neste momento seria “uma camisa de força”.



08 de maio de 2019

Exposição do ministro Marcos Pontes sobre projetos do MCTIC e cortes orçamentários



A CCTCI e a Comissão de Educação (CE) realizaram reunião conjunta, no dia 8 de maio, para ouvir o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, sobre os principais programas e projetos da pasta, assim como sobre a situação dos projetos e bolsas de pesquisa frente aos cortes executados no orçamento da área. O debate foi proposto pelos deputados Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), André Figueiredo (PDT-CE) e Margarida Salomão (PT-MG), na CCTCI; e Danilo Cabral (PSB-PE), na CE.

Também participaram da reunião, acompanhada por professores e pesquisadores, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira; o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich; e o secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Julio Semeghini.

Na ocasião, o ministro Marcos Pontes informou que só havia recursos para pagar bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científi-

co e Tecnológico (CNPq) até setembro. Segundo ele, foi herdado um déficit de R\$ 300 milhões no CNPq, responsável pelo pagamento de 76 mil bolsas a estudantes e pesquisadores.

Conforme explicou o ministro, houve bloqueio de 42% do orçamento do MCTIC. “Tenho batalhado e recebemos este mês R\$ 300 milhões de desbloqueio”, disse. “Com estes R\$ 300 milhões protegi o Sirius [acelerador de partículas do Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais], o orçamento das unidades de pesquisa e das bolsas do CNPq, mas este recurso não resolve o problema”, completou.

Pontes pediu apoio do Congresso para aumentar o orçamento da área para 2020, argumentando que “todos os países desenvolvidos, quando entram em crise, investem mais em C&T”. Além disso, pediu que os parlamentares aprovassem o PL 5.876/2016, que prevê aplicação de 25% do fundo social do pré-sal em ciência e tecnologia; o PLP 78/2019, que prevê descontingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e a revisão legal do setor de telecomunicações (PL 3.453/2015, transformado em outubro na Lei 13.879/2019).

O ministro afirmou que é importante procurar fontes alternativas de financiamento. Segundo Pontes, o Brasil investe 1% do PIB (Produto Interno Bruto) em tecnologia, enquanto Israel, por exemplo, investe 4% do PIB - valor que incluiria o investimento privado.

Deputados presentes à audiência criticaram não apenas o bloqueio de recursos para a área



Ministro Marcos Pontes

de ciência e tecnologia, como também o corte de 30% no orçamento das universidades públicas e institutos federais. A deputada Margarida Salo não observou que as universidades concentram 95% da pesquisa no Brasil. “Estamos colocando em risco o que demorou décadas para ser construído”, disse. Ela acrescentou que a Emenda do Teto de Gastos (EC 95) provoca “achatamento de perspectiva de futuro para a ciência e tecnologia”.

O deputado Danilo Cabral também criticou os cortes no orçamento da Ciência e Tecnologia e na Educação: “Estamos falando aqui de R\$ 2,1 bilhões da área de C&T e mais R\$ 7 bilhões da Educação. Quando vemos o que o governo faz para os setores, isso é mínimo: o governo renuncia anualmente a R\$ 400 bilhões, e ninguém sabe o que essas renúncias fiscais de fato produzem para o Brasil. Essa é uma opção política”, disse.

Para a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), o governo Jair Bolsonaro trava guerra ideológica contra a educação e tem “projeto anti-educação”. Na opinião da parlamentar, o problema orçamentário não é do Congresso, não se originou no Legislativo e deve ser resolvido pelo Poder Executivo. “Não é questão de priorizar educação básica, porque o corte atingiu tudo, e não é falta de re

ursos, porque têm de onde tirar”, salientou. Já o deputado Carlos Jordy (PSL-RJ) disse que não é verdade que o governo é inimigo da educação e ressaltou que o contingenciamento do orçamento ocorre em todos os governos.

Em outubro, o MCTIC anunciou que os recursos para pagamento das bolsas do CNPq até o fim do ano estavam garantidos. Um total de R\$ 93 milhões foi disponibilizado por meio do Projeto de Lei do Congresso Nacional 41/19, que deu origem à Lei 13.920/2019, e R\$ 156,9 milhões por meio de portaria do Ministério da Economia.



Deputada Margarida Salomão

15 de maio de 2019

Tecnologia 5G



No dia 15 de maio, a CCTCI realizou audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), para discutir a Tecnologia 5G no Brasil. O debate foi proposto pelo presidente da CCTCI, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), e também pelos deputados Cezinha de Madureira (PSD-SP), Loester Trutis (PSL-MS) e Ted Conti (PSB-ES). Na CDU, a audiência foi proposta pelo deputado Gustavo Fruet (PDT-PR).

A audiência foi presidida pelo deputado Félix Mendonça Júnior e contou com a participação

do secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes; do superintendente de Planejamento e Regulação substituto da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Felipe Roberto de Lima; do vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), Alberto Paradisi; do diretor Regulatório do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e



Roberto Seiji Murakami - NEC do Brasil

Pessoal (SindiTeleBrasil), Sérgio Kern; do vice-presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), Tomás Fuchs; do diretor sênior de Relações Governamentais da Qualcomm na América Latina, Francisco Giacomini Soares; do diretor de Governo e Políticas Públicas da Intel Brasil, Emilio Loures; do gerente sênior de Soluções e Engenharia da NEC do Brasil, Roberto Seiji Murakami; e do diretor de Relações Governamentais e Assuntos Regulatórios da Huawei do Brasil, Carlos Lauria.

Para o deputado Félix Mendonça Júnior, “a tecnologia de comunicação móvel 5G pode se tornar uma realidade em muitos países já neste ano, e está prevista para começar a ser implantada no Brasil em 2020”. Segundo ele, “os dispositivos conectados por meio do 5G oferecerão maior velocidade de conexão, maior volume de dados e maior confiabilidade – o que permitirá o desenvolvimento da chamada ‘Internet das Coisas’”.

Felipe Lima, representante da Anatel, confirmou a licitação para a quinta geração de telefonia móvel, o chamado 5G, no primeiro trimestre de 2020. Segundo ele, o 5G chegará a áreas que não possuem cobertura de celular hoje.

O deputado Ted Conti destacou que muitas escolas brasileiras ainda não têm acesso à internet e que em muitas áreas ainda falta sinal para possibilitar, por exemplo, o uso de cartão de crédito. “É muito importante que a gente avance, mas no país como um todo”, opinou.

Sérgio Kern ressaltou que as concessionárias de telecomunicações já cumpriram as obrigações previstas pela Anatel, assegurando sinal na sede dos municípios e 30 quilômetros ao redor.

Vitor Menezes, do MCTIC, afirmou que o 5G vai mudar a forma como vivemos, permitindo aplicações como carros autônomos, agricultura de precisão e cidades inteligentes. Menezes destacou que o 5G não é evolução do 4G: “é uma tecnologia nova e disruptiva, que promete alterar a forma como vivemos”, disse.

Representantes de empresas pediram mudanças nas legislações federal e municipal para facilitar a instalação de antenas nas cidades brasileiras. “O modelo atual é um entrave significativo, a burocracia é excessiva, os prazos para licenciamento são extensos”, afirmou Sérgio Kern, que mencionou que há 2.800 pedidos de licença para instalação de antenas sem liberação apenas na cidade de São Paulo. Tomás Fuchs, vice-presidente

da TelComp, disse que o Brasil tem hoje 70 mil antenas 4G, e que será necessário cinco vezes esse número para a tecnologia 5G.

O deputado Gustavo Fruet preocupou-se com o impacto de novas antenas no espaço urbano, com o custo para o usuário brasileiro, e alertou para a utilização indevida da tecnologia. Márcio Jerry (PCdoB-MA), por sua vez, salientou a falta de recursos para a área de ciência e tecnologia, que, à época, teve bloqueio em seu orçamento.

Segundo Alberto Paradisi, vice-presidente do CPqD, a velocidade de transmissão do 5G é dez a cem vezes maior do que no caso do 4G.



30 de maio de 2019

Burocracia na pesquisa de ciência e inovação no país

A CCTCI realizou audiência pública, no dia 30 de maio, para discutir a burocracia na pesquisa de ciência e inovação no país. O evento foi proposto pelo deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), presidente da comissão. Na ocasião, especialistas disseram que a legislação não é o maior problema para o setor, mas sim a interpretação das leis feita pelas instituições de controle, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e os órgãos que fiscalizam as importações.



Participaram da audiência a professora da Universidade de São Paulo (USP), Lygia da Veiga Pereira; o presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), Fernando Peregrino; o secretário-executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino; o vice-presidente do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (Fortec), Gesil Sampaio Amarante Segundo; a coordenadora-geral de Auditoria das Áreas de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações da Controladoria-Geral da União (CGU), Karin Webster; o superintendente de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Alfredo Renault; e Antonio Carlos Campos de Carvalho, membro do Comitê Gestor do Centro Nacional de Biologia Estrutural e Bioimagem (Cenabio) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Durante o debate, a professora Lygia da Veiga Pereira – que representou a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – destacou a dificuldade para importação de substâncias químicas usadas nos estudos científicos. “Mesmo quando há verba, para continuarmos a nossa pesquisa, a importação desses reagentes demora de 60 a 90 dias. Dessa forma, você não pode ser competitivo”, assinalou. Na visão da pesquisadora, a resolução do problema depende de vontade política. “A boa notícia é que a gente viu hoje nesta audiência, nesta comissão, muita vontade política para reunir todos os atores e resolver essa questão”, completou.

O presidente do Confies, Fernando Peregrino, observou que a burocracia, além de atrasar o trabalho dos pesquisadores, gera um desperdício bilionário de dinheiro público. Segundo ele, calculou-se que 35% do tempo do cientista são consumidos com a burocracia. “Aplicando aos gastos com ciência e tecnologia no Brasil, nós chegamos ao número de R\$ 9 bilhões em 2016. Só no sistema federal são R\$ 3 bilhões”.

O presidente da CCTCI, deputado Félix Mendonça Júnior, demonstrou confiança na atuação do colegiado no sentido de ajudar a reduzir o

tempo perdido pelos pesquisadores. Também a deputada Angela Amin (PP-SC) disse que a comissão iria agir para facilitar a relação entre os vários segmentos que atuam na área, com o objetivo de diminuir os entraves burocráticos enfrentados pelas entidades de pesquisa do Brasil, “que são importantes para o desenvolvimento”.



Deputado Félix Mendonça Júnior

04 de junho de 2019

Uso de patinetes elétricos



A CCTCI, a Comissão de Viação e Transportes (CVT) e a Comissão Especial do Projeto de Lei nº 4.881/12 realizaram em conjunto, no dia 4 de junho, audiência pública com o objetivo de discutir o registro e o licenciamento de ciclomotores e ciclo-elétricos. A audiência foi proposta pelos deputados Tiago Dimas (Solidariedade-TO) e Victor Lippi (PSDB-SP), na CCTCI; Hugo Leal (PSD-RJ),

Jaqueline Cassol (PP-RO), Bosco Costa (PL-SE) e Christiane de Souza Yared (PL-PR), na CVT; e Vinicius Poit (Novo-SP), na Comissão Especial do PL 4.881/12. Na ocasião, o coordenador-geral de Apoio Técnico e Fiscalização do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Arnaldo Pazetti, explicou que a resolução nº 315/09, do Conselho Nacional de Trânsito, já regulamentava o uso de

ciclomotores – sendo os patinetes elétricos uma espécie desse gênero –, mas que a norma poderia ser atualizada pelo órgão.

Também participaram do debate o assessor da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de São Paulo (SMT/SP), José Luiz Nakama; o diretor do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde, Eduardo Macário; o presidente da Associação Nacional dos Usuários de Bicycles Elétricas e Motorizadas (Anubem), Alex Sandro Rodrigues; o diretor executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycles e Similares (Abraciclo), José Eduardo Gonçalves; o diretor regulatório da Grow (Yellow e Grinn), Caio Franco; o representante da Emove Mobilidade Elétrica Portátil, Erick Lima; a diretora de Relacionamento Institucional da Associação Nacional dos Detrans (AND), Maria Cristina Andrade; e Juliana Minorello, relações governamentais da Tembici - Bicycles compartilhadas.

O uso obrigatório do capacete foi um dos temas que geraram mais debate. O diretor Regulatório da Grow, Caio Franco, opinou que o equipamento de segurança teria que ser incentivado, e

não obrigatório. “Em uma parte imensa dos casos, esse trajeto é eventual e espontâneo. O cidadão desce do ônibus, vê um patinete compartilhado e diz ‘boa solução’ [para concluir o trajeto]. E todo cidadão brasileiro ter que carregar uma joelheira ou um capacete na mala, certamente inviabilizaria essa alternativa, que tem muito potencial”, avaliou.

Para a representante da Tembici, Juliana Minorello, obrigar o uso dos capacetes também não seria a solução. Segundo ela, na Austrália isso aconteceu, e empresas quebraram. “Se você coloca a obrigatoriedade para a empresa, você mata o modelo e acaba com o modal, que tem impacto tão positivo para a cidade”, observou. Ela desta



Deputado Vinicius Poit

cou ainda que o uso de bicicletas e patinetes compartilhados reduz a poluição ambiental e sonora.

Para o diretor do Departamento de Análise em Saúde do Ministério da Saúde, Eduardo Macário, o uso do capacete deveria ser uma questão de política pública, já que é essencial para evitar lesões. Ele defendeu ainda a limitação de velocidade para a circulação dos patinetes elétricos e a proibição do uso de álcool. Macário lembrou que as internações por conta de acidentes de trânsito têm grande impacto no Sistema Único de Saúde (SUS).

José Luiz Nakama, da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de São Paulo, defendeu que a segurança deveria ser a principal preocupação na regulamentação da matéria. Ele ressaltou que não basta definir velocidades máximas de circulação, já que os órgãos públicos não têm como fiscalizar.

O representante da empresa de patinetes elétricos Emove, Erick Lima, foi contra a limitação de potência para os equipamentos. Para ele, deveria apenas ser limitada e fiscalizada a velocidade máxima permitida nas ruas.





13 de junho de 2019

Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 13 de junho, para debater o Projeto de Lei 1.591/19, do deputado Roberto Alves (Republicanos-SP), que obriga as empresas prestadoras de serviços de telefonia móvel a veicular campanhas informativas de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. O debate foi proposto pelos deputados Roberto Alves, Cezinha de Madureira (PSD-SP), Alex Santana (PDT-BA), Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF) e Bibó Nunes (PSL-RS).

Participaram do debate o diretor de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do

Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Clayton Bezerra; o subprocurador-geral da República e coordenador da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão – Controle Externo da Atividade Policial e Execução Penal – do Ministério Público Federal (MPF), Domingos Sávio Dresch da Silveira; a vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Distrito Federal (OAB-DF), Raquel Fuzaro; a neu-



ropsicóloga Alessandra Inês da Silva Areias; e o diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), Carlos Duprat

Na ocasião, Duprat afirmou que as empresas apoiam o combate à exploração sexual de crianças e jovens, mas lembrou que o acesso aos usuários através de SMS não deve atingir o público alvo, que são os clientes de aplicativos. Ele destacou que menos de 10% dos usuários de celular utilizam o serviço de mensagens por SMS, enquanto 100% dos jovens usam os aplicativos de mensagens. “Nós nos dispomos a fazer uma campanha por WhatsApp, Messenger, Instagram, que são os instrumentos adequados. Isso vai causar um impacto na nossa rede, mas nós estamos dispostos a absorver esse impacto”, disse.

O diretor de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente da SNDCA, Clayton Bezerra, informou que pesquisa realizada pelo governo federal revelou que mais de 90% das crianças entre 7 e 12 anos têm acesso à internet através de smartphones pessoal ou dos pais. Em contrapartida, somente 28% dos pais acompanham os filhos durante esse uso. Para Bezerra, essa falta de controle, juntamente com o fácil acesso à

internet por crianças cada vez mais novas, leva a um grande número dessas ocorrências no Brasil. “Se no Disque 100 nós tivemos mais de 13 mil denúncias, esse número subiria, pelos dados da pesquisa, a mais de 130 mil abusos sexuais”, avaliou.

Autor do Projeto de Lei 1.591/19, o deputado Roberto Alves destacou que, na maioria das vezes, as imagens ou vídeos são compartilhados através de smartphones e por isso a necessidade das campanhas de conscientização sobre o uso seguro desses aparelhos, principalmente pelos adolescentes. “A exposição por meio de fotos e vídeos sexuais faz com que essas pessoas sejam alvo de bullying e passem por constrangimento e humilhações dentro das escolas, na rua e até mesmo nas famílias, levando-as à depressão e até ao suicídio”, alertou.

Apensado ao Projeto de Lei 1.022/2019, o PL 1.591/19 foi aprovado pela CCTCI no dia 11 de dezembro de 2019, juntamente com outras propostas que tramitam em conjunto, na forma de substitutivo apresentado pelo relator, deputado Julio Cesar Ribeiro. A matéria será analisada ainda, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



27 de junho de 2019

Criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic)



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 27 de junho, para discutir a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), proposta no Projeto de Lei 10.762/2018, com o objetivo de contribuir para a promoção social e a capacitação de trabalhadores das áreas de telecomunicações e informática. O debate foi sugerido pelos deputados Alex Santana (PDT-BA), Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), Margarida Salomão (PT-MG), Gustavo Fruet (PDT-PR) e Cezinha de Madureira (PSD-SP).

De acordo com o PL 10.762/2018, caberá à Confederação Nacional da Tecnologia da Informação e Comunicação (Contic) a atribuição de criar, organizar e administrar o Setic. O texto estabelece que o serviço será financiado, entre outras fontes, pelas contribuições compulsórias devidas pelas empresas das categorias econômicas representadas pela Contic, atualmente recolhidas em favor do Serviço Social da Indústria (Sesi), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai),



do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e do Serviço Social do Comércio (Sesc).

Relator da proposta na CCTCI, o deputado Alex Santana destacou a complexidade da matéria e o seu impacto sobre o futuro do mercado de trabalho no Brasil. Durante a audiência, o deputado enfatizou a importância do diálogo para a construção de uma solução que atenda às demandas apresentadas, sem prejuízo para as partes interessadas.

Participaram da audiência o diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), José Gustavo Sampaio Gontijo; o diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti; o presidente da Contic, Edgar Serrano; o gerente de Desenvolvimento do Senac São Paulo, Roland Anton Zottele, e a assessora de Relacionamento Institucional do Sesc Nacional, Ana Márcia Varela, ambos representando a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); o vice-presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese; o vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática

(Fenainfo), Rafael Sebben; e o presidente-executivo da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel) e do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), Eduardo Levy.



Deputado Alex Santana

10 de julho de 2019

Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre o Brasil e os EUA



A CCTCI e as comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) realizaram audiência pública conjunta, no dia 10 de julho, para debater o acordo de salvaguardas tecnológicas assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, que permite

a exploração comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara (MA), e os seus impactos nas comunidades quilombolas do Maranhão. O debate foi proposto pelos deputados Márcio Jerry (PCdoB-MA), Luis Miranda (DEM-DF), Cezinha de Madureira (PSD-SP), Julio Cesar Ribeiro (República

canos-SP) e Ângela Amin (PP-SC), na CCTCI; Bira do Pindaré (PSB-MA), na CDHM; e Camilo Capiberibe (PSB-AP), David Miranda (Psol-RJ) e Paulão (PT-AL), na CREDN.

Participaram da audiência o professor-Alfredo Wagner Berno de Almeida, antropólogo da Universidade Federal do Amazonas; a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos dos Cidadãos do Ministério Público Federal; o Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos de Almeida Baptista Junior, representando o Ministério da Defesa; a coordenadora Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), Célia Cristina da Silva Pinto; o chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Rodrigo Mendes Carlos de Almeida; o coordenador-geral do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe), Leonardo dos Anjos; o assessor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Ministério das Relações Exteriores, conselheiro Nathanael de Souza e Silva; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara, Antônio Marcos Pinho Diniz, representando a Comunidade Quilombola de Mamuna; o secretário de Estado

dos Direitos Humanos e Participação Popular do Maranhão, Francisco Gonçalves da Conceição; o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Maranhão, Davi de Araújo Telles; e o defensor Regional dos Direitos Humanos da Defensoria Pública da União, Yuri Michael Pereira Costa.

Na ocasião, a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat lembrou os sacrifícios



Procuradora federal Deborah Duprat

impostos nas últimas décadas às comunidades afetadas pelo Centro de Lançamento de Alcântara, desde as remoções realizadas. “Eu acho que é impossível, diante de tantos eventos ocorridos ao longo de quase 40 anos, esperar que elas sejam crédulas em que não vai haver ampliação da base, que elas não serão removidas, que nós não vamos interferir de forma alguma no modo de vida delas”, ressaltou. Para Deborah Duprat, é preciso estabelecer uma relação de respeito com os moradores do território quilombola de Alcântara, de modo a possibilitar o diálogo. “Para que nós tenhamos conversas sérias e responsáveis, precisamos deixar as partes numa situação simétrica. E isso só se resolve mediante a segurança territorial desse grupo. Só falta a titulação, numa área em que o dispêndio para isso é quase zero, pois é uma área toda pública”, acrescentou.

Um dos proponentes do debate, o deputado Márcio Jerry lembrou a criação, no âmbito da CCTCI, da Subcomissão Permanente sobre o Centro de Lançamento de Alcântara, apontada como uma demonstração do “interesse, responsabilidade e atenção” do Parlamento em relação ao tema. O deputado avaliou que dizer não ao acordo firmado com os Estados Unidos significava impedir

a obtenção de benefícios “muito importantes para o Maranhão, para o Brasil, para Alcântara e para as comunidades quilombolas de Alcântara”.

Jerry chamou a atenção, no entanto, para três pontos a serem observados: a salvaguarda da soberania nacional; a importância de fazer com que o acordo sirva para a retomada e o fortalecimento do Programa Aeroespacial Brasileiro, “algo fundamental hoje no contexto mundial”; e, o “mais importante”, a necessidade de “resolver os passivos e ter uma visão inclusiva da comunidade de Alcântara, do Maranhão e muito especialmente das comunidades quilombolas de Alcântara”. Por fim, manifestou a expectativa da preparação do município para “um novo momento de desenvolvimento, de progresso, com inclusão social, com sustentabilidade e com justiça”.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e Estados Unidos, assinado em março de 2019, foi aprovado pelo Plenário da Câmara em outubro. O texto tramitou na forma do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 523/19. Após aprovação pelo Senado, em novembro, foi transformado no Decreto Legislativo nº 64, de 2019.

11 de julho de 2019

Relações entre comunidade universitária e governo federal



A CCTCI e a Comissão de Educação promoveram audiência pública conjunta, no dia 11 de julho, com o objetivo de debater as relações institucionais entre os diversos setores da comunidade universitária e o governo federal. O evento foi proposto pelas deputadas Margarida Salomão (PT-MG) e Sâmia Bomfim (Psol-SP). Durante o debate, parlamentares e representantes da comunidade universitária manifestaram preocupação

com o financiamento público da educação superior e apontaram a necessidade de uma maior interlocução do Ministério da Educação (MEC) com a sociedade.

Participaram da audiência o coordenador-geral de Planejamento e Orçamento da Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Edu

cação, Weber Gomes de Sousa; o secretário-executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino; o 2º vice-presidente da Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Emerson Duarte Monte; o diretor da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Cássio de Sousa Borges; e o coordenador-geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), Antônio Alves Neto.

Na ocasião, o representante do MEC, Weber de Sousa, defendeu a ampliação da autonomia econômica e financeira das universidades e institutos federais, objeto de programa que estava em processo de finalização pelo governo. Ele explicou que esse programa – lançado na semana seguinte à realização da reunião – tinha por objetivo possibilitar às universidades firmar parcerias para o desenvolvimento de projetos com o setor produtivo e receber os recursos relativos a essas iniciativas fora do orçamento da União. “O MEC hoje tem a importante missão de ampliar a autonomia financeira e econômica das universidades, estabelecendo um marco legal que aproxime cada

vez mais as universidades e os institutos federais do setor produtivo, com bases conceituais e legais que permitam segurança jurídica para esses projetos serem desenvolvidos”, ressaltou.

O desconhecimento em relação ao conteúdo do programa em elaboração pelo MEC foi motivo de queixas entre os palestrantes. “Não há política pública que tenha longa vida se não for construída coletivamente pela comunidade e pela



Deputada Sâmia Bomfim

sociedade. A melhor proposta é aquela construída com os atores que no dia a dia vão implementá-la”, ressaltou o secretário-executivo da Andifes, Gustavo Balduino.

A deputada Margarida Salomão citou a Emenda Constitucional 85/2015, “que constitucionalizou a inovação tecnológica no país”, ao lembrar que já existia uma estrutura legal para a realização de parcerias entre entidades públicas e privadas. Para a deputada, esses recursos devem ser complementares. “A agregação desses novos valores não deve de forma alguma subestimar o papel imprescindível do financiamento público da educação superior”, alertou.

A deputada Sâmia Bomfim defendeu a necessidade de a sociedade debater os cortes orça-



mentários anunciados pelo governo, “embasados não em justificativa técnica ou administrativa, mas em concepções políticas e ideológicas que, inclusive, negam o caráter crítico e reflexivo que é próprio das universidades, especialmente das universidades públicas”.

A garantia de uma universidade pública e gratuita foi outra preocupação apresentada pelos representantes da comunidade universitária. Weber de Sousa esclareceu que o programa do governo não previa interferência no financiamento básico da União, nem alteração na natureza pública das universidades. O representante do MEC garantiu que a cobrança de mensalidade não seria abordada no projeto. “A própria Constituição determina a gratuidade nos estabelecimentos de ensino públicos”, observou.

Weber lembrou, no entanto, que o Supremo Tribunal Federal já estabeleceu a legalidade da cobrança por cursos de pós-graduação *lato sensu* e defendeu que, mais cedo ou mais tarde, será preciso realizar o debate sobre pagamento de mensalidade na graduação e pós-graduação *stricto sensu*, “sem necessariamente interferir na gratuidade para aqueles que não podem pagar e no caráter público das instituições”.

14 de agosto de 2019

Inclusão digital do idoso



Deputada Lídice da Mata

A CCTCI e a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cidoso) realizaram em conjunto, no dia 14 de agosto, audiência pública com o objetivo de debater os impactos da ciência e da tecnologia na longevidade e o papel da comunicação na inclusão social e digital do idoso. A audiência foi proposta pelos deputados Lídice da Mata (PSB-BA), Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF) e Ted Conti (PSB-ES), na CCTCI; e Lídice da Mata, Leandre (PV-PR), Tereza Nelma (PSDB-AL) e Ossésio Silva (Republicanos-PE), na Cidoso.

Segundo a deputada Lídice da Mata, que presidiu a audiência, do total da população idosa do país, apenas 25% estão conectados à internet e conhecem o funcionamento de um smartphone. “O restante ainda carece da inclusão digital, que é o canal de comunicação que dá acesso à informação e ao conhecimento, instrumentos vitais para a qualidade de vida da sociedade moderna”, afirmou. Ainda de acordo com a deputada, a tecnolo -

gia pode ajudar no combate a doenças do idoso, como a doença senil.

Participaram do debate o diretor do Centro de Estudos da Maturidade da Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura (Fapetec), Ricardo Mucci; o pesquisador e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), especialista em gamificação e coordenador do projeto “Programação de Games para o Desenvolvimento do Raciocínio Lógico e Prevenção do Declínio Cognitivo em Idoso”, Fábio Ota; e o vice-presidente da Sociedade Brasileira

de Gerontecologia (SBGtec), professor Dr. Johannes Doll.

O diretor da Fapetec, Ricardo Mucci, apresentou dados da Organização das Nações Unidas (ONU) relativos à população de idosos no Brasil e no mundo, tanto na atualidade como na perspectiva para os anos 2030 e 2050.

Segundo Mucci, em 2030, os idosos representarão 1/5 da população mundial e o Brasil será a 5ª maior população idosa do mundo. Ele observou ainda que o Brasil real tem desigualdades significativas e destacou que 29% dos cidadãos são



analfabetos funcionais, não possuem habilidades para se engajar digitalmente e apenas 20% das pessoas com mais de 60 anos usam tecnologia.

O professor Johannes Doll abordou o conceito da Gerontecnologia – estudo da tecnologia e do envelhecimento para a melhora do funcionamento da vida diária das pessoas idosas – e destacou como um dos desafios de se viver numa sociedade “profundamente marcada pela tecnologia” o da aprendizagem constante. Ele salientou os impactos nas diversas esferas da vida cotidiana da pessoa idosa, como trabalho, comunicação, consumo [de bens e serviços de modo virtual], lazer, moradia e saúde e cuidado.

Já o pesquisador e desenvolvedor de games Fábio Ota apontou o impacto positivo que o aprendizado do desenvolvimento de games causa na cognição do idoso. Ele destacou os dados da pesquisa realizada por meio do projeto “Programação de Games para o Desenvolvimento do Raciocínio Lógico e Prevenção do Declínio Cognitivo em Idoso”, que apurou resultados mais significativos quanto à capacidade de memória, de concentração e de qualidade de vida dos idosos que desenvolveram games em detrimento dos que apenas jogaram.



Ricardo Mucci - Fapetec



Fábio Ota - Fapesp

15 de agosto de 2019

Crimes cibernéticos

A CCTCI realizou audiência pública, no dia 15 de agosto, para discutir os crimes cibernéticos e as soluções legais para que as autoridades de persecução penal acessem provas telemáticas importantes para resolução de investigações criminais. O debate foi proposto pelos deputados David Soares (DEM-SP), Roberto Alves (Republicanos-SP), Luis Miranda (DEM-DF), Bibó Nunes (PSL-RS), Loester Trutis (PSL-MS) e General Peter nelli (PSL-SP). Na ocasião, a coordenadora do Grupo de Apoio ao Combate aos Crimes Cibernéticos

da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (2ª CCR - MPF), Neide de Oliveira, sugeriu a rejeição pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 5.130, de 2016, que proíbe a suspensão de qualquer aplicação da internet, como WhatsApp, por decisão do poder público.

Além de Neide de Oliveira, participaram do debate a coordenadora-adjunta do Grupo de Apoio ao Combate aos Crimes Cibernéticos da 2ª CCR do MPF, Fernanda Teixeira Souza Domingos; o coordenador do Núcleo Especial de Combate a

Crimes Cibernéticos (Ncyber) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Rodrigo Fogagnolo Maurício; o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do DF (Sindepó) e da Associação de Delegados de Polícia Judiciária (ADPJ), Rafael Sampaio; o perito da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF), Ivo de Carvalho Peixinho; o diretor de Prevenção da ONG SaferNet Brasil, Rodrigo Nejm; e o vice-presidente da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro) São Paulo, Ricardo Theil.

Apresentado pelo ex-deputado João- Ar ruda, o PL 5.130/16 aguarda votação na CCTCI. A procuradora Neide de Oliveira explicou que o WhatsApp já teve os serviços suspensos porque

desobedecia ao artigo do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14) que determina que o provedor mantenha os registros de acesso ao aplicativo pelo prazo de seis meses, para facilitar investigações. Hoje o WhatsApp já guarda os dados, mas isso só foi possível, segundo ela, porque há previsão legal de suspensão de serviços pelo não cumprimento da lei.

Neide de Oliveira sugeriu ainda alteração no Marco Civil, que hoje prevê sanções para provedores com representação no Brasil, mas não tem como investigar ou punir provedores de aplicações sem representação no país, como o Telegram. “Nós temos uma sugestão em relação a provedores sem representação no Brasil de que seja prevista alguma obrigação por parte deles,



como indicar representante legal em território nacional para que receba e possa cumprir decisões e ordens judiciais”, disse. Hoje é necessário pedido de cooperação internacional para promover investigações envolvendo esses provedores.

Já a procuradora Fernanda Domingos defendeu a adesão do Brasil à Convenção de Budapeste – tratado internacional sobre crimes cibernéticos, que já conta com 63 signatários. Segundo ela, países vizinhos já assinaram o acordo e, se o Brasil aderir ao tratado, a cooperação internacional em crimes cibernéticos pode ser agilizada em situações urgentes. A adesão à convenção foi apoiada por todos os outros debatedores.

Para o deputado David Soares, o Brasil precisa urgentemente assinar a convenção. “É inad

missível que já tenhamos uma convenção adotada há 18 anos, e o Brasil não ser signatário”, afirmou.

O perito Ivo Peixinho disse considerar baixas as penas previstas na legislação para alguns tipos de crime cibernético, como o de invasão de dispositivo informático, que é de detenção de três meses a um ano e multa. Segundo Ivo, os crimes de invasão estão crescendo no país, assim como o de vazamento e de sequestro de dados. Ele informou ainda que apenas em 2018 foram contabilizados R\$ 3 bilhões em fraudes bancárias eletrônicas no país, fora as não notificadas. Além disso, há 40 mil ocorrências por ano de pornografia infantil – outro crime cibernético comum.

O promotor Rodrigo Fogagnolo pediu a alteração da legislação para aumentar a pena pre-



Rafael Sampaio - Sindepo e ADPJ



Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira - MPF



Deputado David Soares

vista para crimes cometidos em grandes proporções – por exemplo, quando trazem prejuízos de milhões.

Já o delegado Rafael Sampaio defendeu a alteração do Marco Civil da Internet para permitir acesso a registros de conexão sem permissão judicial. Hoje o Marco Civil prevê a necessidade de requerimento ao juiz para que ordene às empresas o fornecimento de registros de conexão ou de registros de acesso a aplicações de internet. Para o delegado, isso implica excesso de formalidade, de tempo e de custos apenas para se obter acesso à identificação do usuário.

O representante da ONG SaferNet Brasil, Rodrigo Nejm, por sua vez, destacou a importância da educação para uso seguro da internet na prevenção aos crimes cibernéticos. Na visão dele, é preciso mobilizar as escolas para promover esse tipo de educação. O vice-presidente da Assespro São Paulo, Ricardo Theil, também defendeu que a educação é fundamental, especialmente com a chegada do 5G e da inteligência artificial. “São dois fatores que têm potencial explosivo de danos na sociedade”, opinou.

22 de agosto de 2019

O uso do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 22 de agosto, com o objetivo de debater o uso do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que possui tecnologia nacional para conexão à internet em alta velocidade. A audiência foi proposta pelos deputados Zé Vitor (PL-MG), André Figueiredo (PDT-CE), Margarida Salomão (PT-MG) e Luis Miranda (DEM-DF).

Participaram da audiência o coordenador na Assessoria Espacial do Ministério da Defesa, Cel. Anderson Tesch Hosken Alvarenga; o secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Vitor Elísio Góes de Oliveira Menezes; o diretor

comercial da Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras), Hércio Vieira Junior; o ex-presidente da Telebras, Jorge Bittar; o diretor da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Sisnando Rodrigues de Araújo; o presidente da Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Abrasat), Fabio Franco Costa de Alencar; e Marina Pita, membro da Coalizão Direitos na Rede.

O controle do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas é feito em parceria entre o Ministério da Defesa e a Telebras. A chamada banda X, de uso militar, fica com o Mi-



Cel. Anderson Tesch Hosken Alvarenga

nistério da Defesa; e a banda Ka, de uso civil, com a Telebras. O satélite cobre todo o território nacional e tem tecnologia especialmente desenvolvida para a conexão à internet em alta velocidade em até 50 mil pontos de acesso à internet em todo o país.

Para o deputado Zé Vitor, é preciso detalhar melhor “as medidas que estão sendo tomadas para acelerar o processo de inclusão digital mediante o uso do satélite, bem como ter informações que possibilitem atestar a aderência do modelo adotado às necessidades brasileiras de conectividade”. Ele observou que a utilização civil do SGDC tem sido comprometida por entraves jurídicos, devido ao questionamento da contratação de uma única empresa pela Telebras para comercializar a capacidade de tráfego do satélite junto aos usuários.

Durante o debate, foram discutidas também as implicações da possível privatização da Telebras para a gestão do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. O deputado Luis Miranda questionou a pertinência da privatização da empresa diante dos segredos de Estado que envolvem a questão. “Se a Telebras for licitada mesmo e se tornar uma empresa privada, a gente perde esta soberania. Mesmo que eu seja total

mente a favor das privatizações, será que esse é o ponto que nós queremos quando tratamos de segredo nacional? ", questionou.

Segundo o secretário de Telecomunicações do MCTIC, Vitor Elísio, se isso ocorrer, o modelo de privatização será estudado. "Por exemplo, poderia haver um modelo em que se separa a parte do satélite que continua com o governo e se passa à iniciativa privada, se for acontecer isso, somente a parte terrestre. Mas aí há outra série de implicações, porque a parte do satélite depende da parte terrestre. É algo que não é simples, mas eu acredito que, se a secretaria avançar nesse sentido, vai arranjar alguma solução", afirmou.

O coordenador na Assessoria Espacial do Ministério da Defesa, coronel Anderson Hosken, reforçou a fala do secretário. "Ainda é muito cedo dizer que a soberania será prejudicada porque é necessário saber o que será privatizado ou eventualmente privatizado e de que forma avaliar o impacto", observou.

O ex-presidente da Telebras Jorge Bittar lembrou que o programa geoestacionário custou mais de R\$ 2,7 bilhões em investimentos e precisa ser usado. "O satélite tem um tempo de vida de 18 anos. Desses 18 anos, praticamente 2 anos foram

perdidos. A gente tem que usar essa infraestrutura. A Telebras tem que faturar, tem que alcançar sua sustentabilidade econômica", disse.

Segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia, o programa Internet para Todos, viabilizado pelo satélite, atende mais de 10 mil pontos no Brasil, incluindo regiões quilombolas, indígenas e áreas de fronteiras.

Cerca de 6.500 escolas escolhidas pelo Ministério da Educação estão sendo contempladas pela conexão via satélite ao custo de R\$ 758, preço abaixo do praticado pelo mercado e custeado pelo Ministério da Educação.



Marina Pita - Coalizão Direitos da Rede

28 de agosto de 2019

Situação orçamentária do CNPq



A CCTCI e a Comissão de Educação (CE) realizaram, no dia 28 de agosto, audiência pública conjunta para discutir a situação orçamentária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O debate foi proposto pelos deputados Luiza Erundina (Psol-SP), Sâmia Bomfim (Psol-SP), André Figueiredo (PDT-CE), Margarida Salomão (PT-MG), Natália Bonavides (PT-RN), David Soares (DEM-SP), Alex Santana (PDT-BA) e Angela Amin (PP-SC), na CCTCI; e pelos deputados Ivan Valente (Psol-SP), Edmilson Rodrigues (Psol-PA), Glauber Braga (Psol-RJ), Pedro Uczai (PT-SC), Idilvan Alencar (PDT-CE) e Waldenor Pereira (PT-BA), na CE. Na ocasião, representantes de

entidades de apoio à ciência e tecnologia protestaram contra a possibilidade de corte nas 84 mil bolsas de pesquisa financiadas pelo CNPq, como as de iniciação científica, no valor de R\$ 400, para alunos de graduação, e as de doutorado, no valor de R\$ 500 a R\$ 2 mil.

Participaram do debate o secretário-executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Julio Semeghini; o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo; o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira; o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Luiz Davidovich; o secretário-executivo da

Iniciativa de Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br), Celso Pansera; o reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Edward Madureira Brasil, representando a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); o presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof), Adriano Correia Silva; a presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávia Calé da Silva; o presidente da Associação dos Servidores do CNPq (Ascon) e do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (SindGCT), Roberto Muniz Barretto de Carvalho; e a diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Gianna Cardoso Sagazio.

O presidente do CNPq, João Azevedo, informou que só havia dinheiro para pagar as bolsas

de agosto. Segundo ele, faltavam R\$ 330 milhões para honrar os compromissos de setembro a dezembro. Azevedo esclareceu que o problema não era de contingenciamento, mas de um orçamento menor para a área em 2019.

Secretário-executivo do MCTIC, o ex-deputado Julio Semeghini declarou que o governo estava trabalhando no sentido de conseguir mais recursos para não interromper o pagamento das bolsas de pesquisa.

O ex-ministro da Ciência e Tecnologia e ex-deputado Celso Pansera lembrou que havia projetos que poderiam ser votados pelo Congresso para liberar crédito suplementar ao orçamento do setor e definir outras fontes de financiamento, como uma porcentagem do Fundo Social do Pré-Sal.



Deputada Margarida Salomão



A deputada Margarida Salomão defendeu que investimentos em ciência e tecnologia devem ser políticas de Estado. “Colocar em risco a existência do CNPq é ameaçar a soberania nacional. Pôr em risco a manutenção dessas bolsas, especialmente as de iniciação científica, os bolsistas juniores, os bolsistas de mestrado, é decepar a nossa perspectiva de futuro”, assinalou.

Os cientistas enfatizaram a importância da dotação de recursos para o setor como ferramenta para combater a crise econômica e acelerar o desenvolvimento do país. Representante da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich lembrou que os investimentos vão além das bolsas e reforçou que a falta deles compromete o futuro brasileiro.

A união entre ciência, tecnologia e economia foi tema de vários debatedores, que reclamaram

da ausência de um representante da área econômica do governo. Gianna Sagazio, da CNI, salientou que recursos públicos e privados são importantes para promover a inovação. “Enquanto os outros países têm avançado, têm colocado essa área de ciência, tecnologia e inovação como prioridade, e considerado que isso é investimento, no Brasil a gente considera que isso é gasto e tem reduzido os investimentos na área”, observou.

A presidente da ANPG, Flavia Calé, ressaltou que somente a metade dos 300 mil estudantes de mestrado e doutorado do país tinha bolsa. Adriano Silva, representante dos alunos de Filosofia, manifestou receio de que os cortes pudessem desestimular futuros cientistas. “Quem é que vai querer se dedicar a uma carreira tão instável, precarizada em termos, inclusive, de recursos de sobrevivência?”, questionou.

Em outubro, o MCTIC anunciou que os recursos para pagamento das bolsas do CNPq até o fim do ano estavam garantidos. Um total de R\$ 93 milhões foi disponibilizado por meio do Projeto de Lei do Congresso Nacional 41/19, que deu origem à Lei 13.920/2019, e R\$ 156,9 milhões por meio de portaria do Ministério da Economia.



Julio Semeghini - MCTIC

05 de setembro de 2019

A instalação desordenada de cabos nos postes de energia elétrica



A CCTCI e as comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU) e de Minas e Energia (CME) realizaram audiência pública conjunta, no dia 5 de setembro, para discutir a instalação desordenada de cabos em postes de energia elétrica, o sistema de cobrança adotado pelas distribuidoras de energia pela fixação dos cabos, a viabilidade da instalação subterrânea desses cabos em sítios turísticos e as propostas em curso para regulamentação da matéria. O debate foi proposto pelos deputados Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), na CCTCI; Gustavo Fruet (PDT-PR), na CDU; e Adolfo Viana (PSDB-BA) e Lucas Redecker (PSDB-RS), na CME.

Participaram da audiência o superintendente de Competição da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Abraão Balbino e Silva; o superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Carlos Alberto Mattar; o presidente-executivo da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), João Moura; o conselheiro da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), Basílio Rodriguez Perez; o diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marco Delgado;

e o diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Ricardo Dieckmann.

Na ocasião, o deputado Gustavo Fruet defendeu que um novo modelo precisa ser implementado. “Nas grandes cidades e nas áreas urbanas, verifica-se que há hoje um emaranhado de fios e cabos, utilizando os postes originalmente implantados exclusivamente para a rede elétrica, o que gera um efeito estético muito ruim para as



Deputado Gustavo Fruet

cidades, uma ideia urbanística na contramão da tendência mundial e, principalmente, o aspecto de total insegurança, com riscos às pessoas”, assinou.

O representante da Aneel, Carlos Alberto Mattar, disse que as ligações irregulares e clandestinas também trazem prejuízos financeiros às distribuidoras de energia. “Hoje nós estimamos que as distribuidoras deixam de arrecadar em torno de um bilhão e meio de reais por ano, que poderia estar sendo revertido para a modicidade tarifária”, ressaltou. Ele também citou o impacto dessas ligações na segurança das pessoas de forma geral e na qualidade da energia elétrica fornecida aos consumidores.

Uma alternativa discutida para amenizar o problema é a instalação subterrânea dos cabos. O representante da Anatel, Abraão Balbino e Silva, disse que as agências reguladoras e as empresas estão debatendo a viabilidade técnica da medida. Além disso, é preciso uma normatização específica. “Encontrar um modelo que atenda a todas as indústrias, em uma regulamentação que seja estimulante para isso, é o que estamos perseguindo”, afirmou.

17 de setembro de 2019

Programa Nordeste Conectado e Projeto Amazônia Integrada Sustentável



A CCTCI e a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) realizaram audiência pública conjunta, no dia 17 de setembro, para discutir o programa Nordeste Conectado e o Projeto Amazônia Integrada Sustentável (Pais), que visam implantar uma infraestrutura de telecomunicações no Norte-Nordeste. O debate foi proposto pelos deputados Félix Mendonça Júnior (PDT-BA), na CCTCI, e Jesus Sérgio (PDT-AC), na Cindra. Ao sugerir a realização da audiência, Félix Mendonça Júnior observou que os dois projetos são de grande interesse para a integração sustentável das regiões Norte-Nor-

deste, para a conectividade das populações que habitam essas regiões e para o fomento e o desenvolvimento econômico e social locais.

Participaram da audiência o secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Vítor Menezes; o diretor da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Nelson Simões; o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Bráulio Gabriel Gusmão; e o coordenador-geral de Tecnologias e Inovação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, Alexandre Mathias Pedro.



Deputado Jesus Sérgio

Na ocasião, o representante do MCTIC, Vítor Menezes, defendeu a importância da ampliação da oferta de banda larga nas regiões Norte e Nordeste, para o aumento da competitividade e da produtividade em todo o Brasil. Menezes citou o exemplo da agricultura. Segundo ele, se a conectividade for levada ao campo, será possível gerar, em média, uma eficiência de 20% somente nos insumos agrícolas. Isso representaria, de acordo com os cálculos apresentados, “alguns bilhões de reais de benefício para o país”.

O deputado Jesus Sérgio assinalou que a expansão da internet possibilita oportunidades mais igualitárias na educação dos estudantes que vivem em regiões mais distantes e de difícil acesso. “É muito importante para que essas pessoas tenham as mesmas oportunidades daqueles que vivem nos grandes centros. Nós precisamos tornar o Brasil um só Brasil”, disse.

Em junho de 2019, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aprovou o Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações, que tem como objetivo ampliar o acesso à banda larga no Brasil, previsto na Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472/97).

18 de setembro de 2019

Artigo 5º: censura nunca mais

A CCTCI e as comissões de Cultura (CCULT), de Legislação Participativa (CLP), de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), de Educação (CE) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) realizaram seminário, no dia 18 de setembro, para debater o tema “Artigo 5º: censura nunca mais!”. O evento foi proposto pelos deputados Luiza Erundina (Psol-SP) e Sâmia Bomfim (Psol-SP), na CCTCI; Áurea Carolina (Psol-MG) e Marcelo Calero (Cidadania-RJ), na CCULT; Edmilson Rodrigues (Psol-PA) e Glauber Braga (Psol-RJ), na CE; Erika Kokay (PT-DF), na CDHM; Fernanda Melchionna (Psol-RS), na CMADS; e Glauber Braga e Luiza Erundina, na CLP.

Participaram do evento, como palestrantes, o artista Maurício Tizumba, representante do Movimento Artigo 5º; o professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP) Ricardo Galvão, ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Tatiana Ribeiro de Souza, representante da Rede Internacional para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano; Ana Cláudia Mielke, representante do Intervezoes - Coletivo Brasil de Comunicação Social; o cineasta Allan Deberton; o coordenador-geral do Sindicato dos Jornalistas do DF, Gésio Passos; José Henrique Pires, ex-secretário Especial de Cultura do Ministério da Cidadania; Grace Passô, representante do

Movimento 342; Camille Carvalho, representante do Grupo Clowns de Shakespeare; e o presidente da Comissão de Cultura da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Pernambuco (OAB/PE), André Florêncio Souto Maior Mussalem.

Na ocasião, expositores denunciaram novas formas de censura que estariam ocorrendo em ações do governo Bolsonaro, nas artes, nas empresas públicas de comunicação e até nas ciências. A deputada Sâmia Bomfim destacou a importância dos relatos apresentados para se compreender, na Câmara dos Deputados, “a gravidade do momento político” do país. “Não se trata somente de um discurso simbólico, anticiência e contra a democracia; são ações concretas, que modificam a estrutura jurídica do país para tentar impor uma lógica de governo, uma agenda ultraliberal e uma política ultramoralista, reacionária nos costumes”, afirmou. E completou: “Trata-se também de ataque diretamente àqueles setores que através da cultura, da ciência e das artes constroem a resistência, o empoderamento popular, e celebram a diversidade e as características do povo brasileiro”.

A deputada Áurea Carolina também destacou a “tentativa de retorno institucionalizado da

censura no país” e manifestou preocupação com a forma pela qual “essa censura institucionalizada se difunde no imaginário social como uma espécie de legitimação dessas práticas violentas, como se fosse normal e natural que a gente pudesse impedir a liberdade de expressão”.

O ex-diretor do Inpe Ricardo Galvão, exonerado do cargo depois de rebater críticas do presidente Jair Bolsonaro a dados do instituto que indicavam crescimento no desmatamento na Amazônia, lembrou a censura a colegas durante o regime militar, mas afirmou que a situação atual é diferente. “Agora é uma censura nova, que é a censura do negacionismo, principalmente quando tratamos de questões de ciências”, avaliou.

Deputados da base do governo foram ao seminário para rebater as críticas. A deputada Carla Zambelli (PSL-SP) defendeu as decisões do presidente. “A única coisa que o governo Bolsonaro garante para a população, e isso ele prometeu em campanha e vai cumprir, é que o dinheiro público não vai ser usado para falar sobre alguma coisa partidária. Então, se é para defender direita ou esquerda, não vai ter dinheiro, e, quando isso é feito no governo Bolsonaro, é tido como censura”, disse.



BENEDITA DA SILVA
PRESIDENTA

DEP. ÁUREA CAROLINA
Segunda Vice-Presidente

CENSU
NUNO
MAIS

Deputadas Maria do Rosário e Benedita da Silva

18 de setembro de 2019

Orçamento do CNPq e investimentos em C&T para os próximos anos

A CCTCI recebeu o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Pacheco dos Guarany, no dia 18 de setembro, para falar sobre o orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e os investimentos em ciência e tecnologia para os próximos anos. O encontro foi solicitado pelos deputados André Figueiredo (PDT-CE), Márcio Jerry (PCdoB-MA), Margarida Salomão (PT-MG), Luiza Erundina (Psol-SP) e Sâmia Bomfim (Psol-SP).

Durante a reunião, Marcelo dos Guarany enumerou algumas prioridades do governo, como

o ajuste fiscal e o aumento da eficiência de gastos, e apontou como problema o crescimento das despesas obrigatórias, que daria menos espaço às chamadas despesas discricionárias, nas quais se inclui o pagamento das bolsas de pesquisa.

Sobre o pagamento das bolsas em 2019, o secretário-executivo do Ministério da Economia manifestou a expectativa de uma recomposição do orçamento do CNPq e pediu a ajuda da Casa para a suplementação orçamentária. “A gente precisa recompor o orçamento que recebemos no ano passado (cerca de R\$ 730 milhões) para quase



R\$ 1,1 bilhão. Havia um compromisso de R\$ 330 milhões: nós já havíamos recomposto desde setembro R\$ 80 milhões e agora precisamos de mais R\$ 250 milhões”, explicou (os recursos foram garantidos em outubro: R\$ 93 milhões por meio do Projeto de Lei do Congresso Nacional 41/19, que deu origem à Lei 13.920/2019, e R\$ 156,9 milhões por meio de portaria do Ministério da Economia). Já em relação a 2020, Guarany's informou que a execução do orçamento para as bolsas de pesquisa depende da arrecadação de impostos.

Parlamentares presentes à reunião ressaltaram a importância do investimento em ciência e tecnologia para o desenvolvimento do país e salientaram que a luta por esses recursos é uma causa suprapartidária. Alguns deputados, como Margarida Salomão, questionaram o tratamento preferencial que Marcelo dos Guarany's afirmou estar sendo dado ao setor. “Se, como porta-voz do governo, ele reconhece a prioridade da ciência e tecnologia como elemento de fomento para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, então evidentemente essa área não pode ter um tratamento linear, um tratamento tão omissivo quanto o que ele apresentou”, disse a deputada.



Deputado Félix Mendonça Júnior

26 de setembro de 2019

A importância das instituições de C&T para o desenvolvimento regional sustentável



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 26 de setembro, para discutir a importância das instituições de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento regional sustentável no Brasil, Nordeste e Paraíba. O debate foi proposto pelos deputados Gervásio Maia (PSB-PB), David Soares (DEM-SP) e Ted Conti (PSB-ES).

Participaram da audiência o secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcelo Marcos Morales; a

coordenadora-geral de Programas Estratégicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Priscila Lelis Cagni; o presidente da Frente Parlamentar de Ciências, Tecnologia e Inovação da Assembleia Legislativa da Paraíba, deputado estadual Buba Germano; o diretor-geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Nelson Simões; e a técnica da área internacional da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Isabella da Silva dos Santos.

Na ocasião, o deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA) observou que não é possível pensar em desenvolvimento na sociedade contemporânea sem que se tenha, na vanguarda, o desenvolvimento da ciência e tecnologia. O deputado destacou que o padrão fundamental da superação de impasses econômicos em vários países tem sido o investimento maciço no setor e chamou a atenção para o consenso entre os participantes da audiência de que é “fundamental, indispensável e urgente” que sejam intensificados os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil.

Para Jerry, a questão regional é uma questão do país. “Precisamos resolver os entraves regionais, do Nordeste, de outros cantos do Brasil, porque é no somatório disso que a gente consegue encontrar um caminho para utilizar as potencialidades do nosso país, para aproveitar melhor a ciência e tecnologia e, dessa maneira, ter uma agenda de desenvolvimento sustentável, permanente, que suplante as ocorrências de governo e que se insira, se estruture e se perenize como atividade de Estado”, concluiu.

O deputado Gervásio Maia reforçou que os recursos destinados à ciência e tecnologia não representam gastos, mas investimento. Ele lembrou

o exemplo das pesquisas sobre o Zika vírus. “Imaginem o quanto o Brasil economizou nos gastos com saúde pública no instante em que nossos pesquisadores avançaram em um tema que preocupou muito o país e trouxe sequelas terríveis para a população brasileira”, assinalou.



Deputado Gervásio Maia



01 de outubro de 2019

Os dados informáticos nos crimes contra crianças e adolescentes



Deputado Roberto Alves

A CCTCI realizou audiência pública, no dia 1º de outubro, com o objetivo de debater o Projeto de Lei 2.514/2015, do Senado Federal, que disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados informáticos mantidos por fornecedor de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente. A audiência foi sugerida pelo deputado Roberto Alves (Republicanos-SP), relator do projeto na CCTCI.

O deputado lembrou que a proposta “é resultante dos trabalhos da CPI da Pedofilia no Senado Federal, que por vários meses discutiu melhorias nas investigações policiais sobre crimes contra crianças e adolescentes na internet, sobretudo no combate às redes de pornografia infantil”.

Participaram da audiência o coordenador do Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ncyber/MPDFT), Leonardo Otreira; a chefe do Serviço de repressão a crimes cibernéticos do Departamento de Polícia Federal (DPF),





Leonardo Otreira, MPDFT

Cassiana Saad de Carvalho; o coordenador do Grupo de Perícias em Informática do Departamento de Polícia Federal de Mato Grosso do Sul (Gpinf | DPF-MS), Mateus de Castro Polastro; o diretor regulatório do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Alexander Castro; e o presidente da SaferNet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira.

O PL 2.514/2015 prevê, entre outros pontos, que provedores de conexão à internet deverão manter dados cadastrais e de conexão de seus usuários por pelo menos três anos. De acordo com o texto, não haverá necessidade de autorização judicial para que os provedores forneçam à autoridade policial e ao Ministério Público os dados de conexão e cadastrais do usuário no caso de investigação de delito contra criança e adolescente. Atualmente, o Marco Civil da Internet estabelece prazo de um ano para a guarda dos registros de conexão e a necessidade de autorização judicial para acesso a esses dados.

Durante o debate, a proposta dividiu opiniões. Para a representante da Polícia Federal, Cassiana Saad, as mudanças previstas no projeto de lei representam avanços. Ela criticou a legislação



atual por não permitir a obtenção dos dados de conexão por requisição policial ou do Ministério Público e devido ao curto prazo para a guarda de dados pelos provedores. Segundo Saad, o número de inquéritos em andamento sobre pornografia infantil na internet chega a quase 1.700. Ela observou que esses são crimes transnacionais e muitas vezes superam as fronteiras da internet, chegando a abuso sexual real contra crianças e adolescentes. Na sua opinião, o essencial é reprimir o mercado consumidor. “Não há uma separação, na essência, entre o consumidor desses produtos e o produtor de conteúdo; é uma escalada de comportamento”, alertou.

Essa também é a visão do representante do MPDFT. Leonardo Otreira considera positivo na

proposta deixar claro que empresas de internet que prestam serviço no Brasil deverão respeitar a legislação brasileira. “Não raras vezes, algumas empresas não enviam os dados requisitados alegando que as informações não constam em servidores hospedados no país”, disse.

Já o presidente da ONG SaferNet Brasil, Thiago Tavares, defendeu a rejeição do PL 2.514/15. Segundo ele, “o projeto não vai inovar e vai conflitar com a legislação já existente”, uma vez que a maior parte da proposta foi abordada por outros diplomas legais, como o Marco Civil da Internet.

O deputado Roberto Alves destacou, por fim, o lançamento na Câmara dos Deputados da Frente Parlamentar contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

03 de outubro de 2019

Empreendedorismo e inovação: visão da academia e do governo



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 3 de outubro, sobre o tema “Empreendedorismo e inovação: visão acadêmica, educacional e geral do assunto”. O debate foi proposto pela deputada Angela Amin (PP-SC), presidente da Subcomissão Especial de Empreendedorismo e Inovação da CCTCI. Na ocasião, representantes dos ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) informaram que estava em fase de ajustes um projeto de lei que o governo federal deve enviar à Câmara dos Deputa

dos para regulamentar as startups (empresas com pouco tempo de criação e que trazem inovação) no Brasil.

Participaram da audiência o diretor substituído do Departamento de Ecosistemas Inovadores do MCTIC, Sérgio Antônio Garcia Alves Júnior; o subsecretário de Inovação do Ministério da Economia, Igor Manhães Nazareth; o superintendente da Área de Empreendedorismo e Investimento da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), Raphael Braga; o coordenador de projetos do

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), Cesar Augusto Costa; a reitora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Wanda Machado Hoffmann; e o coordenador da Pós-Graduação do Departamento de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (EGC/UFSC), Roberto Carlos Pacheco.

Segundo o subsecretário de Inovação do Ministério da Economia, Igor Nazareth, o objetivo do marco legal das startups é alavancar essas empresas no país, melhorando o ambiente de negócios. A intenção é fomentar novos modelos, aumentar a oferta de capital para investimento e promover maior segurança jurídica para empreendedores, com melhor captação e retenção de talentos.

“Para elaboração da proposta que foi para consulta pública, nós envolvemos 160 pessoas de 50 instituições privadas e 20 instituições públicas. Elas passaram quatro meses discutindo e identificando as principais barreiras e os instrumentos para resolver esses problemas, as políticas que deveriam ser criadas”, afirmou Nazareth.

O deputado Vinicius Poit (Novo-SP) ofereceu apoio na análise do projeto, quando chegar à Câmara, e destacou a necessidade de construção de pontes e diálogos. “O objetivo é fomentar o em

preendedorismo no Brasil”, declarou. A deputada Angela Amin acrescentou que “o Brasil tem muito para caminhar, e que a Casa tem uma responsabilidade muito grande”.

Participantes da audiência enfatizaram a necessidade de o governo estar mais presente na inovação tecnológica. A reitora da UFSCar, Wanda Hoffmann, defendeu políticas claras, com investimentos em educação, ciência e tecnologia e o fortalecimento de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Por sua vez, o representante da UFSC, Roberto Carlos Pacheco, avaliou que a empresa que não for capaz de inovar e melhorar seu portfólio



vai perecer. Pacheco ressaltou ainda que a ciência brasileira é de alta qualidade pela juventude que tem e pelo recente período de investimento. “Agora, a transformação de ciência em tecnologia e inovação requer outros ingredientes”, alertou.

O diretor-substituto de Ecossistemas Inovadores do MCTIC, Sérgio Garcia Alves, informou que a pasta atua em algumas linhas de frente, buscando, por exemplo, apoiar o ecossistema de startups por meio de programas como o Centelha e o Empreendedoras Digitais, este último voltado para o público feminino.

No âmbito do Ministério da Economia, um dos destaques é o InovaAtiva Brasil, um programa de serviços gratuitos que auxiliam as startups a se capacitar e se conectar com o mercado, ten

do capacitado mais de 2 mil startups e acelerado mais de 900. Outro programa, o StartOut Brasil, busca a internacionalização das startups brasileiras, a partir de missões em outros países. Segundo Igor Nazareth, 60% das startups que participam do programa fazem negócios no exterior.

No dia 17 de dezembro, foi instalada na Câmara uma comissão especial para analisar o Projeto de Lei Complementar 146/19, apresentado à Casa em maio, por um grupo de deputados, e já batizado de marco legal das startups. O deputado Vinicius Poit será o relator da proposta no colegiado. Até o fechamento deste trabalho, o governo federal não havia encaminhado o projeto de lei para a regulamentação das startups.



Deputada Angela Amin



Igor Manhães Nazareth - Ministério da Economia



08 de outubro de 2019

Contribuições da ICP-Brasil para digitalização de processos e combate a fraudes



A CCTCI e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) realizaram audiência pública conjunta, no dia 8 de outubro, para discutir os avanços conquistados e as contribuições da ICP-Brasil na digitalização de processos nos serviços públicos e no combate a fraudes. O debate foi proposto pelos deputados Angela Amin (PP-SC) e Alex Santana (PDT-BA), na CCTCI; e Margarete Coelho (PP-PI), na CSPCCO.

Participaram da audiência o coordenador do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (CG ICP-Brasil), Fernando Wandscheer de Moura Alves; o diretor do Departamento de Ecossistemas Inovadores da Secretaria de

Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Otavio Viegas Caixeta; o coordenador-geral de Infraestrutura e Serviços da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Leonardo Garcia Greco; o diretor-presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Marcelo Buz; o presidente-executivo da Associação Nacional de Certificação Digital (ANCD), Egon Luís Schaden Júnior; e o supervisor do Laboratório de Segurança em Computação (LabSEC) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ricardo Felipe Custódio.

A certificação digital foi criada no país em 2001, por meio da Medida Provisória 2200-2/01, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) – para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica – e transformou o ITI em uma autarquia federal com o poder de “Auto-



ridade Certificadora Raiz” da ICP-Brasil. No fim de 2002, o Poder Executivo enviou à Câmara proposta que regulamenta a certificação digital (Projeto de Lei 7316/02) e, em 2004, um substitutivo foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Em 2010, um novo texto foi aprovado pela Comissão de Defesa do Consumidor, e desde então a regulamentação aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ao propor a audiência, a deputada Angela Amin ressaltou que o certificado digital no padrão da ICP-Brasil é uma ferramenta tecnológica de



Deputada Angela Amin

segurança que proporciona autenticidade, confidencialidade, integridade e validade jurídica a documentos e processos virtuais. “Por meio desse instrumento, pessoas físicas e jurídicas se identificam e assinam documentos digitalmente, de qualquer lugar do mundo, assistidos por um arcabouço complexo de segurança que não somente evita fraudes, como também garante a rastreabilidade das partes”, destacou. Para Angela Amin, ao proporcionar “rigorosos critérios de identificação e validação” na transmissão de dados no mundo eletrônico, o certificado digital ICP-Brasil reforça o combate à corrupção e ao crime organizado.

“Entendo que esse é um tema que precisamos aprofundar e muito, e esta comissão tem uma responsabilidade muito grande”, assinalou a deputada durante a audiência pública. Diante de representantes dos diferentes setores, Angela Amin defendeu a importância para os governos e para a sociedade brasileira da parceria do setor público, envolvendo as Casas legislativas, com a iniciativa privada e com a academia. “Nós temos muito que avançar, estamos construindo, e esta Casa e esta comissão têm uma participação muito importante nesse processo”, afirmou.



10 de outubro de 2019

A importância da indústria de semicondutores e os desafios para continuidade dos incentivos ao setor



Deputado Cezinha de Madureira

A CCTCI realizou, no dia 10 de outubro, audiência pública para discutir a importância da indústria de semicondutores no Brasil e os desafios para continuidade dos incentivos ao setor, com foco na Lei de Informática e no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semi Condutores (Padis). O debate foi proposto pelos deputados Cezinha de Madureira (PSD-SP), Alex Santana (PDT-BA) e Margarida Salomão (PT-MG).

Participaram da audiência o coordenador-geral de Estímulo ao Desenvolvimento de Negócios Inovadores da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Henrique de Oliveira Miguel; o gerente do Departamento de Tecnologia e Política Industrial da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Israel Guratti; o diretor da Associação Brasileira da Indústria de Semicondutores (Abisemi), Paulo



Afonso Frias Trindade Junior; o pró-reitor Acadêmico e de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Alsones Balestrin; o presidente da Sociedade Brasileira de Microeletrônica (SBMicro), Nilton Itiro Morimoto; e o executivo de Tecnologia do Instituto de Pesquisas Eldorado, José Eduardo Bertuzzo.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), em decisão final, de dezembro de 2018, considerou ilegais isenções tributárias concedidas pelo governo brasileiro por meio de incentivos a empresas com sede no país, em detrimento de empresas estrangeiras, o que é proibido pelo órgão.

O Brasil foi contestado pelo Japão e pela União Europeia. A Lei de Informática, que vem sendo revista desde 1991, foi o principal alvo, e o órgão internacional determinou a sua extinção ou substituição até o final de 2019.

Segundo o deputado Cezinha de Madureira, um dos proponentes da audiência, “o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação destaca-se como o principal gerador e difusor do progresso técnico e base da produtividade na economia atual”. Ao propor o debate, o deputado defendeu as estratégias de fomento ao setor, destacando a Lei de Informática e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da indústria de -Se



micondutores, e lamentou que os programas de política industrial adotados pelo Brasil tenham sido condenados pela Organização Mundial do Comércio numa das maiores disputas que o país enfrentou na área comercial”.

O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) defendeu a continuidade dos incentivos e lembrou que as empresas do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação registram crescimento maior do que a média de empresas e indústrias de outras áreas.

O representante da Abinee, Israel Guratti, ressaltou que o ramo de Tecnologia da Informação e Comunicação brasileiro é o segundo maior do mundo em número de empresas, atrás apenas da China. Ele disse que o fim dos incentivos poderia provocar um aumento de preços de até 25% nos aparelhos celulares. Entre 2006 e 2017, o setor pagou R\$ 80 bilhões em tributos e recebeu R\$ 48 bilhões em incentivos.

Em 16 de dezembro, o Plenário da Câmara aprovou o Projeto de Lei 4.805/19, que dispõe sobre a política industrial para o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação, e para o setor de semicondutores. O projeto de lei foi sancionado com três vetos e, em 27 de dezembro de 2019,

foi publicada a Lei 13.969/19 em edição extra do Diário Oficial da União.



Deputado Vitor Lippi

16 de outubro de 2019

Participação de bancos públicos no fomento à ciência, tecnologia e inovação



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 16 de outubro, para discutir a participação dos bancos públicos no fomento à ciência, tecnologia e inovação. O debate foi proposto pelo presidente da comissão, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA). Na ocasião, representantes de instituições financeiras apresentaram linhas de crédito oferecidas especificamente para a inovação. Essas linhas beneficiam agricultura, indústria, comércio e serviços, na maioria das vezes para a compra de máquinas e equipamentos mais modernos. Por outro lado, também foi enfatizada a necessidade de mais investimentos públicos e privados em inovação.

Participaram da audiência o coordenador-geral de Estruturação de Fundos do Departamento de Estruturas de Custeio e Financiamento de Projetos da Secretaria de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Carlos Alberto Fernandes; o presidente do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Romildo Carneiro Rolim; a gerente-executiva da Área de Planejamento do Banco da Amazônia, Marcia Mithie Kitagawa da Costa; a chefe do Departamento de Produtos e Inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Irece Fraga Kauss; o gerente de Soluções da Diretoria



Deputado Félix Mendonça Júnior

de Governo do Banco do Brasil, José Carlos Martins da Silva; e a gerente de Clientes e Negócios da Gerência Nacional de Estratégia de Clientes Renda Média e Básica da Caixa Econômica Federal, Michelle Fernandes Vieira.

O deputado Félix Mendonça Júnior destacou o papel de um conjunto de instrumentos financeiros composto, entre outros, pelos fundos constitucionais de financiamento regional e por linhas de financiamento à inovação, na promoção da ciência, tecnologia e inovação “nas regiões historicamente menos privilegiadas” em relação à concentração da riqueza nacional. “É enorme, portanto, a responsabilidade dos bancos públicos que atuam como operadores desses fundos e linhas de financiamento, sobretudo num momento de restrição orçamentária como este que atravessamos”, defendeu.

Operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Banco do Nordeste investe, por exemplo, em hubs de inovação, centrais que já existem em Fortaleza e Salvador e que abrigam as chamadas startups, pequenas empresas focadas em soluções inovadoras. O presidente da instituição, Romildo Rolim, desmistifica a ideia de que inovação é algo grandioso e complicado.

“São processos produtivos às vezes mais simples, mas que dão melhor produtividade e que fazem com que aquele crédito seja sustentável e que o cliente venda melhor, venda mais, consolide o seu produto, a sua cadeia de produção e de venda, e que aquela cadeia produtiva se consolide dentro de um nicho de mercado específico”, explicou.

Durante o debate, representantes dos bancos públicos apontaram a necessidade de mais linhas de crédito a fundo perdido, aquelas em que o tomador do empréstimo não tem uma contrapartida imediata. Isso porque investimentos em inovação demandam recursos altos e têm um grande risco econômico. A chefe do Departamento de Produtos e Inovação do BNDES, Irece Kauss, ressaltou que tanto o setor público quanto a iniciativa privada ainda colocam poucos recursos em ciência e tecnologia. “O governo investe mais do que as empresas privadas. Então precisamos investir mais e as empresas privadas também precisam. Daí o papel do financiamento à inovação e dos bancos públicos, de empurrarem essa fronteira de ‘apetite ao risco’ dos investimentos privados”, acrescentou.

Segundo Irece Kauss, o Brasil está em 66º lugar no Índice Global de Inovação, um ranking

anual que mede a capacidade dos países em inovar. A deputada Luiza Erundina (Psol-SP) cobrou do governo um Plano Nacional de Desenvolvimento, para nortear os investimentos na área. Já o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP) sugeriu que se aproveitasse a rede formada por universidades federais, estaduais e institutos federais de educação para direcionar esses investimentos. “Deveríamos criar um ambiente para que cada um desses campi universitários que já estão na grande maioria das cidades brasileiras atuasse localmente a partir da realidade local, a partir das condições das economias e do turismo locais”, afirmou Lippi.



Romildo Carneiro Rolim - BNB



24 de outubro de 2019

Papel dos provedores regionais de internet na ampliação da oferta de banda larga no Brasil

A CCTCI realizou audiência pública, no dia 24 de outubro, para discutir a importância dos provedores regionais de internet na ampliação da oferta de banda larga no Brasil. O debate foi proposto pelo deputado Vitor Lippi (PSDB-SP).

Participaram da audiência o diretor do Departamento de Banda Larga da Secretaria de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Artur Coimbra de Oliveira; o superintendente de Planejamento e Regulamentação substituto da Agên-

cia Nacional de Telecomunicações (Anatel), Felipe Roberto de Lima; o gerente do Departamento de Telecom, TI e Economia Criativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Eduardo Azen Alves; o analista técnico da Unidade de Inovação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional), Carlos Henrique Blanco de Oliveira; o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), André Felipe Rodri-



gues; o diretor-geral da Associação NEO, Alex Jucius; e a gerente de projetos do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, Marina Pita.

Na ocasião, o deputado Vitor Lippi destacou que a banda larga é uma infraestrutura fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, assim como para a redução das desigualdades no país. “Sem conectividade, hoje não há possibilidade de desenvolvimento sustentável”, afirmou. Lippi observou que é muito mais fácil levar a internet a determinadas áreas porque há uma viabilidade econômica, o que não acontece em “expressiva parte do Brasil”. Daí a importância dos provedores regionais. “Sem dizer que isso significa um recurso que está ali e fortalece a

economia local; é um empreendedorismo local e temos grande interesse em ampliar esse tipo de atividade empreendedora no Brasil”, completou.

Vitor Lippi defendeu a necessidade de superar os gargalos apontados durante a audiência, de modo que “o setor possa atuar de forma ainda mais importante para beneficiar o Brasil e os brasileiros”. São dificuldades relacionadas, por exemplo, à questão tributária, ao compartilhamento de postes de energia e ao financiamento. Lippi manifestou a disposição de dar encaminhamento a essas questões, de modo a contribuir para oferecer “uma condição ainda melhor” aos provedores regionais do país.



**24 de outubro de 2019**

Papel da Furp na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos populares (seminário)

A CCTCI promoveu seminário, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), para discutir o papel da Fundação para o Remédio Popular (Furp) na produção, distribuição, pesquisa e desenvolvimento de medicamentos populares. A Furp é vinculada à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. O evento ocorreu no dia 24 de outubro, na Alesp.

O seminário foi proposto pelos deputados Alencar Santana Braga (PT-SP), Hélio Leite (DEM-PA), Cezinha de Madureira (PSD-SP), David Soares (DEM-SP), Sâmia Bomfim (Psol-SP), Margarida Salomão (PT-MG) e Luis Miranda (DEM-DF).

Participaram do evento Maria Alessandra da Silva, membro do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo; Primavera Borelli Garcia, professora da Faculdade de Farmácia da Universidade de São Paulo (USP); Arthur Pinto, promotor da área de Saúde Pública, do Ministério Público do Estado de São Paulo; e os deputados estaduais Beth Sahão (PT), membro da CPI da Furp na Alesp, Car-

los Giannazi (Psol) e Monica da Bancada Ativista (Psol). Além do deputado federal Alencar Santana Braga, que idealizou o debate, também estiveram presentes o senador Major Olimpio (PSL-SP) e o prefeito de Américo Brasiliense (SP), Dirceu Pano.

Ao propor a realização do seminário, o deputado Alencar Santana Braga observou que a Furp é um dos maiores laboratórios farmacêuticos públicos do Brasil e da América Latina, “responsável pelo desenvolvimento, produção e distribuição de produtos que garantem a melhoria da qualidade de vida da população”. Ele assinalou que a indústria farmacêutica, no mundo, concentra esforços na pesquisa e comercialização de produtos para o tratamento de doenças que agreguem maior retorno financeiro, ao passo que “os laboratórios farmacêuticos públicos, no Brasil, atuam para atender as demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), negligenciadas pelos grandes laboratórios do mercado”. Dessa forma, defendeu, a Furp é um órgão estratégico para a saúde pública brasileira.



29 e 30 de outubro de 2019

Desenvolvimento da ciência e tecnologia, da educação e do conhecimento



A CCTCI realizou, em conjunto com a Comissão de Educação (CE), o seminário “O Papel da Universidade Pública no Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Conhecimento”, nos dias 29 e 30 de outubro, na Câmara dos Deputados. O evento foi proposto pelos deputados Margarida Salomão (PT-MG), Vinicius Poit (Novo-SP), Márcio Jerry (PCdoB-MA), Ted Conti (PSB-ES) e Vitor Lippi (PSDB-SP), na CCTCI; e Margarida Salomão, na CE.

O encontro contou com a participação de reitores e professores de universidades públicas e

de representantes de outras instituições ligadas à ciência e ao conhecimento. Os debates foram divididos em três painéis, com os temas “Autonomia, Gestão e Democracia” e “Financiamento” (mesas I e II), no dia 29; e “Perspectivas para as Universidades Brasileiras” (mesa III), no dia 30.

Participaram da primeira mesa os palestrantes Maria Emília Walter, decana de pesquisa e inovação da Universidade de Brasília (UnB); Roberto Salles, ex-reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF); e Luiz Antônio Cunha, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Compuseram a mesa II Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Helena Bonciani Nader, vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); e Nelson Cardoso Amaral, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). Fizeram parte da mesa III Edward Madureira Brasil, vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e Carlos Alberto Marques, membro do Comitê Executivo do Observatório do Conhecimento.

Para a deputada Margarida Salomão, idealizadora do seminário, “os cortes de recursos das universidades federais, as ameaças de fechamento de alguns Ifes (Institutos Federais de Ensino Superior), as grandes mobilizações sociais em defesa da educação pública e a proposta do governo federal através do Programa Future-se exigem um intenso diálogo por parte do parlamento, da sociedade civil e do governo federal”.

Na ocasião, o deputado Ted Conti, um dos autores do requerimento, considerou também que “o ranqueamento de um país passa pelo investimento em ciência e tecnologia, por isso há

preocupação”. O parlamentar ressaltou que a bancada federal do Espírito Santo está destinando 40 milhões de reais ao Ifes e considerou “absurdo” admitir que 18 mil bolsas sejam cortadas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).



Deputada Margarida Salomão

07 de novembro de 2019

Papel da Furp na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos populares (audiência pública)



A CCTCI e a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) realizaram audiência pública conjunta, no dia 7 de novembro, para discutir a importância da Fundação para o Remédio Popular (Furp) na produção, pesquisa, desenvolvimento e distribuição de medicamentos populares. O evento foi proposto pelos deputados Alencar Santana Braga (PT-SP), Cezinha de Madureira (PSD-SP), Luiza Erundina (Psol-SP) e Margarida Salomão (PT-MG), na CCTCI, e pelo deputado Alexandre Padilha (PT-SP), juntamente com Alencar Santana Braga, na CSSF.

A Furp é o laboratório farmacêutico oficial do Estado de São Paulo e um dos maiores fabricantes públicos de medicamentos do Brasil e da América Latina. Participantes da audiência defenderam a manutenção da estatal, cuja possibilidade de extinção ou de privatização foi noticiada pela imprensa.

Participaram do debate o técnico da Coordenação de Assistência Farmacêutica e Medicamentos Estratégicos do Ministério da Saúde, Sidney Richardson Roriz; a conselheira Nacional de Saúde Lenise Aparecida Martins Garcia; o pre-

sidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil (Alfob), Artur Roberto Couto; o vice-presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), Fábio Basílio; e o assessor da Presidência do Conselho Federal de Farmácia, Tarcísio José Palhano.

A conselheira Nacional de Saúde Lenise Garcia destacou que a Furp é fundamental para a saúde no país, pois fabrica medicamentos para as chamadas doenças negligenciadas – aquelas às quais a indústria farmacêutica não se dedica devido à baixa lucratividade dos remédios. Ela observou que a estatal é a única produtora de medicamentos contra tuberculose, brucelose, hanseníase, meningite e toxoplasmose; e que os medicamentos são distribuídos para mais de 3 mil cidades brasileiras. “A gente vê com preocupação a possibilidade de desabastecimento de medicamentos importantes caso a Furp seja fechada”, completou.

O representante do Ministério da Saúde, Sydney Roriz, elogiou o papel das fábricas estatais de medicamentos, mas afirmou que a pasta respeita a autonomia do Estado de São Paulo em decidir sobre o futuro da fundação.

O deputado Alencar Santana Braga chamou a atenção para o fato de o relatório da Comissão

Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa de São Paulo que identificou irregularidades em parcerias da Furp ter apontado, ao mesmo tempo, a importância da empresa e a necessidade de se buscar uma solução para sua permanência e seu fortalecimento. “A Casa legislativa do Estado de São Paulo se aprofundou sobre a situação da Furp, tece um conjunto de críticas em relação à gestão, mas reafirma a importância da empresa para o Sistema Único de Saúde” reforçou o deputado e ex-ministro da Saúde Alexandre Padilha.



Deputado Alencar Santana Braga

19 de novembro de 2019

Cobertura e qualidade da telefonia móvel distante dos grandes centros



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 19 de novembro, para discutir a cobertura e a qualidade da telefonia móvel distante dos grandes centros. O debate foi proposto pelos deputados Hélio Leite (DEM-PA), Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF), Bibó Nunes (PSL-RS), Gervásio Maia (PSB-PB), Paulo Freire Costa (PL-SP), Luis Miranda (DEM-DF) e Tiago Dimas (Solidariedade-TO).

Participaram da audiência o coordenador-geral de Infraestrutura de Banda Larga da Secretaria de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunica-

ções (MCTIC), Otto Fernandes Solino; o superintendente de Planejamento e Regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Nilo Pasquali; o secretário substituto do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (C dust), Fábio Koleski; o líder do Programa de Telecomunicações Digitais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Diogo Moyses Rodrigues; o diretor de Relações Institucionais e Mídia da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Henrique Lian; o diretor de Autorregulação do Sindicato Nacional das

Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), José Alexandre Bicalho; o gerente sênior de Engenharia da Claro, Rodrigo Morgado; o diretor de Relações Institucionais da Telefônica Vivo, Enylson Camolesi; o diretor de Relações Institucionais da TIM S.A., Leandro Guerra; e o diretor de Regulamentação e Atacado da Oi, Carlos Eduardo Medeiros.

Na ocasião, o representante do MCTIC, Otto Solino, informou que o governo vai encaminhar ao Congresso Nacional, no início de 2020, projeto de lei para permitir que recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) possam ser utilizados antes da aprovação pelos parlamentares da PEC dos Fundos Públicos (PEC 187/19), que vai extinguir vários deles, inclusive o Fust. O fundo arrecada R\$ 1 bilhão anualmente e já tem acumulados R\$ 21,8 bilhões, mas praticamente não foi utilizado para investimentos no setor de telecomunicações.

Hoje, a lei que regulamenta o Fust (Lei 9.998/2000) só permite que os recursos sejam usados para a expansão da telefonia fixa – serviço prestado em regime público. A ideia é permitir que o Fust seja utilizado também por prestadoras em regime privado, como as operadoras de

telefonia móvel, e por pequenos provedores com atuação em pequenos municípios brasileiros, que hoje têm dificuldade de acesso a crédito. Uma série de projetos em análise na Casa já atualiza a Lei do Fust.

Otto Solino também destacou que a regulamentação pelo ministério do novo marco legal de telecomunicações (Lei 13.879/2019) deverá fixar compromissos tendo em vista os objetivos previstos na norma. A nova lei possibilita que atuais concessões de telefonia fixa sejam transformadas em autorizações – tipo de licença mais flexível – mediante compromisso de investimentos pelas operadoras, com prioridade para implementação



Deputado Hélio Leite

de banda larga em áreas sem competição e para a redução de desigualdades.

O representante da Anatel, Nilo Pasquale, confirmou para o primeiro trimestre de 2020 o edital de licitação para a quinta geração de telefonia móvel, o chamado 5G, o qual deverá fixar compromissos de cobertura para as operadoras. Hoje, segundo ele, há cobertura de telefonia móvel em todos os municípios brasileiros, abrangendo 99% da população, mas há 13.500 localidades no Brasil sem atendimento da tecnologia 4G. Alguns municípios ainda são atendidos pela tecnologia 2G. Além disso, ainda são desafios as coberturas rural e nas rodovias.

O deputado Hélio Leite, idealizador da audiência, chamou atenção para a dificuldade de

comunicação na região amazônica e para o fato de as operadoras não entregarem a velocidade prometida. Para ele, o Parlamento tem a obrigação de fiscalizar o cumprimento das concessões que essas operadoras recebem do poder público e garantir o direito de todos os brasileiros a uma comunicação de qualidade.

Representante do SindiTeleBrasil, José Bicalho disse que as operadoras seguem as obrigações de cobertura determinadas pela Anatel. Ele observou que as estradas e áreas mais afastadas dos centros urbanos ainda não foram consideradas nas obrigações de cobertura dos editais já realizados pela agência. Na visão de Bicalho, essas áreas podem ser contempladas no leilão do 5G, ou o Fust pode ser utilizado para atendimento em



áreas sem viabilidade comercial. Bicalho também disse que o setor lidera os rankings de reclamações em diversos países do mundo pelo número de pessoas atendidas, que no Brasil chega a 315 milhões de usuários. De acordo com ele, em números relativos, são 16 demandas nos Procons para cada 10 mil clientes.

Em 2018, a Anatel recebeu 3 milhões de reclamações, conforme o representante do C dust, Fábio Koleski. Em 2015, esse número chegava a 4 milhões. De acordo com Koleski, pesquisa realizada anualmente pela Anatel desde 2015 mostra que a satisfação do consumidor com o serviço celular tem melhorado ao longo do tempo, mas que a banda larga fixa tem gerado muitas reclamações, em especial sobre o atendimento ao consumidor

e a capacidade de resolução de problemas pelas prestadoras.

Diretor de Relações Institucionais e Mídia da Proteste, Henrique Lian ressaltou que nos Procons houve 460 mil reclamações na área de telecomunicações em 2018. O setor lidera o ranking de reclamações de consumidores.

O representante do Idec, Diogo Moyses, destacou que, no Brasil, o acesso à internet ainda é marcado pela desigualdade, já que 85% das classes D e E e 61% da classe C acessam internet apenas pelo celular. O Idec pede que o modelo de internet móvel seja por velocidade, como na banda larga fixa, e não por franquia.



20 de novembro de 2019

Sistemas integrados de inteligência territorial na gestão de recursos hídricos

A CCTCI realizou audiência pública, no dia 20 de novembro, para discutir o uso dos sistemas de inteligência territorial na gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e no desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada. O debate foi proposto pelo presidente do colegiado, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).

Participaram do encontro o secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura do Estado da Bahia, Lucas Teixeira Costa; o diretor de Águas do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), Eduardo Topázio; o diretor do Instituto Water for Food, da Universidade de Nebraska – EUA, Christopher Neale; e os professores do Departamento de Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Viçosa (DEA/UFV) Marcos Heil Costa e Everardo Mantovani.

O deputado Félix Mendonça Júnior, idealizador do evento, observou que, na agricultura tropical, os ciclos de produção são definidos pela disponibilidade hídrica, mas as chuvas nem sempre

ocorrem no período adequado e em quantidade necessária. “Neste contexto a agricultura irrigada se coloca como uma opção importante para intensificar a produção, diminuir a pressão sobre a abertura de novas áreas e ampliar a produtividade”, afirmou. O deputado salientou, porém, que tudo depende principalmente da disponibilidade hídrica (superficial e subterrânea)”.

Durante a audiência, os especialistas convidados apresentaram o atual estágio da tecnologia na área, com destaque para a solução desenvolvida pelos produtores da região Oeste da Bahia. Segundo o deputado Félix Mendonça Júnior, “a ocupação da região se iniciou nos anos 1980 com uma expansão de 440% na área plantada entre 1990 e 2018, totalizando hoje cerca de 2,3-milhões de hectares com agricultura. A área irrigada passou de 17.100 hectares em 1990 para 192.000 hectares em 2018, aumentando a produtividade”.



CHRISTOPHER NEALE
UNIVERSIDADE DE SERRAIA

LUCAS COSTA
SEGRETA

DR. CARLOS VIEIRA
UNIVERSIDADE DE SERRAIA

28 de novembro de 2019

A utilização de carros elétricos



A CCTCI realizou audiência pública, no dia 28 de novembro, para discutir a utilização de carros elétricos. O debate foi proposto pelos deputados Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF), Alex Santana (PDT-BA), Luis Miranda (DEM-DF), Tiago Dimas (Solidariedade-TO) e Hélio Leite (DEM-PA). Especialistas ouvidos na audiência avaliaram que, em um futuro próximo, carros elétricos deverão ser compartilhados, em modelo semelhante ao usado atualmente para bicicletas e patinetes elétricos, com veículos estacionados em pontos específicos, liberados por meio de aplicativo de smartphone.

Participaram do debate o secretário de Empreendedorismo e Inovação do Ministério da

Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Paulo Alvim; o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal, Gilvan Máximo; o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Igor Nogueira Calvet; o diretor-superintendente do Parque Tecnológico Itaipu (PTI), general Eduardo Castanheira Garrido Alves; o presidente da MHV Veículos Híbridos Metropolitanos, Roque Versolato; e o diretor-presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), Alessandro França Dantas.

No Distrito Federal, um projeto-piloto usa carros elétricos compartilhados no serviço públi

co, mas a ideia é expandir essa tecnologia para a população em geral. Os protótipos em experiência no DF têm autonomia de 100 quilômetros, com três horas de carga a um custo de R\$ 5, e alcançam uma velocidade de 80 km por hora. Segundo o presidente da ABDI, Igor Calvet, a previsão é que o Governo do Distrito Federal instale até 35 eletropostos, onde poderão ser carregados não apenas os 15 veículos participantes do projeto, mas todos os carros elétricos de Brasília.

O presidente da startup MHV, Roque Versolato, assinalou que o uso de veículos elétricos representa menos ruído e menos poluição nos grandes centros urbanos. Ele observou que, na cidade de São Paulo, os ônibus são responsáveis por 40% da poluição. Segundo Versolato, com a adoção de ônibus híbridos – elétricos, com micro-turbina que recarrega o veículo – esse índice cairia para 4%. “O ônibus híbrido polui 1/10 do ônibus a diesel”, ressaltou. Versolato citou ainda vantagens econômicas: 30% menos gasto com combustível do que um ônibus a diesel convencional.

O secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTIC, Paulo Alvim, apontou como desafio para a utilização de veículos híbridos e elétricos no Brasil, a produção desses veículos no país,

assim como das suas partes e componentes. “O segundo desafio é uma legislação de estímulo e incentivo ao uso desses veículos”, completou.

Durante a audiência, empresários pediram isenção de impostos e incentivos para os investimentos em inovação. Segundo o deputado Julio Cesar Ribeiro, idealizador do debate, no que depender da Câmara, não vai faltar respaldo político. “A realidade chegou, mas se nós não estivermos fazendo algo para poder fomentar, isso aí pode ficar no tempo”, afirmou.



Deputado Julio Cesar Ribeiro

4 de dezembro de 2019

Exposição do ministro Marcos Pontes sobre a situação de quilombolas em Alcântara e a possibilidade de fusão entre Capes e CNPq



A CCTI realizou, em 4 de dezembro, reunião conjunta com a Comissão de Cultura (CCULT), contando também com a participação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), para ouvir o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, sobre a situação da população quilombola

que reside nas proximidades da Base de Alcântara e sobre a possibilidade de fusão da Capes com o CNPq. O debate foi proposto pelas deputadas Luiza Erundina (Psol-SP) e Sâmia Bomfim (Psol-SP), na CCTCI; e pelos deputados Áurea Carolina (Psol-MG) e David Miranda (Psol-RJ), na CCULT.

Participaram também do evento o diretor de Política Espacial e Investimentos Estratégicos da

Agência Espacial Brasileira (AEB), Cristiano Augusto Trein; o major-brigadeiro do Ar, Paulo Roberto de Barros Chã, presidente da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCI - SE) da Força Aérea Brasileira (FAB); o coordenador suplente do Grupo de Trabalho 13 do Comitê de Desenvolvimento de Programa Espacial Brasileiro, Cláudio Olany Alencar de Oliveira; Idervânio da Silva Costa, consultor jurídico do Ministério da Defesa; e o diretor de Cooperação Institucional do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Vilson Rosa de Almeida.

Em sua exposição, o ministro disse que uma eventual expansão da base de Alcântara, no Maranhão, será discutida com as comunidades quilombolas da região durante o ano de 2020. Algumas

reportagens publicadas na imprensa indicaram a possibilidade de remoção de 350 famílias, o que foi um dos motivos para a audiência. Marcos Pontes afirmou que, após a aprovação do acordo que permitiu a exploração comercial da base, a fase agora é de procurar interessados e melhorar a infraestrutura local.

A deputada Luiza Erundina disse que as comunidades quilombolas de Alcântara ainda não foram ouvidas pelo governo, o que tem gerado apreensão entre as pessoas. A deputada lembrou que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho determina que essas comunidades sejam ouvidas sobre projetos que as afetem.

“Os quilombolas não foram consultados, atendidos, informados em nenhum momento



desse processo. Isso é uma deficiência grave por haver uma decisão de um órgão internacional, um órgão da ONU, que não foi atendida numa convenção da qual o país é subscritor”, disse Erundina.

Marcos Pontes afirmou que acredita na adesão da comunidade local ao projeto porque, segundo o ministro, ele deve melhorar a qualidade de vida das pessoas.

“É natural as pessoas terem medo. Medo da mudança. Mas o fato é que se a gente quer prosseguir e ter sucesso em alguma coisa, a gente vai precisar provocar a mudança. Se a gente continuar fazendo as coisas da mesma maneira, a gente vai ter o mesmo resultado. Então a gente precisa provocar a mudança. E a mudança vai ser grande lá, mas vai ser positiva”, disse Pontes.

O ministro explicou que a ideia é fazer com que Alcântara receba muitas pessoas que vão trabalhar na base, mas também desenvolver atividades que atraiam turistas e ensino especializado para a região.

Outro ponto da audiência foi a possibilidade de fusão entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o CNPq. O ministro defendeu que esses órgãos permaneçam separados.

O diretor de Cooperação Institucional do CNPq, Vilson Almeida, afirmou que as duas agências são complementares, mas têm objetivos diferentes. A Capes trabalha com a formação de profissionais e o CNPq atua com projetos de pesquisa em parceria com o setor privado.



Deputado Márcio Jerry



Deputada Luíza Erundina



5 de dezembro de 2019

Lei do SeAC



Deputado Coronel Chrisóstomo

A CCTCI realizou audiência pública, em 5 de dezembro, para discutir o Projeto de Lei 4.292/19 - de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que pretende assegurar que os serviços idênticos aos de TV por assinatura distribuídos pela internet estejam sujeitos às mesmas regras da TV paga. O projeto enquadra os serviços de streaming, como Netflix, na lei da TV paga. A audiência foi solicitada pelos deputados Cezinha de Madureira (PSD-SP) e Vinicius Poit (Novo-SP).

Participaram do evento o advogado da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Samir Nobre; o diretor de Regulação e Relações Institucionais do Grupo Globo, representando a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Marcelo Bechara; o diretor de Assuntos Regulatórios e Institucionais do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Roberto Franco; o vice-presidente de Relações Institucionais da Claro, Fábio Augusto Andrade; o diretor-geral da Associação NEO, Alex Jucius; a gerente de Projetos do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação So



cial, Marina Pita; o consultor da Motion Picture Association (MPA), Maurício Fittipaldi; e o ex-deputado federal e consultor em Telecomunicações, Jorge Bittar.

As regras sobre a matéria estão previstas na chamada Lei de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), que estabelece, entre outros pontos, cotas de conteúdo nacional para os canais e pacotes.

Relator do PL 4.292/19 na CCTCI, o deputado Vinicius Poit inicialmente apresentou parecer pela rejeição da proposta, mas recomendando a aprovação de um projeto apensado (PL 4.389/19), de autoria do deputado João Maia (PL-RN). Este projeto tem o objetivo oposto: permite a oferta de

canal de programação pela internet sem que ele seja enquadrado na Lei do SeAC. A proposta de João Maia também acaba com a restrição à propriedade cruzada prevista na Lei do SeAC. Hoje, a lei prevê que produtoras de conteúdo detenham no máximo 50% do capital total e votante de prestadoras de telecomunicações; e que prestadoras de telecomunicações detenham no máximo 30% do capital de produtoras e programadoras.

Como, posteriormente, mais uma proposta foi pensada (PL 5.645/19), terá que ser proferido novo parecer aos projetos. Apresentado pelo deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP), o PL 5.645/19 prevê, entre outros pontos, que a



Fábio Augusto Andrade - Claro

Ex-deputado Jorge Bittar

prestadora do serviço de acesso condicionado, independentemente de tecnologia de distribuição empregada, oferta, sem qualquer custo adicional para seus assinantes, os canais de televisão aberta e os de acesso público, como TV Brasil, TV-Câmara e TV Senado. Essa regra – conhecida como *must-carry* – já é cumprida pelas operadoras de TVs por assinatura, e a ideia do deputado é que também valha quando o serviço for distribuído pela internet

Na audiência pública, Fábio Augusto Andrade, vice-presidente de Relações Institucionais da Claro, manifestou preocupação com o parecer apresentado. “Temos o PL 4.292/19, o PL 4.389/19

e o PL 5.645/19 e me causa estranheza que o relator cite apenas o PL 4.389/19. Isso me causa perplexidade porque os outros projetos têm pontos importantes a serem considerados”, disse.

Já o diretor de Regulação e Relações Institucionais do Grupo Globo, Marcelo Bechara, se disse contrário ao enquadramento dos serviços de streaming na Lei do SeAC. Ele acredita que o serviço tem que ter regulação diferente do serviço de TV paga.

O consultor da Motion Picture Association (MPA), Maurício Fittipaldi, também acredita que a distribuição de conteúdo audiovisual por meio de estrutura de telecomunicações – como no caso



da TV por assinatura - não pode ser equiparada à distribuição de conteúdo pela internet. A entidade representa a Netflix.

Já o consultor da área de telecomunicações e ex-deputado federal Jorge Bittar, que foi relator da Lei do SeAC na Câmara, acredita que a lei deve ser atualizada para englobar a distribuição de conteúdo audiovisual pela internet e que essas plataformas também devem apoiar a produção e distribuição de filmes e séries brasileiros.

Bittar defende outra proposta (PL 8.889/2019), também do deputado Paulo Teixeira, que já foi aprovada na Comissão de Cultura, sob a forma de um substitutivo, e agora será analisada pela CCTCI. O substitutivo obriga distribuidoras de conteúdos audiovisuais formatados em catálogo, como Netflix e Amazon Prime Video, a investir anualmente pelo menos 10% do seu faturamento bruto em produções nacionais.

Na audiência, Roberto Franco, representante do SBT, disse ser contrário à retirada das restrições de propriedade cruzada do texto da Lei do SeAC sem que outro mecanismo de promoção da competição seja criado. Ele defendeu o *must-carry* no serviço de audiovisual prestado pela internet

Essa mesma posição foi defendida pelo representante da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), Samir Nobre: "Foi feito algum estudo do que essa revogação das restrições de propriedade cruzada trará para os brasileiros? Desconhecemos qualquer estudo sobre os benefícios que a alteração vai trazer para as empresas brasileiras."

A diversidade de posições ficou ainda mais clara com o posicionamento da gerente de projetos do Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social, Marina Pita. Ela disse ser favorável à regulamentação do serviço de streaming, mas se posicionou contra as propostas de regulação que foram discutidas na audiência. O Intervozes defende que haja limites na concentração de mercado.

O PL 4.292/19 recentemente recebeu novo despacho e será encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, que irá deliberar sobre a matéria antes da CCTCI.

19 de dezembro de 2019

As ameaças de privatização do Serpro e da Dataprev



A CCTCI promoveu seminário, em 19 de dezembro, para discutir as ameaças de privatização do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev). O evento foi realizado em Porto Alegre (RS).

O seminário foi proposto pelas deputadas Fernanda Melchionna (Psol-RS), Sâmia Bomfim (Psol-SP) e Luiza Erundina (Psol-SP), com o obje-

tivo de debater a privatização das duas empresas públicas federais de TI (Tecnologia da Informação) e também o risco iminente de fechamento da Regional do Serpro e do escritório da Dataprev no Rio Grande do Sul.

Participaram do evento Vera Guasso, representante do Sindppd/RS; Leonardo Nichelatti, integrante da Organização por Local de Trabalho (OLT) e representante do Serpro/RS; Iuri Palma, trabalhador da Dataprev/RS e diretor do Sindppd/RS; e o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS).

A deputada Fernanda Melchionna ressaltou que a iniciativa para realização do evento surgiu a partir de uma reunião com representantes do Sindppd/RS acerca do processo de aceleração de privatização das empresas, com as resoluções nº 90 e nº 91, ambas de 19 de novembro de 2019, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, bem como do desencontro de informações e ao mesmo tempo das ameaças de fechamento de escritório e sedes.



**GRUPO DE
TRABALHO E
SUBCOMISSÕES**

Maio de 2019

Grupo de Trabalho para análise do Ato normativo nº 1/2007



Deputado Alex Santana

A CCTCI criou, em maio, Grupo de Trabalho com o objetivo de debater a atualização das normas que balizam a análise dos atos de outorga e renovação de outorga para a prestação dos serviços de rádio e televisão – as chamadas “TVR”.

O Grupo de Trabalho apresentou o Relatório nº 1/2019, contendo o texto do novo Ato Normativo, aprovado em novembro pelo colegiado. O relator, deputado Alex Santana (PDT-BA), ressaltou que o novo Ato, “ao mesmo tempo em que amplia o protagonismo da comissão no exame

dos processos de radiodifusão, também simplifica os procedimentos de análise das concessões, permissões e autorizações, mantendo a transparência e a qualidade dos trabalhos da CCTCI”. O objetivo foi eliminar a duplicação de esforços e conferir mais agilidade e eficiência na apreciação das concessões, permissões e autorizações de rádio e TV pela Câmara.

Com a aprovação da proposta pelo colegiado, o exame dos processos passou a ser centrado no parecer conclusivo expedido pelo Poder Executivo atestando que o ato de outorga ou renovação atende a todos os requisitos previstos na legislação em vigor. Dessa forma, a CCTCI não necessita verificar, individualmente, todos os documentos exigidos pela norma anterior (Ato Normativo nº 1/2007), o que torna mais simples a análise formal do processo.

O Ato Normativo nº 1/2019 está em vigor e seu inteiro teor está disponível para consulta na página da comissão na internet.

Subcomissões Permanentes:

11 de julho de 2019

Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)



Deputada Luiza Erundina

Ao propor a criação da subcomissão, por meio do requerimento nº 30/19, subscrito pelos deputados Márcio Jerry (PCdoB-MA), Cezinha de Madureira (PSD-SP), Sâmia Bomfim (Psol-SP) e David Soares (DEM-SP), a deputada Luiza Erundina (Psol-SP) destacou o potencial do CLA para o desenvolvimento tecnológico e científico brasileiro. “O Centro de Lançamento de Alcântara, criado no início dos anos 1980, no estado do Maranhão, é um dos melhores locais para lançamento de foguetes e satélites do mundo. Sua localização próxima à Linha do Equador possibilita uma

economia de cerca de 30% em combustível nos lançamentos, e sua proximidade ao mar facilita a chegada de contêineres”, observou.

A subcomissão, instalada em 11 de julho, tem por objetivo analisar e monitorar políticas e acordos relacionados à base de Alcântara, assim como oferecer sugestões e propostas que possam auxiliar na superação dos desafios do setor, bem como contribuir para uma discussão qualificada e aprofundada sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado recentemente com os Estados Unidos para utilização do Centro de Lançamento de Alcântara.

Além da deputada Luiza Erundina, relatora, e do deputado Márcio Jerry, presidente, são titulares os parlamentares Margarida Salomão (PT-MG), Gervásio Maia (PSB-PB), Cezinha de Madureira e Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF). Os deputados Angela Amin (PP-SC) e David Soares integram a subcomissão como suplentes.

Subcomissões Permanentes:

28 de agosto de 2019

Orçamento para C&T

A criação da subcomissão, por meio do requerimento nº 45/19, foi proposta pelo presidente da CCTCI, deputado Félix Mendonça Júnior (PDT-BA). Ao justificar a iniciativa, ele destacou que um dos pilares do desenvolvimento das nações é a capacidade de gerar conhecimento e inovação. Félix Mendonça Júnior ressaltou que, ao longo dos anos, observa-se, no Brasil, um problema de gestão na área de ciência e tecnologia, relacionado principalmente à instabilidade orçamentária, mas também à elaboração de projetos e à devida execução e acompanhamento de sua realização.

“Por se tratar de uma questão estrutural, entendemos que a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática cabe o protagonismo de realizar intensos debates, buscar soluções adotadas em outras nações pelo mundo e consolidar uma política pública que garanta recursos permanentes, projetos consistentes e uma

realização efetiva para o progresso do nosso país”, defendeu o deputado.

A subcomissão foi instalada em 28 de agosto e tem dentre as suas finalidades discutir alternativas para ampliar o volume dos investimentos no setor, eliminar entraves burocráticos e tributários, e otimizar a aplicação dos recursos. A deputada Margarida Salomão (PT-MG) foi eleita presidente da subcomissão e o relator é o deputado Vitor Lippi (PSDB-SP).

Além da deputada Margarida Salomão e do deputado Vitor Lippi, são titulares da subcomissão os parlamentares Cezinha de Madureira (PSD-SP), Gervásio Maia (PSB-PB), Luis Miranda (DEM-DF) e Rodrigo Agostinho (PSB-SP).

Os parlamentares Félix Mendonça Júnior, Cleber Verde (Republicanos-MA), João H. Campos (PSB-PE), Julio Cesar Ribeiro (Republicanos-DF), Sâmia Bomfim (Psol-SP) e Angela Amin (PP-SC) integram a subcomissão como suplentes.

Subcomissões Especiais:

05 de junho de 2019

Bionetria e Privacidade

A criação da subcomissão foi proposta pelos deputados Alex Santana (PDT-BA) e Bibó Nunes (PSL-RS), por meio dos requerimentos nºs 18/19 e 19/19. Ao justificar a iniciativa, o deputado Alex Santana destacou a responsabilidade de se debruçar e estudar com profundidade as tecnologias de reconhecimento facial, muito popular nos momentos atuais, mas também outras tecnologias igualmente úteis para as situações de grande concentração populacional.

Dessa forma, a subcomissão foi instalada em 5 de junho, com o objetivo de estudar e debater o uso de tecnologias de identificação de pessoas em situações de concentração massiva, tais como

o reconhecimento facial e a medição de características biométricas, entre outras. O deputado Bibó Nunes foi eleito presidente e indicou o deputado General Peternelli (PSL-SP) para ocupar a relatoria.

Além dos deputados Bibó Nunes e General Peternelli, integraram a subcomissão como membros titulares os parlamentares Alex Santana, Luíza Erundina (PsoL-SP) e Vinicius Poit (Novo-SP). O deputado Luis Miranda (DEM-DF) fez parte do colegiado como suplente.

A subcomissão foi extinta em 27 de novembro por ter expirado o prazo de duração de 180 dias, previsto no seu ato de constituição.





CÂMARA
DOS
DEPUTADOS



DEPARTAMENTO
DE COMISSÃO

COMISSÃO
DE
INVESTIMENTOS
E
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

SUBCOMISSÃO ESPECIAL
EMPREENDIMENTO E INOVAÇÃO

Subcomissões Especiais:

05 de junho de 2019

Empreendedorismo e Inovação



A criação da subcomissão atende a demandas dos deputados Angela Amin (PP-SC), Vinicius Poit (Novo-SP) e Alex Santana (PDT-BA), objeto dos requerimentos n^{os} 12, 13, 14 e 15/19, que tiveram por objetivo tratar dos seguintes temas: “Impactos da Sociedade 4.0 – Mão de Obra do Futuro”, “Cidadania e Urbanismo Digital”, “Empreendedorismo Digital e Startups” e “Soluções para os entraves ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil”.

A subcomissão foi instalada em 5 de junho, tendo sido eleita presidente a deputada Angela

Amin, que indicou o deputado Vinicius Poit para a relatoria.

Além dos deputados Angela Amin e Vinicius Poit, são membros titulares os parlamentares Alex Santana, Cezinha de Madureira (PSD-SP), Professor Israel Batista (PV-DF), e Paulo Ganime (Novo-RJ). Integram a subcomissão como suplentes os deputados Luis Miranda (DEM-DF), Vitor Lippi (PSDB-SP), General Peternelli (PSL-SP), Bibo Nunes (PSL-RS), Margarida Salomão (PT-MG) e Ted Conti (PSB-ES).

Subcomissões Especiais:

28 de agosto de 2019

Cyber Segurança



Deputado Márcio Jerry

A subcomissão foi criada por iniciativa dos deputados Márcio Jerry (PCdoB-MA) e Roberto Alves (Republicanos-SP), por meio dos requerimentos nºs 6/19 e 10/19, tendo por objetivo debater e propor soluções legislativas relacionadas à temática fake news e crimes cibernéticos, espe-

cialmente no que se refere à prevenção e combate à cultura do ódio, à intolerância e à utilização da internet como instrumento para práticas delituosas e violações dos direitos da criança e do adolescente (pornografia infantil).

“O tema é polêmico (fake news) e requer discussões mais aprofundadas, que envolvam a sociedade, o parlamento e os veículos de comunicação, de forma a produzir uma legislação avançada, ou ainda, gerar indicativos de ações coordenadas entre Legislativo, Executivo e Judiciário”, avaliou o deputado Márcio Jerry.

Segundo o deputado Roberto Alves, “para que a referida prática seja combatida de forma rápida e eficaz, é necessária a realização de estudos no sentido de aperfeiçoar a legislação e gerar conteúdo útil ao aprimoramento de instrumentos que atuem no controle e na repressão da produção, posse e compartilhamento de pornografia infantil na internet”.

A subcomissão não foi instalada.



OUTROS EVENTOS



Palestra sobre “A Radiodifusão Brasileira: desafio e soluções”, com o secretário de Radiodifusão do MCTIC, Elifas Gurgel - **22 de maio de 2019.**



Palestra sobre “Os horizontes da Cooperação Brasil-União Europeia em Ciência, Tecnologia e Inovação”, com o ministro conselheiro Alejandro Zurita, chefe do Setor de Pesquisa e Inovação da Delegação da União Europeia no Brasil - **29 de maio de 2019.**



Deputado Félix Mendonça Júnior recebe visita do embaixador da Turquia, Murat Yavuz Ateş, para abertura da exposição fotográfica "15 de Julho, Dia da Democracia e da Unidade Nacional", promovida pelo Grupo Parlamentar da Amizade Brasil - Turquia - **16 de julho de 2019.**



Apresentação sobre "As Comunicações Estratégicas do Exército", com o comandante de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército Brasileiro, General Carlos Alberto - **2 de outubro de 2019.**



Visita técnica de comitiva da CCTCI à sede do Inpe, em São José dos Campos (SP) -
08 de novembro de 2019.



CCTCI EM NÚMEROS

situação em 31/12/2019

**Balanco de 2019**

Eventos

Reunião de instalação e eleição da Mesa	1
Reuniões de instalação e eleição (subcomissões)	4
Reuniões (subcomissão)	7
Reuniões deliberativas ordinárias	22
Reunião deliberativa extraordinária	1
Audiências públicas	16
Audiência pública extraordinária	1
Audiências públicas conjuntas	11
Reuniões de comparecimento de ministro	2
Seminários	5
Visita técnica	1
Outros eventos (apresentações)	3
TOTAL	74



Reuniões deliberativas canceladas	4
Reuniões deliberativas encerradas com termo	3
Reuniões de instalação e eleição canceladas (subcomissões)	3
Reunião de instalação e eleição encerrada com termo (subcomissão)	1
Reuniões ordinárias (subcomissão) canceladas	2
Audiências públicas canceladas	4
Audiência conjunta encerrada com termo	1
TOTAL	18

Proposições aprovadas

PLs (projetos de lei)	69
PLPs (projetos de lei complementar)	2
PDC (projeto de decreto legislativo)	1
PFC	3
PDL (projeto de decreto legislativo)	1

Relatório 1/2019 - Ato 01/2019 CCTCI	1
TVRs (atos de outorga de serviços de radiodifusão)	151
Emendas orçamentárias (LDO)	7
Emendas orçamentárias (LOA)	4
Emendas orçamentárias (PPA)	3
REQs (requerimentos)	132
TOTAL	374

Proposições rejeitadas

PLs (projetos de lei)	10
PDC (projeto de decreto legislativo)	6
PDL (projeto de decreto legislativo)	3
PFC (proposta de fiscalização e controle)	0
PLP (projeto de lei complementar)	1
TOTAL	20



PROPOSIÇÕES NA CCTCI EM 2019

Requerimentos

REQ	Ementa	Autor	Situação
REQ 1/19	“Requer seja realizada reunião de audiência pública com o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para debater os principais programas e projetos da pasta”.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 20/03/19, em conjunto com os requerimentos nºs 2 e 4. Evento realizado em conjunto com a Comissão de Educação 08/05/19. (Ver REQ 93/19 CE)
REQ 2/19	“Requer seja convidado o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Marcos Pontes, para exposição a esta Comissão, sobre as principais políticas, prioridades e planos a serem executados no âmbito da pasta”.	André Figueiredo	APROVADO em 20/03/19, em conjunto com os requerimentos nºs 1 e 4. Evento realizado em conjunto com a Comissão de Educação 08/05/19. (Ver REQ 93/19 CE)
REQ 3/19	“Requer a realização de audiência pública para debater a questão das tecnologias de reconhecimento facial para aplicação em segurança pública no Brasil”.	Bibo Nunes, Vinicius Poit, Sâmia Bomfim, Margarida Salomão e Luis Miranda	Requerimento subscrito pelos Deputados Vinicius Poit, Sâmia Bomfim, Margarida Salomão e Luis Miranda. APROVADO em 20/03/19, com aditamento para a inclusão dos seguintes convidados: sr. Danny Kabiljo, da empresa Full Face, representante do setor de startups; sr. Danilo Doneda, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e advogado especialista em proteção de dados pessoais; e representantes das empresas Huawei e NEC. Evento realizado em 03/04/19.

<p>REQ 4/19</p>	<p>“Solicito seja convidado o Sr. Marcos César Pontes, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para apresentar para o conjunto desta Comissão os principais projetos e ações frente ao Ministério”.</p>	<p>Margarida Salomão</p>	<p>APROVADO em 20/03/19, em conjunto com os requerimentos nºs 1 e 2. Evento realizado em conjunto com a Comissão de Educação 08/05/19. (Ver REQ 93/19 CE)</p>
<p>REQ 5/19</p>	<p>“Requer a convocação do senhor Marcos César Pontes, ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América”.</p>	<p>Márcio Jerry, Sâmia Bomfim, Cleber Verde e Luis Miranda</p>	<p>Requerimento subscrito pelos Deputados Sâmia Bomfim, Cleber Verde e Luis Miranda. APROVADO em 20/03/19, com aditamento com alteração para convite, e com a transformação em audiência conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Evento realizado em 10/04/19. (Ver REQ 24/19 CDHM e REQ 25/19 CREDN)</p>
<p>REQ 6/19</p>	<p>“Requer a criação de Subcomissão Especial para debater e propor soluções legislativas e outras providências afetas ao tema das Fake News e crimes cibernéticos”.</p>	<p>Márcio Jerry</p>	<p>APROVADO em 27/03/19, na forma do acordo, para criação da Subcomissão de Cyber Segurança (REQs 6 e 10/19). ARQUIVADO</p>
<p>REQ 7/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública conjunta com a CDDM para tratar da atuação de grupos de ódio organizados na rede mundial de computadores”.</p>	<p>Sâmia Bomfim, Margarida Salomão, Alex Santana, Ângela Amin e Luis Miranda</p>	<p>Requerimento subscrito pelos Deputados Margarida Salomão, Alex Santana, Ângela Amin e Luis Miranda. APROVADO em 20/03/19, com inclusão dos seguintes convidados: 1) Professor Sérgio Amadeu, da Universidade Federal do ABC; sra. 2) Isabela Bagueros, Diretora-executiva do Projeto TOR (The Onion Router); 3) sra. Mariana Valente, da InternetLab; 4) sr. Renato Opice Blum, advogado especialista; e 5) representantes da Coalisão Direitos na Rede e do Governo Federal. (Ver REQ 10/19 CMULHER) (Ver REQ 16/19)</p>

REQ 8/19	“Requer o desarquivamento de proposições de autoria desta comissão”.	Félix Mendonça Júnior	Aprovado em 20/03/19 e transformado no REQ 881/19. ARQUIVADO
REQ 9/19	“Requer a realização de audiência pública para debater sobre o uso das tendências tecnológicas Inteligência Artificial, Machine Learning e Deep Learning, e os impactos no contexto social”.	Alex Santana, Margarida Salomão, Vinicius Poit e Vitor Lippi	Requerimento subscrito pelos Deputados Margarida Salomão, Vinicius Poit e Vitor Lippi. APROVADO em 20/03/19, com inclusão dos seguintes convidados: 1) sr. Maurício Teles Barbosa, Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia; 2) Professor Sérgio Amadeu, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br); 3) Carlos Afonso Souza, do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS Rio); 4) Andriei Gutierrez, da IBM (Watson); e 5) representantes do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), e da Faculdade de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Evento realizado em 24/04/19.
REQ 10/19	“Requer a criação de subcomissão especial para tratar de combate à pornografia infantil na internet”.	Roberto Alves	APROVADO em 27/03/2019, na forma do acordo para criação da Subcomissão de Cyber Segurança. (REQs 6 e 10/19) ARQUIVADO
REQ 11/19	“Requer a criação de Subcomissão Especial sobre Tecnologia 5G no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática”.	Loester Trutis	PRONTA PARA PAUTA
REQ 12/19	“Requer a criação, no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Subcomissão Especial para tratar do Assunto: Impactos da Sociedade 4.0 - Mão de Obra do Futuro”.	Angela Amin	Aprovado em 27/03/19, na forma do acordo, para criação da Subcomissão Empreendedorismo e Inovação. (REQs 12, 13, 14 e 15/19) ARQUIVADO

REQ 13/19	“Requer a criação de Subcomissão Especial para debater e propor soluções legislativas relacionadas ao tema da “Cidadania e Urbanismo Digital”.	Vinicius Poit	APROVADO em 27/03/19, na forma do acordo, para criação da Subcomissão de Empreendedorismo e Inovação. (REQs 12, 13, 14 e 15/19) ARQUIVADO
REQ 14/19	“Requer a criação de Subcomissão Especial para debater e propor soluções legislativas relacionadas ao tema do “Empreendedorismo Digital e Startups”.	Vinicius Poit	APROVADO em 27/03/19, na forma do acordo, para criação da Subcomissão de Empreendedorismo e Inovação. (REQs 12, 13, 14 e 15/19) ARQUIVADO
REQ 15/19	“Requer a criação de Subcomissão Especial para discutir e propor soluções para os entraves ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil”.	Alex Santana	APROVADO em 27/03/19, na forma do acordo, para criação da Subcomissão de Empreendedorismo e Inovação. (REQs 12, 13, 14 e 15/19) ARQUIVADO
REQ 16/19	“Solicita sejam convidados representantes da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério das Relações Exteriores e da SaferNet Brasil para, em Reunião de audiência pública, debater a Deep Web e a Dark Web, e suas influências sobre a sociedade.	Bibo Nunes	APROVADO em 27/03/19, com o seguinte acordo, para que a audiência pública a ser realizada contemple este requerimento e o de nº 7/2019, da Deputada Sâmia Bomfim.
REQ 17/19	“Requer a apreciação do Plenário desta Comissão para que, caso aprovado, o Projeto de Resolução em anexo, que ‘Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, modificando o nome da atual Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações’ seja de autoria desta Comissão temática”.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 27/03/19 e transformado no Projeto de Resolução 48/19. ARQUIVADO
REQ 18/19	“Requer a criação da Subcomissão Especial para identificação, estudo e debates de tecnologias de identificação de pessoas, em situações de concentração massiva, tais como o reconhecimento facial, medição de características biométricas e outras”.	Alex Santana	APROVADO em 27/03/19, na forma do acordo, para criação da Subcomissão de Biometria e Privacidade. (REQs 18 e 19/19) ARQUIVADO

<p>REQ 19/19</p>	<p>“Requer a criação da Subcomissão Especial do Reconhecimento Facial no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática”.</p>	<p>Bibo Nunes</p>	<p>APROVADO em 27/03/19, na forma do acordo, para criação da Subcomissão de Biometria e Privacidade. (REQs 18 e 19/19) ARQUIVADO</p>
<p>REQ 20/19</p>	<p>“Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Secretaria de Governo, Senhor Carlos Alberto dos Santos Cruz, para comparecer à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para prestar esclarecimentos sobre o vídeo em defesa do Golpe Militar veiculado pelo WhatsApp oficial da Presidência da República no último dia 31 de março”.</p>	<p>Luiza Erundina e Sâmia Bomfim</p>	<p>DEVOLVIDA AO AUTOR</p>
<p>REQ 21/19</p>	<p>“Requer que sejam solicitadas informações ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à tecnologia de bloqueio de telefones celulares em presídios por geolocalização”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior</p>	<p>APROVADO em 16/04/19 e transformado no RIC 445/19. ARQUIVADO</p>
<p>REQ 22/19</p>	<p>“Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano para discutir a tecnologia 5G”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior, Cezinha de Madureira, Loester Trutis e Ted Conti</p>	<p>Requerimento subscrito pelos Deputados Cezinha de Madureira, Loester Trutis e Ted Conti. APROVADO em 16/04/19, com aditamento para participação de representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Mctic), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e do Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp), João Moura. Evento realizado em conjunto com a CDU em 15/05/19. (Ver REQ 25/19 CDU).</p>

<p>REQ 23/19</p>	<p>“Requer a realização de Audiência Pública para debater os crimes cibernéticos e as soluções legais para que as autoridades de persecução penal acessem provas telemáticas importantes para resolução de investigações criminais”.</p>	<p>David Soares</p>	<p>ARQUIVADO em razão da apresentação do REQ 28/19.</p>
<p>REQ 24/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater a Burocracia na Pesquisa de Ciência e Inovação”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior</p>	<p>APROVADO em 16/04/19. Evento realizado em 30/05/19. (Ver REQ 50/19)</p>
<p>REQ 25/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater a necessidade urgente de recomposição dos quadros das Instituições das Carreiras de Ciência e Tecnologia e seus orçamentos”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior e Roberto Alves</p>	<p>Requerimento subscrito pelo Deputado Roberto Alves. APROVADO em 16/04/19.</p>
<p>REQ 26/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Cultura intitulada ‘A garantia da missão institucional da TV Brasil, emissora pública, e da TV NBR, emissora estatal do governo federal’”.</p>	<p>Margarida Salomão e Luiza Erundina</p>	<p>Requerimento subscrito pela Deputada Luiza Erundina APROVADO em 16/04/19 Evento realizado em 23/04/19. (Ver REQ 21/19 CCULT) Realizada pela CCULT sem ser conjunta.</p>
<p>REQ 27/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.591 de 2019. Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para obrigar as empresas prestadoras de serviços de telefonia móvel a veicularem campanhas informativas para combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes para evitar o compartilhamento e distribuição de imagens com nudez de menores”.</p>	<p>Roberto Alves, Cezinha de Madureira e Alex Santana.</p>	<p>Requerimento subscrito pelos Deputados Cezinha de Madureira e Alex Santana. APROVADO em 16/04/19, com aditamento para inclusão de representante do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil). Evento realizado em 13/06/19. (Ver REQs 57 e 63/19)</p>

<p>REQ 28/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater os crimes cibernéticos e as soluções legais para que as autoridades de persecução penal acessem provas telemáticas importantes para resolução de investigações criminais”.</p>	<p>David Soares, Roberto Alves e Luis Miranda</p>	<p>Requerimento subscrito pelos Deputados Roberto Alves e Luis Miranda. APROVADO em 22/05/19, em conjunto com o Requerimento nº 53, de 2019, e com aditamento para inclusão de representante da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico. Evento realizado em 15/08/19. (Ver REQ 53/19) (Ver REQ 76/19) (Ver REQ 89/19)</p>
<p>REQ 29/19</p>	<p>“Requer a convocação do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Senhor Carlos Alberto dos Santos Cruz, para comparecer à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos sobre denúncias de censura jornalística na EBC”.</p>	<p>Luiza Erundina e Sâmia Bomfim</p>	<p>APROVADO em 22/05/19, com transformação de convocação em convite. Perdeu a oportunidade</p>
<p>REQ 30/19</p>	<p>“Requer a criação de Subcomissão Permanente sobre o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática”.</p>	<p>Luiza Erundina e Márcio Jerry</p>	<p>Requerimento subscrito pelo deputado Márcio Jerry. APROVADO em 29/05/19 e instalada a Subcomissão em 11/07/19. ARQUIVADO</p>
<p>REQ 31/19</p>	<p>“Requer a realização de Audiência Pública para debater “O cerceamento por parte do STF à liberdade de imprensa, à liberdade de expressão e também os recentes bloqueios às redes sociais de acusados de fake news”.</p>	<p>Bibo Nunes</p>	<p>PRONTO PRA PAUTA</p>

<p>REQ 32/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater a responsabilidade dos provedores de conexão e de aplicações de internet quando tipificada conduta perniciosa”.</p>	<p>Luis Miranda, Alex Santana e Julio Cesar Ribeiro</p>	<p>Requerimento subscrito pelos Deputados Alex Santana e Julio Cesar Ribeiro. APROVADO em 22/05/19, com aditamento aprovado em conjunto com o Requerimento nº 46, de 2019, transformado em seminário e com inclusão do Sr. Frederico Meinberg Ceroy, Coordenador da Unidade Especial de Proteção de Dados e de Inteligência Artificial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), e representantes da Abratel, Abert, ANJ, Aner, ITS-Rio e Avaaz. (Ver REQ 46/19) (Ver REQ 55/19 CSPCCO)</p>
<p>REQ 33/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência conjunta entre as Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e Finanças e Tributação (CFT) para debater a ‘Reforma Tributária e Competitividade na Era Digital’”.</p>	<p>Vinicius Poit e Vitor Lippi</p>	<p>Requerimento subscrito pelo Deputado Vitor Lippi. APROVADO em 22/05/19, em conjunto com os Requerimentos nºs 41, 43 e 48, de 2019, e transformado em seminário. (Ver REQs 41,43 e 48/19) (Ver REQ 38/19 CFT)</p>
<p>REQ 34/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.334/2016, que obriga os fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) a oferecerem o recurso de alerta ao usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco”.</p>	<p>Bibo Nunes</p>	<p>APROVADO em 22/05/19, com a substituição dos representantes do Google e Waze Brasil pela Sra. Juliana Nolasco Ferreira, representante das organizações no Brasil.</p>

<p>REQ 35/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Minas e Energia e de Desenvolvimento Urbano para discutir a questão da instalação desordenada de cabos nos postes de energia elétrica, o sistema de cobrança adotado pelas distribuidoras de energia pela fixação dos cabos, a viabilidade da instalação subterrânea dos cabos em sítios turísticos e outras localidades e as propostas em curso de regulamentação da matéria”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior</p>	<p>APROVADO em 22/05/19, com aditamento para inclusão do Sr. João Moura, Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TelComp). Evento realizado em 05/09/19. (Ver REQ 21/19 CDU) (Ver REQ 49/19 CME)</p>
<p>REQ 36/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para discutir o fomento à Inovação na Indústria Brasileira”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior e Vinicius Poit</p>	<p>Requerimento subscrito pelo Deputado Vinicius Poit APROVADO em 22/05/19, com a inclusão do Sr. Guto Ferreira, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e de representante da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia.</p>
<p>REQ 37/19</p>	<p>“Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Secretaria de Governo, Senhor Carlos Alberto dos Santos Cruz, para com - parecer à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a fim de prestar esclarecimentos sobre a interferência do presidente Jair Bolsonaro na retirada de campanha veiculada recentemente pelo Banco do Brasil”.</p>	<p>Luiza Erundina e Sâmia Bomfim</p>	<p>Perda de objeto em virtude da troca do titular da pasta.</p>
<p>REQ 38/19</p>	<p>“Solicita autorização para realizar audiência pública, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, sobre os Impactos da Ciência e da Tecnologia na Longevidade e o papel da Comunicação na Inclusão Social e Digital do Idoso”.</p>	<p>Lídice da Mata, Julio Cesar Ribeiro e Ted Conti</p>	<p>Requerimento subscrito pelos Deputados Julio Cesar Ribeiro e Ted Conti. APROVADO em 22/05/19. Evento realizado em 14/08/19. (Ver REQ 27/19 CIDOSO)</p>
<p>REQ 39/19</p>	<p>“Requer a inclusão do tema: Política de Defesa Cibernética, delegada ao Exército Brasileiro pela Estratégia Nacional de Defesa para que seja avaliado e discutido na subcomissão de Cyber Segurança instituída por essa Comissão”.</p>	<p>Angela Amin</p>	<p>APROVADO em 22/05/2019</p>

<p>REQ 40/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) para debater os avanços conquistados e as contradições da ICP-Brasil na digitalização dos processos nos serviços públicos e no combate a fraudes”.</p>	<p>Angela Amin e Alex Santana</p>	<p>Requerimento subscrito pelo Deputado Alex Santana. APROVADO em 22/05/19. Evento realizado em 08/08/19. (Ver REQ 87/19 CSPCCO)</p>
<p>REQ 41/19</p>	<p>“Requer a inclusão de convidado (Representante da Federação Nacional das Empresas de Informática - FENAINFO) ao Requerimento de Audiência Pública de nº 33/2019, em apreciação nesta Comissão”. [Competitividade na Era Digital].</p>	<p>Vitor Lippi</p>	<p>APROVADO em 22/05/19, em conjunto com os Requerimentos nºs 33, 43 e 48, de 2019. (Ver REQs 33, 43 e 48/19) (Ver REQ 38/19 CFT)</p>
<p>REQ 42/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.591, de 2019. Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para obrigar as empresas prestadoras de serviços de telefonia móvel a veicular campanhas informativas para combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes para evitar o compartilhamento e distribuição de imagens com nudez de menores”.</p>	<p>Julio Cesar Ribeiro</p>	<p>PRONTA PARA PAUTA</p>
<p>REQ 43/19</p>	<p>“Requer a inclusão de convidado para participação de Audiência Pública, conforme Requerimento nº 33/2019, em apreciação nesta Comissão”. [Competitividade na Era Digital]</p>	<p>Alex Santana</p>	<p>APROVADO em 22/05/19, com aditamento, aprovado, em conjunto com os Requerimentos nºs 33, 41 e 48, de 2019. (Ver REQs 33, 41 e 48/19) (Ver REQ 38/19 CFT)</p>
<p>REQ 44/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Viação e Transportes para debater sobre a fabricação, o registro, o licenciamento e as formas de utilização e tráfego de bicicletas e patinetes elétricos”.</p>	<p>Tiago Dimas e Vitor Lippi</p>	<p>Requerimento subscrito pelo Deputado Vitor Lippi APROVADO em 22/05/19, com aditamento para que o evento seja realizado em conjunto também com a Comissão Especial do PL 4.881/12, sobre Política de Mobilidade Urbana. Evento realizado em 04/06/19.</p>

<p>REQ 45/19</p>	<p>“Requer a criação de Subcomissão Permanente para tratar da questão do orçamento de ciência e tecnologia no Brasil, discutir alternativas para ampliar o volume dos investimentos, eliminar entraves burocráticos e tributários e otimizar a aplicação dos recursos”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior</p>	<p>APROVADO em 22/05/19 e instalada a Subcomissão em 28/08/19. ARQUIVADO</p>
<p>REQ 46/19</p>	<p>“Requer a realização de seminário conjunto (PL 6812/2017) entre as Comissões de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)” [“As Fake News e seu impacto no ambiente digital e social brasileiro”].</p>	<p>Vinicius Poit</p>	<p>APROVADO em 22/05/19, em conjunto com o Requerimento nº 32, de 2019, e com inclusão do Sr. Frederico Meinberg Ceroy, Coordenador da Unidade Especial de Proteção de Dados e de Inteligência Artificial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), e representantes da Abratel, Abert, ANJ, Aner, ITS-Rio e Avaaz. (Ver REQ 32/19) (Ver REQ 55/19 CSPCCO)</p>
<p>REQ 47/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias para debater a precariedade de infraestrutura e de pessoal do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) e a incerteza na realização do Censo Demográfico em 2020”.</p>	<p>Márcio Jerry</p>	<p>APROVADO em 22/05/19. (Ver REQ 47/19 CDHM)</p>
<p>REQ 48/19</p>	<p>“Requer a inclusão de convidado na audiência pública proposta pelo Requerimento nº 33/2019, a ser realizada no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e da Comissão de Finanças e Tributação para debater a ‘Reforma Tributária e Competitividade na Era Digital’”.</p>	<p>Angela Amin</p>	<p>APROVADO em 22/05/19, com inclusão do Presidente Executivo da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel), Eduardo Levy Cardoso Moreira. (Ver REQs 33, 41, 43/19) (Ver REQ 38/19 CFT)</p>

<p>REQ 49/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 10.762, de 2018, que ‘Dispõe sobre a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) para a promoção social e aprendizagem de trabalhadores da categoria econômica, em âmbito nacional’”.</p>	<p>Alex Santana</p>	<p>APROVADO em 22/05/19, com aditamento de inclusão de representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviços Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil). Evento realizado em 27/06/19. (Ver REQs 59, 65, 67, 69, 73/19)</p>
<p>REQ 50/19</p>	<p>“Requer a inclusão do Sr. Gesil Sampaio Amante Segundo na audiência pública sobre a burocracia na pesquisa de ciência e inovação, tema do Requerimento nº 24, de 2019”. [Burocracia na pesquisa de ciência].</p>	<p>Félix Mendonça Júnior</p>	<p>APROVADO em 22/05/19. Evento realizado em 30/05/19. (Ver REQ 24/19)</p>
<p>REQ 51/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública destinada a analisar os impactos do Decreto nº 9.974, de 14 de maio de 2019, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Técnico e Superior”.</p>	<p>Sâmia Bomfim, Margarida Salomão, Luiza Erundina e Márcio Jerry</p>	<p>Requerimento subscrito pelo Deputado Márcio Jerry. APROVADO em 22/05/19, com inclusão do Diretor-Geral do Instituto de Matemática Pura Aplicada (IMPA).</p>
<p>REQ 52/19</p>	<p>“Requer a inclusão de convidado ao Requerimento de Audiência Pública de nº 42/2019, em apreciação nesta Comissão”.</p>	<p>Bibo Nunes</p>	<p>PRONTA PARA PAUTA</p>
<p>REQ 53/19</p>	<p>“Requer a inclusão de representante da Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – Assespro; e Dra Neide Cardoso, Coordenadora do Grupo de âmbito nacional do Ministério Público Federal ao Requerimento de Audiência Pública de nº 28/2019, em apreciação nesta Comissão” [crimes cibernéticos].</p>	<p>Bibo Nunes</p>	<p>APROVADO em 22/05/19, para ser em conjunto com o Requerimento nº 28, de 2019, e para inclusão de representante da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico. Evento realizado em 15/08/19. (Ver REQ 28/19) (Ver REQ 76/19) (Ver REQ 89/19)</p>

<p>REQ 54/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a cobertura e a qualidade da telefonia móvel distantes dos grandes centros”.</p>	<p>Hélio Leite, Julio Cesar Ribeiro, Bibo Nunes, Gervásio Maia, Paulo Freire Costa, Luis Miranda e Tiago Dimas</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Julio Cesar Ribeiro, Bibo Nunes, Gervásio Maia, Paulo Freire Costa, Luis Miranda e Tiago Dimas. APROVADO em 29/05/19, com aditamento de inclusão de representantes da ProTeste, Cdust, Idec e SindiTeleBrasil. Evento realizado em 19/11/19</p>
<p>REQ 55/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei 9049/2017, que estabelece como infração à ordem econômica a concentração decorrente de monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social”.</p>	<p>Margarida Salomão e Luiza Erundina</p>	<p>Requerimento subscrito pela deputada Luiza Erundina. APROVADO em 29/05/19.</p>
<p>REQ 56/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater o papel das Rádios Comunitárias e do Canal Cidadania no Brasil”.</p>	<p>Márcio Jerry, Alex Santana e Luis Miranda</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Alex Santana e Luis Miranda. APROVADO em 29/05/19. (Ver REQ 68/19)</p>
<p>REQ 57/19</p>	<p>“Requer a inclusão de representante do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil) ao Requerimento de audiência pública de nº 27/2019 aprovado por esta Comissão”. [abuso e exploração sexual de crianças</p>	<p>Bibo Nunes</p>	<p>APROVADO em 29/05/19. Evento realizado em 13/06/19 (Ver REQ 27/19)</p>
<p>REQ 58/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater sobre a utilização de carros elétricos”.</p>	<p>Julio Cesar Ribeiro, Alex Santana, Luis Miranda, Tiago Dimas e Hélio Leite</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Alex Santana, Luis Miranda, Tiago Dimas e Hélio Leite. APROVADO em 29/05/19, com aditamento de inclusão de Roque Versolato, presidente da MHV. Evento realizado em 28/11/19 (Ver REQ 145/19)</p>

<p>REQ 59/19</p>	<p>“Requer a inclusão do sr. Antonio Neto, presidente da Federação dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Tecnologia da Informação (FEITTINF) na audiência pública sobre a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), tema do Requerimento nº 49, de 2019”</p>	<p>Félix Mendonça Júnior</p>	<p>APROVADO em 29/05/19. Evento realizado em 27/06/19 (Ver REQ 49/19)</p>
<p>REQ 60/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para discutir como as empresas públicas que desenvolvem soluções tecnológicas podem contribuir para viabilização das ações estratégicas do Estado brasileiro, incluindo os órgãos e entidades integrantes dos três Poderes”.</p>	<p>General Peternelli</p>	<p>APROVADO em 05/06/19, com inclusão de representante do DATASUS, como convidado, e do tema “Prontuário Médico Único” no debate.</p>
<p>REQ 61/19</p>	<p>“Solicita a realização de audiência pública para debater sobre o mercado de carros elétricos no Brasil”.</p>	<p>Luis Miranda, Hélio Leite, David Soares, Bibo Nunes, Ted Conti, Jefferson Campos, Vinicius Poit, Julio Cesar Ribeiro e Gervásio Maia</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados David Soares, Bibo Nunes, Ted Conti, Jefferson Campos, Vinicius Poit, Julio Cesar Ribeiro e Gervásio Maia. APROVADO em 12/06/19, com inclusão de representantes da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Renault, Chevrolet, Toyota, EmbraerX e Roque Versolatto, da MHV Veículos Híbridos Metropolitanos.</p>
<p>REQ 62/19</p>	<p>“Requer a realização do seminário ‘Desinformação, Redes Sociais e Democracia”’.</p>	<p>Márcio Jerry, Angela Amin e Sâmia Bomfim</p>	<p>Requerimento subscrito pelas deputadas Angela Amin e Sâmia Bomfim. APROVADO em 05/06/19, com inclusão de representantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), do Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervozes), da Avaaz, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ).</p>

REQ 63/19	"Requer a inclusão da convidada Gabriela Mora da UNICEF, na audiência Pública para debater o Projeto de Lei 1.591 de 2019, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para obrigar as empresas prestadoras de serviços de telefonia móvel a veicularem campanhas informativas para combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes para evitar o compartilhamento e distribuição de imagens com nudez de menores".	Julio Cesar Ribeiro	APROVADO em 05/06/19, Evento realizado em 13/06/19
REQ 64/19	"Requer seja convocada audiência pública para debater o uso do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)".	Zé Vitor, André Figueiredo, Margarida Salomão e Luis Miranda	Requerimento subscrito pelos deputados André Figueiredo, Margarida Salomão e Luis Miranda. APROVADO em 12/06/19, com aditamento de inclusão de Jorge Bitar, -ex-presidente da Telebras, e de representante da Coalizão Direitos na Rede. Evento realizado em 22/08/19
REQ 65/19	"Requer a inclusão de Rafael Sebben, vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (FENAINFO), como convidado para participação de audiência pública, conforme Requerimento nº 49/2019". [Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC)]	Margarida Salomão	APROVADO em 05/06/19, Evento realizado em 27/06/19 (Ver REQ 49/19)
REQ 66/19	"Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, para debater as relações institucionais entre os diversos setores da Comunidade Universitária e o Governo Federal".	Margarida Salomão e Sâmia Bomfim	APROVADO em 05/06/19, Evento realizado em 11/07/19 (Ver REQ 182/19 CE)
REQ 67/19	"Requer a inclusão de Luigi Nese, Vice-Presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS) na audiência pública sobre a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), objeto do Requerimento nº 49, de 2019".	Gustavo Fruet	APROVADO em 12/06/19, Evento realizado em 27/06/19 (Ver REQ 49/19)

<p>REQ 68/19</p>	<p>“Requer a inclusão de convidado para participação de Audiência Pública, conforme Requerimento nº 56/2019, desta comissão”. [O papel das Rádios Comunitárias e do Canal Cidadania no Brasil]</p>	<p>Cezinha de Madureira, Alex Santana e Roberto Alves</p>	<p>Requerimento subscrito pelo deputado Roberto Alves. APROVADO em 12/06/19, (Ver REQ 56/19)</p>
<p>REQ 69/19</p>	<p>“Requer a inclusão de representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações na audiência pública sobre a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (SE TIC), objeto do Requerimento nº 49, de 2019”.</p>	<p>Cezinha de Madureira</p>	<p>APROVADO em 12/06/19, Evento realizado em 27/06/19 (Ver REQ 49/19)</p>
<p>REQ 70/19</p>	<p>“Requer seja convocada audiência pública para debater a importância das Instituições de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento regional sustentável no Brasil, Nordeste e Paraíba”.</p>	<p>Gervásio Maia, David Soares e Ted Conti</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados David Soares e Ted Conti. APROVADO em 26/06/19, com inclusão de representantes da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Evento realizado em 26/09/19</p>
<p>REQ 71/19</p>	<p>“Requer a realização de seminário conjunto das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de Defesa do Consumidor e de Desenvolvimento Urbano para debater sobre internet das coisas, digitalização, 5G, a cobertura e a qualidade da telefonia móvel e da internet distantes dos grandes centros”.</p>	<p>Bilac Pinto, Vinicius Poit, David Soares, Julio Cesar Ribeiro, Angela Amin e Cezinha de Madureira.</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Vinicius Poit, David Soares, Julio Cesar Ribeiro, Angela Amin e Cezinha de Madureira. APROVADO em 26/06/19, com inclusão de representantes da TelComp, da Associação NeoTV, do Mctic (3ª mesa, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).</p>
<p>REQ 72/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública nesta Comissão para discutir a tecnologia asfáltica utilizada nas ruas do país”.</p>	<p>Bibo Nunes e David Soares</p>	<p>Requerimento subscrito pelo deputado David Soares. APROVADO em 26/06/19 (Ver REQ 117/19)</p>

<p>REQ 73/19</p>	<p>“Requer a inclusão do convidado Daniel dos Santos Leipnitz, presidente da Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), na audiência pública sobre a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), objeto do Requerimento nº 49, de 2019”.</p>	<p>Alex Santana e Angela Amin</p>	<p>Requerimento subscrito pela deputada Angela Amin. APROVADO em 26/06/19. Evento realizado em 27/06/19 (Ver REQ 49/19)</p>
<p>REQ 74/19</p>	<p>“Solicita realização de Seminário Conjunto para discussão do tema: “Mulheres e Meninas na Ciência e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”</p>	<p>Tabata Amaral</p>	<p>PRONTO PRA PAUTA</p>
<p>REQ 75/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater o sistema público de comunicação”.</p>	<p>Margarida Salomão, Sâmia Bomfim, Luiza Erundina, Alex Santana, David Soares, Bibó Nunes, Julio Cesar Ribeiro e Márcio Jerry</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Sâmia Bomfim, Luiza Erundina, Alex Santana, David Soares, Bibó Nunes, Julio Cesar Ribeiro e Márcio Jerry. APROVADO em 26/06/19.</p>
<p>REQ 76/19</p>	<p>“Requer a inclusão de Fernanda Teixeira Souza Domingos, Procuradora da República no Estado de São Paulo e coordenadora adjunta do Grupo de Apoio de Combate aos Crimes Cibernéticos da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na Audiência Pública para debater os crimes cibernéticos e as soluções legais para que as autoridades de persecução penal acessem provas telemáticas importantes para resolução de investigações criminais, aprovada por esta Comissão em decorrência do Requerimento nº 28/2019, do Sr. David Soares”.</p>	<p>Loester Trutis</p>	<p>APROVADO em 03/07/19. Evento realizado em 15/08/19 (Ver REQ 28/19) (Ver REQ 53/19) (Ver REQ 89/19)</p>

<p>REQ 77/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, celebrado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, para a utilização comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara e seus diversos impactos”.</p>	<p>Márcio Jerry, Luis Miranda, Cezinha de Madureira, Julio Cesar Ribeiro e Angela Amin</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Luis Miranda, Cezinha de Madureira, Julio Cesar Ribeiro e Angela Amin. APROVADO em 03/07/19, com inclusão do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Evento realizado em 10/07/19 (Ver REQ 11/19 CDHM) (Ver REQ 79/19 CREDN)</p>
<p>REQ 78/19</p>	<p>“Requer audiência pública para discutir o projeto de lei 2514/2015 - Disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados informáticos mantidos por fornecedor de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente, e dá outras providências”.</p>	<p>Roberto Alves</p>	<p>APROVADO em 10/07/19 Evento realizado em 01/10/19 (Ver REQ 95/19)</p>
<p>REQ 79/19</p>	<p>“Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater o estudo e a consulta sobre os 3.5 Gigahertz utilizar a tecnologia 5G, Programação em Multicanais e aprovação do Processo Produtivo Básico - PPB – Ginga”.</p>	<p>Silas Câmara</p>	<p>PRONTO PRA PAUTA</p>
<p>REQ 80/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater sobre o despacho decisório nº 128/2019/CPRP/SCP, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL que proibiu a disponibilização de conteúdo audiovisual pago por aplicativos da internet pela FOX Latin America Channels do Brasil a usuários que não possuem assinatura de televisão paga”.</p>	<p>Vinicius Poit, General Paternelli, Cezinha de Madureira, Margarida Salomão, Luis Miranda, Roberto Alves, Julio Cesar Ribeiro e Márcio Jerry</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados General Paternelli, Cezinha de Madureira, Margarida Salomão, Luis Miranda, Roberto Alves, Julio Cesar Ribeiro e Márcio Jerry. APROVADO em 14/08/19, com inclusão de representantes da Organização Inter-vozes e da Associação NEOTV.</p>

REQ 81/19	“Requer aprovação de Moção de Repúdio diante extinção da Rádio MEC Rio de Janeiro, emissora mais antiga do Brasil”.	Luiza Erundina e Sâmia Bomfim	APROVADO em 10/07/2019
REQ 82/19	“Requer a realização de audiência pública para tratar sobre desenvolvimento de tecnologias sustentáveis no Brasil”.	Julio Cesar Ribeiro, Roberto Alves e Ted Conti	Requerimento subscrito pelos deputados Roberto Alves e Ted Conti. APROVADO em 10/07/19
REQ 83/19	“Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, para apresentação do projeto Nordeste Conectado e do Projeto Amazônia Integrada Sustentável – PAIS”.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 14/08/19 Evento realizado em 17/09/19 (Ver REQ 95/19 CINDRA)
REQ 84/19	“Solicita seja convocado o Sr. Marcos Pontes, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a fim de prestar esclarecimentos sobre matérias vinculadas na imprensa que tratam sobre viagem custeada com recursos públicos e possível sociedade entre o Ministro e membros da sua assessoria”.	Margarida Salomão	Perda de objeto em virtude de apresentação pela autora do Requerimento de Informação 92/19
REQ 85/19	“Solicita seja convocado o Sr. Marcos Pontes, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a fim de prestar esclarecimentos sobre a exoneração do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, Ricardo Galvão”.	Margarida Salomão, Alencar Santana Braga e Márcio Jerry	Requerimento subscrito pelo deputado Márcio Jerry. APROVADO em 14/08/19, com transformação de “convocação” em “convite”. (Ver REQs 80 e 82/19 CMADS) (Ver REQ 102/19 CINDRA) (Ver REQs 88, 92, 97 e 104/19)

<p>REQ 86/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater sobre o desmonte da política de investimento na ciência e tecnologia”.</p>	<p>Luis Miranda, Daniel Trzeciak e Margarida Salomão</p>	<p>Requerimento subscrito pelos depts. Daniel Trzeciak e Margarida Salomão. APROVADO em 14/08/19, com inclusão de representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Associação Nacional dos Pós-Graduandos. (ANPG).</p>
<p>REQ 87/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater o monitoramento do desmatamento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, com a participação de Ricardo Galvão, ex-diretor”.</p>	<p>Luiza Erundina e Sâmia Bomfim</p>	<p>APROVADO em 14/08/19, com aditamento de transformação em audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.</p>
<p>REQ 88/19</p>	<p>“Requer a convocação do Excelentíssimo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes, para esclarecer a demissão do ex-diretor do INPE, Ricardo Galvão, e a nomeação de um novo diretor”.</p>	<p>Luiza Erundina, Sâmia Bomfim e Márcio Jerry</p>	<p>Requerimento subscrito pelo deputado Márcio Jerry. APROVADO em 14/08/19, com transformação de “convocação” em “convite”. (REQs 80/19 e 82/19 CMADS) (Ver REQ 102/19 CINDRA) (Ver REQs 85, 92, 97 e 104/19)</p>
<p>REQ 89/19</p>	<p>“Requer a inclusão de Evandro Lorens, Perito Criminal Federal, na audiência pública para debater os crimes cibernéticos e as soluções legais para que as autoridades de persecução penal acessem provas telemáticas importantes para resolução de investigações criminais, aprovada por esta Comissão em decorrência do Requerimento nº 28/2019, do Sr. David Soares”.</p>	<p>General Paternelli</p>	<p>APROVADO em 14/08/19 Evento realizado em 15/08/19 (Ver REQs 28, 53 e 76/19)</p>
<p>REQ 90/19</p>	<p>“Solicita realização de audiência pública sobre a importância dos Provedores Regionais de Internet na ampliação da oferta de banda larga no Brasil”.</p>	<p>Vitor Lippi</p>	<p>APROVADO em 14/08/19, com inclusão de representantes da Associação NEOTV, da Organização Intervezes e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Evento realizado em 24/10/19</p>

<p>REQ 91/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para discussão dos riscos e benefícios dos avanços tecnológicos da Inteligência Artificial”.</p>	<p>Ted Conti e General Peternelli</p>	<p>Requerimento subscrito pelo deputado General Peternelli. APROVADO em 14/08/19, com inclusão de representantes da IBM, do Google e do responsável pelo Programa de Inteligência Artificial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.</p>
<p>REQ 92/19</p>	<p>“Requer, junto ao Exmo. Ministro Sr. Marcos Pontes, Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, esclarecimentos sobre matérias vinculadas na imprensa que tratam sobre viagem custeada com recursos públicos e possível sociedade entre o Ministro e membros da sua assessoria”.</p>	<p>Margarida Salomão e Márcio Jerry</p>	<p>Requerimento subscrito pelo deputado Márcio Jerry. APROVADO em 14/08/19, com a mudança para que o senhor ministro preste os esclarecimentos solicitados quando de seu comparecimento à comissão para atender os requerimentos aprovados em conjunto. (Ver REQs 80 e 82/19 CMADS) (Ver REQ 102/19 CINDRA) (Ver REQs 85, 88, 97 e 104/19)</p>
<p>REQ 93/19</p>	<p>“Requer a realização do Seminário “Artigo 5º: censura nunca mais!”.</p>	<p>Luiza Erundina e Sâmia Bomfim</p>	<p>APROVADO em 21/08/19, com a transformação em seminário conjunto com as comissões de Cultura; de Educação; de Direitos Humanos e Minorias; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Legislação Participativa. Evento realizado em 18/09/19 (Ver REQ 68/19 CCULT) (Ver REQ 75/19 CLP) (Ver REQ 113/19 CDHM) (Ver REQ 228/19 CE) (Ver REQ 96/19 CMADS)</p>
<p>REQ 94/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para explanação do Projeto FUTURE-SE, proposto pelo Ministério da Educação”.</p>	<p>General Peternelli</p>	<p>PRONTA PARA PAUTA</p>

<p>REQ 95/19</p>	<p>“Requer a inclusão do Perito Criminal Federal Mateus de Castro Polastro na audiência pública já aprovada nesta comissão, em decorrência ao Requerimento nº 78/2019, para discutir o Projeto de Lei nº 2514/2015, que disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados informáticos mantidos por fornecedor de serviços a autoridades públicas para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente e dá outras providências”.</p>	<p>Roberto Alves</p>	<p>APROVADO em 21/08/19 Evento realizado em 01/10/19 (Ver REQ 78/19)</p>
<p>REQ 96/19</p>	<p>“Requer a realização de reunião de audiência pública com o tema ‘O Futuro do Setor Postal Brasileiro’”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior</p>	<p>APROVADO em 21/08/19, com inclusão de Gerson Carrion, ex vice-presidente de finanças dos Correios, e de representante dos trabalhadores dos Correios ou de representante sindical. (Ver REQ 124/19)</p>
<p>REQ 97/19</p>	<p>“Requer, nos termos regimentais, a realização de reunião conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para o fim que especifica”.</p>	<p>Cezinha de Madureira</p>	<p>APROVADO em 21/08/19. (Ver REQs 85, 88, 92 e 104/19) (Ver REQs 80 e 82/19 CMADS) (Ver REQ 102/19 CINDRA)</p>
<p>REQ 98/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência para discutir os cortes de bolsas no CNPQ e os novos critérios de concessão de bolsas de pós-graduação anunciado pelo MEC”.</p>	<p>Luiza Erundina, Sâmia Bomfim, David Soares, Alex Santana e Angela Amin</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados David Soares, Alex Santana e Angela Amin. APROVADO em 21/08/19, com aditamento de inclusão do ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Celso Pansera, re apresentado a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br). Evento realizado em 28/08/19 (Ver REQ 99/19) (Ver REQ 102/19)</p>

<p>REQ 99/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater a situação orçamentária do CNPq”.</p>	<p>André Figueiredo, David Soares, Alex Santana e Angela Amin</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados David Soares, Alex Santana e Angela Amin. APROVADO em 21/08/19, com inclusão do ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Celso Pansera, representado a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br). Evento realizado em 28/08/19 (Ver REQ 98/19) (Ver REQ 102/19)</p>
<p>REQ 100/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública constante no plano de trabalho da Subcomissão de Empreendedorismo e Inovação”. [“Nos termos do inciso VIII, do art 117 e no art 255 do RICD, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja aprovada a realização de audiência pública com o tema: Empreendedorismo e Inovação: Visão Acadêmica, Educacional e Geral do Assunto”.</p>	<p>Angela Amin</p>	<p>APROVADO em 21/08/19 Evento realizado em 3/10/19</p>
<p>REQ 101/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública constante no plano de trabalho da Subcomissão de Empreendedorismo e Inovação”.</p>	<p>Angela Amin</p>	<p>APROVADO em 21/08/19</p>
<p>REQ 102/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública para debater os cortes orçamentários impostos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq”.</p>	<p>Margarida Salomão, Sâmia Bomfim, Natália Bonavides, David Soares, Alex Santana e Angela Amin</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados David Soares, Alex Santana e Angela Amin. APROVADO em 21/08/19, com inclusão do ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Celso Pansera, representado a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br). Evento realizado em 28/08/19 (Ver REQ 98/19) (Ver REQ 99/19)</p>

REQ 103/19	“Requer informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovações sobre os estudos realizados pelo Governo Federal quanto à privatização da Telebras e ao lançamento de outros satélites pela empresa”.	Luis Miranda	APROVADO em 25/09/19 e transformado no RIC 1362/19. ARQUIVADO
REQ 104/19	“Requer, nos termos regimentais, a realização de reunião conjunta das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, para o fim que especifica”.	Cezinha de Madureira e Margarida Salomão.	Requerimento subscrito pela deputada Margarida Salomão. APROVADO em 25/09/19. (Audiência encerrada termo em 12 de setembro) (Ver REQs 80 e 82/19 CMADS) (Ver REQ 102/19 CINDRA) (Ver REQs 85, 88, 92 e 97/19)
REQ 105/19	“Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discussão da “importância da indústria de semicondutores no Brasil e os desafios para continuidade dos incentivos ao setor (Lei de Informativa e PADIS)”.	Cezinha de Madureira, Margarida Salomão e Alex Santana.	Requerimento subscrito pelos deputados Margarida Salomão e Alex Santana. APROVADO em 25/09/19 Evento realizado em 10/10/19
REQ 106/19	“Requer o envio de requerimento de informações ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para envio de documentos relativos à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios)”.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 02/10/19 e transformado no RIC 1431/19. ARQUIVADO
REQ 107/19	“Requer o envio de requerimento de informações ao Ministério Economia para envio de documentos relativos à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios)”.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 02/10/19 e transformado no RIC 1432/19. ARQUIVADO
REQ 108/19	“Requer o envio de requerimento de informações à Casa Civil da Presidência da República para envio de documentos relativos à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios)”.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 02/10/19 e transformado no RIC 1433/19. ARQUIVADO

REQ 109/19	“Requer o envio de requerimento de informações ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para esclarecimento quanto à situação da tecnologia nacional para a defesa dos limites do território brasileiro, em especial na região amazônica”.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 25/09/19 e transformado no RIC 1361/19. ARQUIVADO
REQ 110/19	“Requer o envio de requerimento de informações ao Ministério da Defesa para esclarecimento quanto à situação da tecnologia nacional para a defesa dos limites do território brasileiro, em especial na região amazônica”.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 25/09/19 e transformado no RIC 1363/19. ARQUIVADO
REQ 111/19	“Requer informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovações sobre os estudos realizados pelo Governo Federal com a Telebras”.	Luis Miranda	APROVADO em 25/09/19 e transformado no RIC 1360/19. ARQUIVADO
REQ 112/19	“Solicita a convocação do Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes, para prestar esclarecimentos sobre as ações do Ministério em busca de uma solução para a questão orçamentária do CNPq e investimentos em Ciência em Tecnologia para os próximos anos”.	André Figueiredo	Perda de objeto em razão de acordo para comparecimento do secretário-executivo Marcelo Pacheco dos Guarany's.
REQ 113/19	“Requer a convocação do senhor Paulo Roberto Nunes Guedes, Ministro de Estado da Economia, para prestar esclarecimento sobre o contingenciamento de recursos orçamentários para as áreas de Ciência e Tecnologia e Educação”.	Márcio Jerry e Margarida Salomão	Perda de objeto em razão de acordo para comparecimento do secretário-executivo Marcelo Pacheco dos Guarany's.
REQ 114/19	“Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público para debater as consequências da privatização do SERPRO e DATAPREV”.	Márcio Jerry, Fernanda Melchiona, Vinicius Poit e Luis Miranda	Requerimento subscrito pelos deputados Fernanda Melchiona, Vinicius Poit e Luis Miranda. APROVADO em 25/09/19, com inclusão do Sr. José Cláudio Siqueira, da associação dos empregados da Dataprev.

<p>REQ 115/19</p>	<p>“Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão para instruir matéria legislativa em trâmite, assim como tratar de assunto público relevante em relação à execução das despesas das ações de Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCTIC e Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento e Tecnológico, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE”.</p>	<p>João H. Campos e Ted Conti</p>	<p>Requerimento subscrito pelo deputado Ted Conti. APROVADO em 25/09/19</p>
<p>REQ 116/19</p>	<p>“Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública com o objetivo de expor e aprofundar a participação dos bancos públicos no fomento à ciência, tecnologia e inovação”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior</p>	<p>APROVADO em 25/09/19, com inclusão de representante da Caixa Econômica Federal e BNDES Evento realizado em 16/10/19</p>
<p>REQ 117/19</p>	<p>“Requer a inclusão de convidados ao Requerimento de Audiência Pública de nº 72/2019, em apreciação nesta Comissão”.</p>	<p>Vitor Lippi</p>	<p>APROVADO em 25/09/19 (Ver REQ 72/19)</p>
<p>REQ 118/19</p>	<p>“Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, para comparecer a esta Comissão de Ciência e Tecnologia a fim de explicar e debater as reduções orçamentárias da área de Ciência e Tecnologia previstas no PLOA 2020, bem como a baixa execução dos recursos para esta área”.</p>	<p>Luiza Erundina e Sâmia Bomfim</p>	<p>Perda de objeto em razão de acordo para comparecimento do secretário-executivo Marcelo Pacheco dos Guarany's.</p>
<p>REQ 119/19</p>	<p>“Requer a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Educação, para debater o papel da Universidade Pública no desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Conhecimento”.</p>	<p>Margarida Salomão, Vinicius Poit, Márcio Jerry, Ted Conti e Vitor Lippi</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Vinicius Poit, Márcio Jerry, Ted Conti e Vitor Lippi. APROVADO em 25/09/19 Evento realizado em 29 e 30/10/19 (Ver REQ 138/19) (Ver REQ 227/19 CE)</p>

<p>REQ 120/19</p>	<p>“Requer à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática a realização de visita técnica de representantes desta comissão à sede do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em São José dos Campos, SP, com o objetivo de conhecer as diversas atividades da instituição, cuja atuação institucional, delegada pelo Estado Brasileiro, envolve missões estratégicas nas áreas de Ciência Espacial, Engenharia e Tecnologia Espacial, Observação da Terra, Mudanças Climáticas, Previsão de Tempo e Temperatura e na formação e capacitação técnica de quadros”.</p>	<p>Alencar Santana Braga, Luiza Erundina e Luis Miranda</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Luiza Erundina e Luis Miranda. APROVADO em 25/09/19 Evento realizado em 08/11/19</p>
<p>REQ 121/19</p>	<p>“Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia Senhor Paulo Guedes, a fim de prestar esclarecimentos acerca dos cortes orçamentários na educação brasileira, especialmente, os realizados nas Universidades Federais e a respeito das mudanças no critério de concessão das bolsas de estudos”.</p>	<p>Professor Israel Batista</p>	<p>REQ. apresentado intempestivamente, porém foi contemplado pelo acordo da vinda do secretário executivo Marcelo Pacheco dos Guarany's juntamente com os REQs. 112, 113 e 118/19.</p>
<p>REQ 122/19</p>	<p>“Requer a realização de Audiência Pública para debater as oportunidades para o desenvolvimento científico e tecnológico no país decorrentes da eventual aprovação, pelo Congresso Nacional, do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado em 2019 entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, constante do Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente Centro de Lançamento de Alcântara”.</p>	<p>Márcio Jerry e Luiza Erundina</p>	<p>Requerimento subscrito pela deputada Luiza Erundina. APROVADO em 25/09/19</p>

<p>REQ 123/19</p>	<p>“Requer a realização de Audiência Pública para debater os riscos à soberania e à segurança nacional decorrentes da eventual aprovação, pelo Congresso Nacional, do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado em 2019 entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, constante do Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente Centro de Lançamento de Alcântara”.</p>	<p>Márcio Jerry e Luiza Erundina</p>	<p>Requerimento subscrito pela deputada Luiza Erundina. APROVADO em 25/09/19</p>
<p>REQ 124/19</p>	<p>“Requer a realização de reunião de audiência pública com o tema “O Futuro do Setor Postal Brasileiro”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior e Alencar Santana Braga</p>	<p>Requerimento subscrito pelo deputado Alencar Santana Braga. APROVADO em 02/10/19, com inclusão de representante dos funcionários dos Correios e representante do plano de aposentadoria dos Correios. (Ver REQ 96/19)</p>
<p>REQ 125/19</p>	<p>“Requer a realização de audiência pública conjunta com as comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater o impacto da devastação da Amazônia nas alterações climáticas do Brasil - com foco especial no Nordeste, além de discutir as possíveis formas de mitigação”.</p>	<p>João H. Campos e Ted Conti</p>	<p>Requerimento subscrito pelo deputado Ted Conti. APROVADO em 02/10/19</p>
<p>REQ 126/19</p>	<p>Requer a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, destinada a debater a privatização da Fundação para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima” - FURP”.</p>	<p>Alencar Santana Braga, Luiza Erundina e Cezinha de Madureira</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Luiza Erundina e Cezinha de Madureira. APROVADO em 02/10/19, com inclusão de representante do Ministério da Saúde. Evento realizado em 7/11/19 (Ver REQs 130 e 137/19)</p>

REQ 127/19	“Requer a realização de visita técnica ao Centro de Lançamentos de Alcântara, com a participação de membros da Subcomissão Permanente da CCTCI sobre a matéria, e de reunião dos parlamentares da Subcomissão com autoridades públicas locais e representantes de entidades da região”.	Márcio Jerry e Luiza Erundina	Requerimento subscrito pela deputada Luiza Erundina. APROVADO em 02/10/19
REQ 128/19	“Requer a convocação do Senhor Fábio Wajngarten, Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência da República, para prestar esclarecimentos sobre suas recentes manifestações, incitando anunciantes a realizarem boicotes publicitários a órgãos de imprensa”.	Sâmia Bomfim	DEVOLVIDA AO AUTOR
REQ 129/19	Requer a realização de seminário no estado de São Paulo pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, destinada a debater a privatização da Fundação para o Remédio Popular “Chopin Tavares de Lima” - FURP”.	Alencar Santana Braga, Hélio Leite, Cezinha de Madureira, David Soares, Sâmia Bomfim, Margarida Salomão e Luis Miranda	Requerimento subscrito pelos deputados Hélio Leite, Cezinha de Madureira, David Soares, Sâmia Bomfim, Margarida Salomão e Luis Miranda. APROVADO em 09/10/19, com inclusão dos seguintes convidados: Dirceu Barbaño, ex-presidente da Anvisa; e representantes do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e da Comissão de Saúde da Alesp e para ser realizado em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Evento realizado em 24/10/19, NA ALESP
REQ 130/19	“Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública, aprovada através do Requerimento nº 126/2019”.	Alencar Santana Braga	APROVADO em 09/10/19 Evento realizado em 7/11/19 (Ver REQs 126 e 137/19)
REQ 131/19	“Requer a realização de audiência pública para debater o envio maciço ilegal de mensagens nas eleições de 2018”.	Margarida Salomão, Alencar Santana Braga e Natália Bonavides	APROVADO em 23/10/19, com inclusão de representante da Avaaz.

<p>REQ 132/19</p>	<p>“Requer, nos termos regimentais, a realização de uma visita técnica ao Furp (Fundação para o Remédio Popular) com os membros desta comissão”.</p>	<p>Luis Miranda</p>	<p>APROVADO em 23/10/2019</p>
<p>REQ 133/19</p>	<p>“Requer a realização de Audiência Pública com o secretário de desestatizações e desinvestimentos do Ministério da Economia, Sr. Salim Mattar, para debater as consequências da privatização de empresas estatais”.</p>	<p>André Figueiredo, Alex Santana, Luiza Erundina, Vinicius Poit, Margarida Salomão, Gervásio Maia e Félix Mendonça Júnior</p>	<p>Requerimento subscrito pelos deputados Alex Santana, Luiza Erundina, Vinicius Poit, Margarida Salomão, Gervásio Maia e Félix Mendonça Júnior. APROVADO em 23/10/19</p>
<p>REQ 134/19</p>	<p>“Requer a convocação do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Sr. Luiz Eduardo Ramos Batista Pereira, para comparecer a esta Comissão de Ciência e Tecnologia a fim de explicar a censura as imagens da vereadora do Psol, Marielle Franco, brutalmente assassinada em 14 de março de 2018, no programa Antenize, da TV Brasil”.</p>	<p>Luiza Erundina e Sâmia Bomfim</p>	<p>Requerimento subscrito pela deputada Margarida Salomão. APROVADO em 23/10/19, com inclusão de representante da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a transformação da convocação em convite.</p>
<p>REQ 135/19</p>	<p>“Requer a convocação do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes, para comparecer a esta Comissão de Ciência e Tecnologia a fim de explicar as informações que constam de documentos produzidos por um grupo de trabalho formado por onze ministros, demonstrando que está em fase avançada um plano de remoção de cerca de 350 famílias quilombolas de Alcântara, no Maranhão, ao contrário do que havia dito anteriormente o ministro, bem como sua entrevista em que admite a possibilidade de fusão entre Capes e CNPQ”.</p>	<p>Luiza Erundina e Sâmia Bomfim</p>	<p>APROVADO em 23/10/19. Com a transformação da convocação em convite e para que a reunião seja conjunta com as comissões de Cultura; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Direitos Humanos e Minorias. Evento realizado em 04/12/19 (Ver REQ 91/19 CCULT)</p>

REQ 136/19	“Requer aprovação de Moção de Repúdio pela censura à veiculação de imagem de Marielle Franco em um Programa da TV Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC)”.	Luiza Erundina e Sâmia Bomfim	PRONTA PARA PAUTA
REQ 137/19	Requer a inclusão de convidado na Audiência Pública, aprovada através do Requerimento nº 126/2019”.	Alencar Santana Braga e Margarida Salomão	Requerimento subscrito pela deputada Margarida Salomão. APROVADO em 23/10/19, com mudança no tema da audiência pública para “A importância da FURP na produção, pesquisa, desenvolvimento e distribuição de medicamentos populares». Evento realizado em 7/11/19 (Ver REQs 126 e 130/19)
REQ 138/19	“Requer a inclusão de convidados no seminário, que tramita sob o requerimento 119/19, a fim de debater o papel da Universidade Pública no desenvolvimento da Ciência, Tecnologia, da Educação e do Conhecimento”.	Margarida Salomão	APROVADO em 23/10/19 Evento realizado em 29 e 30/10/19 (Ver REQ 119/19) (Ver REQ 227/19 CE)
REQ 139/19	“Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, com a finalidade de debater o modelo regulatório nuclear do Brasil”.	Natália Bonavides	DEVOLVIDA AO AUTOR
REQ 140/19	“Requer a prorrogação dos trabalhos da Sub-comissão Especial de Empreendedorismo e Inovação”.	Angela Amin	APROVADO em 06/11/2019

<p>REQ 141/19</p>	<p>“Requer seja convidada a Exma. Sra. Deputada Federal Joice Hasselmann, o Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, o Exmo. Sr. Senador da República Flávio Bolsonaro e o Exmo. Sr. Vereador da cidade do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro, para prestarem esclarecimentos sobre a alegação de uma suposta rede profissional de perfis falsos nas redes sociais para propagação de fake news e difamação de opositores, recentemente divulgado pela Exma. Sra. Deputada Federal Joice Hasselmann em entrevistas concedidas a veículos de imprensa”.</p>	<p>Sâmia Bomfim</p>	<p>DEVOLVIDA AO AUTOR</p>
<p>REQ 142/19</p>	<p>“Requer aprovação de Moção de Repúdio pela censura à veiculação de imagem de Marielle Franco em um Programa da TV Brasil, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e à cobertura dos desdobramentos de seu assassinato”.</p>	<p>Luiza Erundina e Sâmia Bomfim</p>	<p>PRONTA PARA PAUTA</p>
<p>REQ 143/19</p>	<p>“Requer a realização de Audiência Pública para discussão do PL 4292/2019”.</p>	<p>Cezinha de Madureira e Vinicius Poit</p>	<p>APROVADO em 12/11/2019, com inclusão de Roberto Franco, de Mauro Garcia, da Bravi (Brasil Audiovisual Independente), de Leonardo Edde, presidente do Siscav (Sindicato da Indústria Audiovisual), e de representante da Abratel (Associação Brasileira de Rádio e Televisão). Evento realizado em 05/12/19</p>
<p>REQ 144/19</p>	<p>“Requer nos termos regimentais a realização de Audiência Pública com o objetivo de expor e aprofundar as pesquisas relacionadas a sistemas integrados de inteligência territorial para gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e no desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada”.</p>	<p>Félix Mendonça Júnior</p>	<p>APROVADO em 12/11/2019 Evento realizado em 20/11/19</p>
<p>REQ 145/19</p>	<p>“Requer a inclusão de convidados na audiência pública, que tramita sob o requerimento 58/19, a fim de debater sobre a utilização de carros elétricos”.</p>	<p>Julio Cesar Ribeiro</p>	<p>APROVADO em 12/11/2019, com inclusão dos deputados distritais Rodrigo Delmasso e Eduardo Pedrosa. Evento realizado em 28/11/19 (Ver REQ 58/19)</p>

REQ 146/19	“Requer a impressão, pela Gráfica da Câmara dos Deputados, do relatório de atividades da Comissão relativo ao ano de 2019”.	Félix Mendonça Júnior	APROVADO em 27/11/2019, contra o voto do Deputado Gilberto Abramo.
REQ 147/19	“Requer uma Visita técnica “in loco” no aeroporto de Viracopos em Campinas- SP. Com o intuito de conhecer as novas instalações e Tecnologias e verificar os problemas daquele aeroporto”.	Roberto Alves	APROVADO em 27/11/2019
REQ 148/19	“Requer, nos termos regimentais, a realização de uma Visita Técnica “in loco” no Aeroporto Internacional de Brasília, Presidente Juscelino Kubitschek, com o intuito de conhecer as instalações, tecnologias e verificar os problemas daquele aeroporto”.	Luis Miranda e Márcio Jerry	Requerimento subscrito pelo deputado Márcio Jerry. APROVADO em 11/12/2019
REQ 149/19	“Requer a realização de Audiência Pública para debater a atual situação e regulamentação dos Jogos Eletrônicos no país, em especial, o e-sports - Esporte Eletrônico”.	Coronel Chrisóstomo	APROVADO em 11/12/2019
REQ 150/19	“Requer seja convocada Audiência Pública para debater a importância da fixação de novos critérios e regras para distribuição dos recursos de comercialização dos direitos de transmissão de imagem de eventos esportivos”.	Julio Cesar Ribeiro	APROVADO em 11/12/19
REQ 151/19	“Requer a realização de seminário no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a ser realizada no estado do Rio Grande do Sul, para debater as ameaças de privatização do SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados e DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência”.	Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim e Luiza Erundina	Requerimento subscrito pela deputada Luiza Erundina. APROVADO em 11/12/19 Evento realizado em 19/12/19

<p>REQ 152/19</p>	<p>“Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a presença de representante da NETFLIX para prestar esclarecimentos sobre o filme “A Primeira Tentação de Cristo”.</p>	<p>Cezinha de Madureira, Julio Cesar Ribeiro, Roberto Alves, Alex Santana e Lauriete</p>	<p>APROVADO em 17/12/19</p>
<p>REQ 153/19</p>	<p>“Requer aprovação de Moção de Repúdio diante da ameaça de introduzir interesses privados na concessão de patentes no Brasil, por da fusão do INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial com a ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial”.</p>	<p>Sâmia Bomfim</p>	<p>PRONTA PARA PAUTA</p>

Pareceres aprovados

Proposição	Enenta	Votação
PDC 1019/18	<p>Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “Aprova o texto Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, celebrado em Camberra, em 7 de setembro de 2017”.</p> <p>RELATOR: deputado EDUARDO CURY</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	22/05/19
PL 190/19	<p>Do Sr. Roberto de Lucena – que “Regulamenta a participação de crianças e adolescentes nos meios de comunicação”.</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2019 da CCTCI, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	29/05/19
PLP 78/19	<p>Do Sr. Bilac Pinto – que “Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal, para instituir vedação à limitação de empenho nas condições que especifica”.</p> <p>RELATOR: deputado VITOR LIPPI</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	05/06/19
PL 4.108/12	<p>Do Sr. Jerônimo Goergen – que “Dispõe sobre as linhas de telefonia móvel pessoal”.</p> <p>RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA</p> <p>PARECER: pela rejeição deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	05/06/19

<p>PL 9.544/18</p>	<p>Do Senado Federal – que “Altera o art. 13 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, para isentar do pagamento das taxas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) os prestadores de serviços públicos de emergência e de segurança pública”. (Apensado: PL 7604/14)</p> <p>RELATORA: deputada RENATA ABREU</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e do PL 7604/2014, apensado, com Substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>03/07/19</p>
<p>PL 5.128/13</p>	<p>Do Sr. Dimas Fabiano – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as ligações telefônicas locais e interurbanas sejam cobradas por chamada”.</p> <p>RELATOR: deputado VITOR LIPPI</p> <p>PARECER: pela rejeição</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>03/07/19</p>
<p>PL 292/15</p>	<p>Do Sr. Valmir Assunção – que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as prestadoras do serviço de telefonia expandirem a cobertura do serviço para todos os distritos dos municípios abrangidos em sua área de outorga”. (Apensados: PL 378/15; PL 1549/15; PL 3250/15; 991/15)</p> <p>RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, do PL 378/2015, do PL 991/2015, do PL 1549/2015, e do PL 3250/2015, apensados, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer, com complementação de voto.</p>	<p>03/07/19</p>
<p>PLP 470/18</p>	<p>Do Senado Federal – que “Estabelece prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a instalação de bloqueadores de sinais de telecomunicação nos estabelecimentos penitenciários; altera o art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para estabelecer a aplicação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) na instalação, no custeio e na manutenção de bloqueadores de sinais de telecomunicação em estabelecimentos penitenciários e análogos; e acrescenta art. 135-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer obrigações para as prestadoras de serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo”. (Apensado: PLP 345/17)</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, com Substitutivo, e pela rejeição do PLP 345/2017, apensado, e da Emenda nº 1/17 adotada pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>10/07/19</p>



PL 10.022/18	<p>Do Senado Federal – que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para tornar obrigatória a aposição de tarja informativa sobre o uso de retoque digital na silhueta das pessoas em fotografias para fins de publicidade”. (Apensados: PL 9119/2017; PL 9130/2017; PL 9146/2017; PL 9154/2017; PL 9189/2017; PL 9244/2017; PL 9569/2018; PL 9656/2018; PL 10111/2018; PL 9077/2017)</p> <p>RELATORA: deputada SÂMIA BOMFIM</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do PL 9119/2017, do PL 9130/2017, do PL 9146/2017, do PL 9154/2017, do PL 9189/2017, do PL 9244/2017, do PL 9569/2018, do PL 9656/2018, do PL 10111/2018, e do PL 9077/2017, apensados, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer com complementação de voto.</p>	14/08/19
PFC 38/15	<p>Do Sr. Sandro Alex – que “Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e o controle na arrecadação e aplicação dos recursos dos fundos das telecomunicações”.</p> <p>RELATOR: deputado VITOR LIPPI</p> <p>PARECER: pelo encerramento e arquivamento.</p> <p>Aprovado o Relatório Final.</p>	14/08/19
PL 535/19	<p>Do Sr. Fábio Trad – que “Altera a Lei nº 4.177, de 27 de agosto de 1962 para inclusão do Artigo 100-A, que trata do parcelamento de taxas e tarifas”. (Apensados: PL 3697/2019; PL 3838/2019)</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do PL 3697/2019, e do PL 3838/2019, apensados, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	14/08/19
PL 2.290/19	<p>Do Sr. Felipe Carreras – que “Dispõe sobre o reajuste das bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa”.</p> <p>RELATORA: deputada ANGELA AMIN</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	14/08/19



<p>PDL 406/19</p>	<p>Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – que “Aprova o texto do Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 26 de janeiro de 2013”.</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>25/09/19</p>
<p>PDC 343/16</p>	<p>Do Sr. Marx Beltrão – que “Susta o inciso III e os §§ 1º e 3º do art. 63 da Resolução n.º 614, de 28 de maio de 2013, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que autoriza as operadoras de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, a adotarem em seus planos de serviço, a franquia de consumo”. (Apensados: PDC 344/2016; PDC 347/2016; PDC 404/2016)</p> <p>RELATORA: deputada ANGELA AMIN</p> <p>PARECER: pela rejeição deste, do PDC 344/2016, do PDC 347/2016, e do PDC 404/2016, apensados.</p> <p>Aprovado o Parecer contra o voto da Deputada Luiza Erundina.</p>	<p>25/09/19</p>
<p>PDC 889/18</p>	<p>Dos Srs. Nilto Tatto e Patrus Ananias – que “Susta o Artigo 1º e seu anexo bem como o § 4º do artigo 2º Resolução Nº 16, de 15 de janeiro de 2018 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, CTNBio, que Estabelece os requisitos técnicos para apresentação de consulta à CTNBio sobre as Técnicas Inovadoras de Melhoramento de Precisão”.</p> <p>RELATOR: deputado EDUARDO CURY</p> <p>PARECER: pela rejeição</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>25/09/19</p>
<p>PL 1.872/11</p>	<p>Do Senado Federal – que “Institui o Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano (Prêmio Brasil)”.</p> <p>RELATOR: deputado FELIPE RIGONI</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Vinicius Poit</p>	<p>25/09/19</p>

PL 8.626/17	<p>Do Sr. Moses Rodrigues – que “Estabelece como abusiva a cláusula de fidelização nos contratos de prestação de serviços”.</p> <p>RELATOR: deputado ALEX SANTANA</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão de Defesa do Consumidor, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Vinicius Poit</p>	25/09/19
PDC 715/17	<p>Do Sr. Nilto Tatto – que “Susta a Resolução da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, CTN-Bio, referente ao processo 01250.017929/2017-45 que trata da liberação planejada no meio ambiente de cana de açúcar geneticamente modificada para resistência a insetos”.</p> <p>RELATOR: deputado GENERAL PTERNELLI</p> <p>PARECER: pela rejeição</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	02/10/19
PL 4.851/16	<p>Do Senado Federal – que “Dispõe sobre a avaliação e o monitoramento das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso à internet”.</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p> <p>PARECER: pela aprovação</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	09/10/19
PL 7.347/17	<p>Do Sr. Lúcio Vale e outros – que “Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências”, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que “Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”, para dispor sobre medidas de promoção do envelhecimento ativo”. (Apensados: PL 9528/2018; PL 9529/2018; PL 9628/2018; PL 2500/2019; PL 2559/2019; PL 3322/2019; PL 8717/2017)</p> <p>RELATOR: deputado DANIEL TRZECIAK</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do PL 9528/2018, do PL 9529/2018, do PL 9628/2018, do PL 2500/2019, do PL 2559/2019, e do PL 3322/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 8717/2017, apensado.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	09/10/19

<p>PL 7.786/17</p>	<p>Dos Srs. Fabio Garcia e Hildo Rocha – que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta, pelas prestadoras de telefonia móvel, de capacidade de conexão a usuários de outras prestadoras nos casos que estabelece”.</p> <p>RELATOR: deputado MÁRCIO JERRY</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e das Emendas nº 1 e nº 2 adotadas pela Comissão de Defesa do Consumidor, com Substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>09/10/19</p>
<p>PL 9.951/18</p>	<p>Do Sr. Fábio Trad – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre investimentos na expansão de redes de telecomunicações”.</p> <p>RELATOR: deputado VINICIUS POIT</p> <p>PARECER: pela aprovação, com emenda.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>09/10/19</p>
<p>PL 251/19</p>	<p>Do Sr. Assis Carvalho – que “Acrescenta artigo à Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, para assegurar a proteção aos pesquisadores em suas atividades de pesquisa científica”.</p> <p>RELATORA: deputada ANGELA AMIN</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>23/10/19</p>
<p>PL 1.365/19</p>	<p>Da Sra. Edna Henrique – que “Dispõe sobre a comercialização de equipamentos eletrônicos e programas de computador destinados a promover alterações no International Mobile Equipment Identity - IMEI (Identificação Internacional de Equipamento Móvel) dos aparelhos de telefonia móvel celular ou similares”.</p> <p>RELATORA: deputada ANGELA AMIN</p> <p>PARECER: pela rejeição.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>23/10/19</p>
<p>REL 1/19</p>	<p>Do Sr. Alex Santana – Relatório do Grupo de Trabalho de atualização do Ato Normativo CCTCI nº 1, de 2007.</p> <p>RELATOR: deputado ALEX SANTANA</p> <p>Aprovado o relatório, fica aprovado o Ato Normativo 1/2019 CCTCI.</p>	<p>06/11/19</p>

PL 4.805/19	<p>Do Sr. Marcos Pereira e outros – que “Altera a Lei n. 8.248, de 23 de outubro de 1991, e dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação para estabelecer o tratamento tributário aplicável às empresas desse setor e dá outras providências”.</p> <p>RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4944/2019, apensado, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2019 da CCTCI.</p> <p>Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Vinicius Poit.</p>	06/11/19
PL 11.245/18	<p>Dos Srs. João Arruda e Aliel Machado – que “Disciplina a realização de pesquisas de opinião pública relativas às eleições e aos candidatos”.</p> <p>RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO</p> <p>PARECER: pela aprovação, com emendas.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	06/11/19
PL 1.677/15	<p>Da Sra. Maria do Rosário – que “Dispõe sobre a destinação às mídias regionais de parcela dos recursos aplicados na contratação de publicidade institucional ou comercial pelos Órgãos, Entidades, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista das três esferas de governo”.</p> <p>RELATOR: deputado CLEBER VERDE</p> <p>PARECER: pela rejeição.</p> <p>Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Luiza Erundina e Gervásio Maia.</p>	06/11/19
PL 3.307/15	<p>Do Sr. Marcos Soares – que “Dispõe sobre o envio de mensagem de texto SMS pelas operadoras de telefonia celular e dá outras providências”. (Apensado: PL 8092/17)</p> <p>RELATOR: deputado ZÉ VITOR</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, e do PL 8092/2017, apensado, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	06/11/19
PL 177/19	<p>Do Sr. Igor Timo – que “Dispõe sobre o apoio tecnológico a micro e pequenas empresas e dá outras providências”.</p> <p>RELATOR: deputado FELIPE RIGONI</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	06/11/19

<p>PL 2.020/19</p>	<p>Do Sr. Léo Moraes – que “Altera o parágrafo único do art. 3º-B do Decreto Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico”.</p> <p>RELATOR: deputado CLEBER VERDE</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>06/11/19</p>
<p>PL 3.601/19</p>	<p>Do Sr. Felipe Carreras – que “Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para dispor sobre as mensagens de advertência em propagandas veiculadas nas emissoras de rádio e televisão”.</p> <p>RELATOR: deputado ROBERTO ALVES</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>06/11/19</p>
<p>PL 7.804/14</p>	<p>Do Sr. Pedro Paulo – que “Institui a Lei de Dados Abertos, estabelecendo o Comitê Gestor de Dados Público junto ao Ministério do Planejamento, responsável pela elaboração do Manual de Dados Abertos da Administração Pública e cria a obrigatoriedade para a disponibilização de dados abertos e de interfaces de aplicações web de forma organizada e estruturada para a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios e dá outras providências”. (Apensados: PL 11118/2018; PL 68/2019; PL 624/2019; PL 4796/2019)</p> <p>RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do PL 11118/2018, do PL 68/2019, do PL 624/2019, e do PL 4796/2019, apensados, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>12/11/19</p>
<p>PL 4.336/2016</p>	<p>Da Sra. Luiza Erundina – que “Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação em defesa de grupos sociais sobre matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social”. (Apensado: PL 2917/19)</p> <p>RELATOR: deputado CLEBER VERDE</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e do PL 2917/2019, apensado, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>12/11/19</p>



PL 5.203/19	<p>Do Sr. Pedro Augusto Bezerra – que “Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, disciplinando o encaminhamento gratuito, pelas operadoras de telefonia móvel, de mensagens curtas de texto destinadas aos serviços públicos de emergência”.</p> <p>RELATOR: deputado ROBERTO ALVES</p> <p>PARECER: pela rejeição.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	12/11/19
PL 3.098/19	<p>Do Sr. Cezinha de Madureira – que “Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir a possibilidade de adaptação das outorgas do Serviço Especial de Televisão por Assinatura - TVA, criado pelo Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988, para serviços de radiodifusão de sons e imagens”.</p> <p>RELATOR: deputado ALEX SANTANA</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	27/11/19
PDL 97/19	<p>Do Sr. Domingo Neto – que “Susta o inciso II do artigo 22 do Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, e repristina a redação do Decreto nº 8.135, de 4 de novembro de 2013”.</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p> <p>PARECER: pela rejeição.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	11/12/19
PDL 468/19	<p>Do Sr. José Ricardo – que “Susta a Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Gabinete do Ministro da Economia”. (Apensado: PDL 470/2019)</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p> <p>PARECER: pela rejeição deste, e do PDL 470/2019, apensado.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	11/12/19



<p>PL 3.531/15</p>	<p>Do Sr. Afonso Hamm – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, obrigando as prestadoras de telefonia móvel a garantir a cobertura do sinal de seus serviços em 100% dos trechos de rodovias federais e estaduais circunscritos na área geográfica objeto de sua outorga, e dá outras providências”. (Apensados: PL 4377/2016; PL 4921/2016)</p> <p>RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do PL 4377/2016, e do PL 4921/2016, apensados, do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, com Substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>11/12/19</p>
<p>PFC 76/16</p>	<p>Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de crimes cibernéticos – que “Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, as ações de acompanhamento e controle da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel acerca da correta implementação e utilização dos cadastros de usuários de telefones pré-pagos”.</p> <p>RELATOR: deputado VITOR LIPPI</p> <p>PARECER: pelo encerramento.</p> <p>Aprovado o Relatório Final.</p>	<p>11/12/19</p>
<p>PFC 77/16</p>	<p>Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de crimes cibernéticos – que “Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, as ações de acompanhamento e controle da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel acerca da correta bilhetagem dos serviços de dados por parte das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal”.</p> <p>RELATORA: deputada ANGELA AMIN</p> <p>PARECER: pela implementação</p> <p>Aprovado o Relatório Prévio.</p>	<p>11/12/19</p>
<p>PL 4.334/16</p>	<p>Das Sras. Laura Carneiro e Carmen Zanotto – que “Obriga os fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) a oferecerem o recurso de alerta ao usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco”. (Apensados: PL 4706/2016; PL 9200/2017)</p> <p>RELATOR: deputado VINICIUS POIT</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4706/2016, e do PL 9200/2017, apensados.</p> <p>Aprovado o Parecer com Complementação de Voto.</p>	<p>11/12/19</p>



PL 10.052/18	<p>Do Sr. Carlos Henrique Gaguim – que “Altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais; e a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estabelecer a obrigatoriedade de oferta de meia nismo que permita o rastreamento da entrega de objetos postados, sempre que a contratação de fornecimento de produtos ocorrer fora do estabelecimento comercial”.</p> <p>RELATOR: deputado VINICIUS POIT</p> <p>PARECER: pela rejeição</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	11/12/19
PL 1.022/19	<p>Da Sra. Flordelis – que “Altera a Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na mídia eletrônica”. (Apensados: PL 1591/2019, PL 2184/2019, PL 2466/2019, PL 5112/2019, PL 3537/2019, PL 2185/2019, PL 2818/2019, PL 2828/2019)</p> <p>RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO</p> <p>PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Julio Cesar Ribeiro (REPUBLIC-DF), pela aprovação deste, do PL 1591/2019, do PL 2184/2019, do PL 2466/2019, do PL 5112/2019, do PL 3537/2019, do PL 2185/2019, do PL 2818/2019, e do PL 2828/2019, apensados, com substitutivo.</p> <p>Aprovado o Parecer com Complementação de Voto.</p>	11/12/19
PL 4.509/19	<p>Do Sr. Marcos Aurélio Sampaio – que “Altera as Leis 4.117, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para dispor sobre os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão”.</p> <p>RELATOR: deputado VITOR LIPPI</p> <p>PARECER: pela rejeição.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	11/12/19
PL 4.615/19	<p>Do Sr. Maurício Dziedricki – que “Institui o Cadastro Nacional de Pesquisa em Drogas Experimentais para o Tratamento do Câncer - “Banco Nacional de Combate ao Câncer””.</p> <p>RELATOR: deputado VITOR LIPPI</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda 1/2019 da CCTCI.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	11/12/19



<p>PL 5.196/19</p>	<p>Do Sr. Marcelo Ramos – que “Altera a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências”.</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>11/12/19</p>
<p>PL 5.479/19</p>	<p>Do Sr. Alex Santana – que “Altera a Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a transferência, comercialização e cessão do tempo de programação para a produção independente”.</p> <p>RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>11/12/19</p>
<p>PL 8.824/17</p>	<p>Do Sr. Evair Vieira de Melo – que “Altera as Leis 9.472, de 16 de julho de 1997 e 9.295, de 19 de julho de 1996, para assegurar a prestação dos serviços de telecomunicações por cooperativas”.</p> <p>RELATOR: deputado ZÉ VITOR</p> <p>PARECER: pela aprovação, com Substitutivo.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>17/12/19</p>
<p>TVR 238/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.151, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Regional da Mata Para Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rolim de Moura, Estado de Rondônia”.</p> <p>RELATOR: Deputado BETO FARO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Aprovado o parecer.</p>	<p>29/05/2019</p>

TVR 280/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 77, de 21 de fevereiro de 2014, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Paranaguá, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 284/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 237, de 1 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada o Abrigo Luz do Amanhã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itajaí, Estado de Santa Catarina”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	27/03/2019
TVR 287/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 469, de 6 de novembro de 2014, que autoriza a Associação Comunitária Nativa de Floresta a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Floresta, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 288/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.633, de 29 de junho de 2015, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Itapecuru e Alpercatas da Região de Mirador - Maranhão (Radial), a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mirador, Estado do Maranhão”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019

TVR 290/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.037, de 9 de dezembro de 2015, que autoriza a Associação Cultural Vale do Rio dos Bois a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campestre de Goiás, Estado de Goiás”.</p> <p>RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	26/06/2019
TVR 306/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 127, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Comunidade em Ação, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Muzambinho, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado ZÉ VITOR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 315/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.946, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio Comunitária Transamazônica FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Velho, Estado de Rondônia”.</p> <p>RELATOR: Deputado PAULO FREIRE COSTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 323/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 629, de 20 de novembro de 2007, que autoriza a Associação de Moradores de Cacaúlândia, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cacaúlândia, Estado de Rondônia”.</p> <p>RELATOR: Deputado VITOR LIPPI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	25/05/2019



TVR 325/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 361, de 25 de abril de 2013, que autoriza a Associação Comunitária Amapaense de Comunicação, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Amapá do Maranhão, Estado de Maranhão”.</p> <p>RELATOR: Deputado MÁRCIO JERRY.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 330/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.819, de 01 de dezembro de 2015, que autoriza a Associação Cultural Comunitária Jampa - ACCJ, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de João Pessoa, Estado da Paraíba”.</p> <p>RELATOR: Deputado RUY CARNEIRO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 331/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.639, de 06 de janeiro de 2016, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão da Praia dos Ingleses - Acorpi, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina”.</p> <p>RELATORA: Deputada ANGELA AMIN.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 332/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.356, de 09 de maio de 2016, que autoriza a Associação dos Moradores Amigos de Maragogipe, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maragogipe, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado ALEX SANTANA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	05/06/2019



<p>TVR 335/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.365, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a ACCEC - Associação Comunitária Cultural e Educacional de Caetanos - BA, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caetanos, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>29/05/2019</p>
<p>TVR 336/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.044, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Povoado Bela Vista, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Batalha, Estado do Piauí”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 337/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.074, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Master de Radiodifusão Comunitária de Itanhém (rádio Master), a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itanhém, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 341/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 758, de 14 de março de 2018, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural do Povoado Três Caminhos - ADCT, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barras, Estado do Piauí”.</p> <p>RELATORA: Deputada MARGARETE COELHO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>



TVR 343/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.322, de 02 de maio de 2018, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Dom Luciano Mendes de Almeida, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipatinga, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado DR. FREDERICO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 344/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.249, de 05 de julho de 2018, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Inovação FM, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mirante do Paranapanema, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATOR: Deputado DAVID SOARES.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 346/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.846, de 16 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação para o Progresso Cultural e Sucesso de São José da Coroa Grande - APCS, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São José da Coroa Grande, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	26/06/2019
TVR 347/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.337, de 16 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Dom Macedo FM, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Macedo Costa, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATORA: Deputada LÍDICE DA MATA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019



<p>TVR 351/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.866, de 20 de dezembro de 2017, que autoriza a Associação de Comunicação e Radiofusão de Jundiá a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jundiá, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATOR: Deputado CEZINHA DE MADUREIRA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 352/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.410, de 16 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Beneficente Recanto Canaã a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Luís, Estado do Maranhão”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 353/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 748, de 05 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical do Piauí para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Angical do Piauí, Estado do Piauí”.</p> <p>RELATOR: Deputado PAULO FREIRE COSTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>29/05/2019</p>
<p>TVR 354/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.955, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Carmo do Rio Verde para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>27/03/2019</p>



TVR 355/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.968, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Progresso de Várzea Alegre para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Várzea Alegre, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 356/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.979, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiofusão FM Comunitária de Tracunhaém - PE, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tracunhaém, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 357/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.989, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiofusão Cidade FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Fortaleza dos Nogueiras, Estado do Maranhão”.</p> <p>RELATOR: Deputado VITOR LIPPI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 358/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.428, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Caruaru FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caruaru, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019



<p>TVR 359/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.429, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Lapa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Amélia Rodrigues, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado AFONSO MOTTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 360/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.978, de 28 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Palmas - PR, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmas, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 361/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.372, de 21 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Vianópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vianópolis, Estado de Goiás”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>27/03/2019</p>
<p>TVR 362/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.147, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à ARCA - Associação de Rádio Comunitária Alternativa para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bicas, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>29/05/2019</p>



TVR 363/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.162, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Contorno do Capim Grosso para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Capim Grosso, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 364/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.221, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Eldorado para o Desenvolvimento Social Cultural e Artístico de Castro Alves para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Castro Alves, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 365/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.312, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Cultural de Eugenópolis para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Eugenópolis, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 366/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.315, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Lasafá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caeté, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado VITOR LIPPI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019



<p>TVR 367/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 104, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cacimba de Dentro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cacimba de Dentro, Estado da Paraíba”.</p> <p>RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>29/05/2019</p>
<p>TVR 368/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 124, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Tabira FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tabira, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>27/03/2019</p>
<p>TVR 369/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 248, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Proteção aos Idosos e Adolescentes de Camocim para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Camocim, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 370/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 415, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Região Central do Município de Betim - ASCORBE para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Betim, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>27/03/2019</p>



TVR 371/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 558, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária novo Alvorecer para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Eldorado, Estado do Mato Grosso do Sul”.</p> <p>RELATOR: Deputado AFONSO MOTTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 372/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 686, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação dos Filhos e Amigos de Rosário Oeste - AFARO, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rosário Oeste, Estado do Mato Grosso”.</p> <p>RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 373/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 905, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú - ACERC para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina”.</p> <p>RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 374/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.489, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Educação, Cultura e Desporto de Pereiro para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pereiro, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATOR: Deputado VITOR LIPPI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019



TVR 375/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.834, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Firminense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Senador Firmino, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado AFONSO MOTTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 376/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.689, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Beneficente e Comunitária de Vargem Grande (ACBEC) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vargem Grande, Estado do Maranhão”.</p> <p>RELATOR: Deputado PAULO FREIRE COSTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 377/2018	<p>“Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.787, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária São Miguel - ACOSAMI para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tavares, Estado da Paraíba”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	27/03/2019
TVR 378/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.960, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Desenvolvimento Social de Igaporã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Igaporã, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019



TVR 379/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.981, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Voz da Promissão Mega FM de Divinópolis de Goiás para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Divinópolis de Goiás, Estado de Goiás”.</p> <p>RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 380/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.614, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural de Mutum - ACORDECUM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mutum, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado PAULO FREIRE COSTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 381/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.616, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Feminina de Montalvânia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Montalvânia, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 382/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.316, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada ao SERVIR - Serviço de Promoção da Criança e do Adolescente para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Januária, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado VITOR LIPPI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019



<p>TVR 383/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 548, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 384/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 895, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Artística e Cultural de Tonantins para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tonantins, Estado do Amazonas”.</p> <p>RELATOR: Deputado AFONSO MOTTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 385/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.033, de 10 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária São Francisco para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alcântaras, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>27/03/2019</p>
<p>TVR 386/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.848, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio FM Pontapedrense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ponta de Pedras, Estado do Pará”.</p> <p>RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>



TVR 387/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.688, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Município de Botuporã para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Botuporã, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 388/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 46, de 21 de fevereiro de 2014, que outorga permissão à Fundação Francisco Rodrigues Sancho para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Itapipoca, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATOR: Deputado PAULO FREIRE COSTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	03/07/2019
TVR 389/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 119, de 21 de fevereiro de 2014, que outorga permissão à Fundação Universidade Federal de Sergipe para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Estância, Estado de Sergipe”.</p> <p>RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 390/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 478, de 20 de junho de 2014, que outorga permissão à Universidade Estadual de Feira de Santana para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Feira de Santana, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado VITOR LIPPI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019



<p>TVR 391/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.218, de 06 de novembro de 2014, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>27/03/2019</p>
<p>TVR 392/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 475, de 03 de junho de 2015, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Jacobina, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado AFONSO MOTTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 393/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.050, de 14 de maio de 2015, que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Crateús para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Crateús, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 395/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.862, de 28 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação de Amigos e Colaboradores Corguinhenses para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Corguinho, Estado do Mato Grosso do Sul”.</p> <p>RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>



TVR 396/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 80, de 01 de 16/04/2019 fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sólidiedade e Desenvolvimento de Arcos para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Arcos, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 397/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 143, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Porto Real para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Nacional, Estado do Tocantins”.</p> <p>RELATOR: Deputado TIAGO DIMAS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 398/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 235, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores de Aracruz para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Luís Eduardo Magalhães, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado ALEX SANTANA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	03/07/2019
TVR 399/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 60, de 21 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Artística de Matelândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Matelândia, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019



<p>TVR 400/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 44, de 1º de fevereiro de 2016, que autoriza a Associação Comunitária Luz a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado RODRIGO DE CASTRO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 401/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.120, de 07 de junho de 2017, que autoriza a Associação Educativa do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Vila Velha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo”.</p> <p>RELATOR: Deputado TED CONTI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 402/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 9.596, de 03 de dezembro de 2018, que renova a concessão outorgada à Fundação Ministério Comunidade Cristã para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Goiânia, Estado de Goiás”.</p> <p>RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 403/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.437, de 03 de janeiro de 2018, que renova a permissão outorgada à Rádio Imprensa de Anápolis Ltda., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Anápolis, Estado de Goiás”.</p> <p>RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>



TVR 404/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.961, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Inhambupe para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radio - difusão comunitária no município de Inhambupe, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 405/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.599, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Palmaciana da Comunidade Sede - ASPACS, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Palmácia, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	26/06/2019
TVR 406/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.608, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Valinhos, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATORA: Deputada SÂMIA BOMFIM.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 407/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.623, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Amigos de Paulo de Faria, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Paulo de Faria, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019



<p>TVR 409/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.690, de 06 de janeiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Norte de Radiodifusão, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de rádio - difusão comunitária no município de Colíder, Estado do Mato Grosso”.</p> <p>RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 410/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 177, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Mundono - vense, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mundo novo, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATORA: Deputada LÍDICE DA MATA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 411/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 866, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Rio Bonito do Iguaçu - ACCARBI, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 412/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.009, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Costa Verde, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro”.</p> <p>RELATORA: Deputada LÍDICE DA MATA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>



TVR 413/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.626, de 29 de junho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Timbaúba - ACOMT, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Timbaúba, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado JOÃO H. CAMPOS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 414/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.820, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Fundação Educativa João Paulo II, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Pirassununga, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATOR: Deputado DAVID SOARES.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 415/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.826, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Harmonia FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Saporanga, Estado do Rio Grande do Sul”.</p> <p>RELATOR: Deputado AFONSO MOTTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 416/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.954, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Tancredo Neves, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cajazeiras, Estado da Paraíba”.</p> <p>RELATOR: Deputado GERVÁSIO MAIA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019



<p>TVR 417/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.958, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Varginhense, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Varginha, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado ZÉ VITOR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>26/06/2019</p>
<p>TVR 418/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.423, de 30 de julho de 2015, que renova a autorização outorgada à Academia Cultural de Santa Helena - ACULT, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Helena, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 419/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.590, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão Dom Othon Motta, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campanha, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>05/06/2019</p>
<p>TVR 420/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.609, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária da Comunicação de Nova Granada, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Granada, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATOR: Deputado GENERAL PETERNELLI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>



TVR 421/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.619, de 19 de agos - to de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Rádio Gaúcha FM de Bataguassu, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radio - difusão comunitária no município de Bataguassu, Estado do Mato Grosso do Sul”.</p> <p>RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 422/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.640, de 19 de agos - to de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação das Mulheres Espinosenses, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Espinosa, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 423/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.628, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cristalense de Radiodifusão, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radio - difusão comunitária no município de Cristais, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 424/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.911, de 03 de novembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Afrânio, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Afrânio, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	26/06/2019



TVR 425/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.214, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Lábrea Solidária, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lábrea, Estado do Amazonas”.</p> <p>RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	14/08/2019
TVR 426/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.223, de 01 de dezembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Csizmásia, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibicuí, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATORA: Deputada LÍDICE DA MATA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 427/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 86, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária do Bairro São José, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Carpina, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado JOÃO H. CAMPOS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 428/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 93, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Bom Conselho FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Bom Conselho, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	26/06/2019



TVR 429/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 142, de 01 de fevereiro de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Rádio FM Cristo Redentor Áudio e Vídeo, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro”.</p> <p>RELATOR: Deputado JORGE BRAZ.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 430/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 535, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Damata FM, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado JOÃO H. CAMPOS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 431/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 732, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Agrícolas do Médio - Nordeste Goiano (ACOPPAMNGO), para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Alvorada do Norte, Estado de Goiás”.</p> <p>RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	26/06/2019
TVR 432/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 759, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Centro Educacional Lar Cristo Rei, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Borba, Estado do Amazonas”.</p> <p>RELATOR: Deputado SILAS CÂMARA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	14/08/2019



<p>TVR 433/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.011, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Elesbão Veloso, Estado do Piauí”.</p> <p>RELATORA: Deputada MARGARETE COELHO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>29/05/2019</p>
<p>TVR 434/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.168, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Educativa e Comunitária Serrana de Cunha, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cunha, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATOR: Deputado ROBERTO ALVES.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 435/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.170, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Ribeirão, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ribeirão, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>26/06/2019</p>
<p>TVR 436/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.223, de 28 de setembro de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Sideral de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Cultural, Artístico e Esportivo, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Buerarema, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado ALEX SANTANA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>05/06/2019</p>



TVR 437/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 316, de 25 de novembro de 2013, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Jequitibá, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado ZÉ VITOR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	26/06/2019
TVR 438/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 318, de 25 de novembro de 2013, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Cachoeira FM, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Cachoeira do Arari, Estado do Pará”.</p> <p>RELATOR: Deputado BETO FARO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 439/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 25, de 06 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Cultural e Social de Assis Chateaubriand a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUISA CANZIANI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 440/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 26, de 06 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Cultural e Educativa de São Jorge do Patrocínio, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019



<p>TVR 441/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 54, de 21 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação Virgolandense Comunitária Cultural, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATORA: Deputada MARGARIDA SALOMÃO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>05/06/2019</p>
<p>TVR 442/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 370, de 25 de abril de 2014, que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Castanheira, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Castanheira, Estado do Mato Grosso”.</p> <p>RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 443/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 426, de 29 de julho de 2014, retificada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2015, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Porto da Folha, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto da Folha, Estado de Sergipe”.</p> <p>RELATOR: Deputado FABIO REIS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>26/06/2019</p>
<p>TVR 444/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.153, de 06 de novembro de 2014, que autoriza a Associação Milênio de Apoio a Criança e Adolescente de Brasilândia, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Brasilândia de Tocantins, Estado do Tocantins”.</p> <p>RELATOR: Deputado TIAGO DIMAS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>



TVR 445/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.831, de 30 de julho de 2015, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Cultura e Educação de Barba - cena - ARCOCEBAR, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado GILBERTO ABRAMO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 446/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.147, de 30 de julho de 2015, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Lajeado - RCL, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul”.</p> <p>RELATOR: Deputado BIBO NUNES.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 447/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.283, de 18 de setembro de 2015, que autoriza a Associação Comunitária Cultura e Lazer do Bairro Asteca, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais”.</p> <p>RELATOR: Deputado PAULO ABI-ACKEL.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 448/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.982, de 01 de dezembro de 2015, que autoriza a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento São Sebastião de Utinga, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Wagner, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado ALEX SANTANA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	05/06/2019



<p>TVR 449/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 6.164, de 01 de dezembro de 2015, que autoriza a Fundação Benilde Vasconcelos Moreira, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Manoel Emídio, Estado do Piauí”.</p> <p>RELATORA: Deputada MARGARETE COELHO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 450/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 592, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação de Comunicação da Comunidade de Lages do Batata, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jacobina, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>29/05/2019</p>
<p>TVR 451/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 679, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação Comunitária, Cultural, Artística, Educacional e de Comunicação do Município de Placas, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Placas, Estado do Pará”.</p> <p>RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 452/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 893, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação Cultural Lage Grande, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Caruaru, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado JOÃO H. CAMPOS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>29/05/2019</p>



TVR 454/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 2.631, de 11 de junho de 2018, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social de Ponta Grossa, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATOR: Deputado PAULO EDUARDO MARTINS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 455/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.222, de 16 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Cultural Educacional e Ecológica Ibirajá de Radiodifusão Comunitária, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itanhém, Estado da Bahia”.</p> <p>RELATORA: Deputada LÍDICE DA MATA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 456/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.563, de 03 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Comunitária Flor do Serrado, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Dom Aquino, Estado do Mato Grosso”.</p> <p>RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 457/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto n. 9.627 de 20 de dezembro de 2018, que renova a concessão outorgada à Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas para executar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de São Paulo, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATOR: Deputado RODRIGO AGOSTINHO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019



<p>TVR 458/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto n. 9.626, de 20 de dezembro de 2018, que renova a concessão outorgada à TV Stúdios de Ribeirão Preto Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>26/06/2019</p>
<p>TVR 459/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto n. 9.624, de 20 de dezembro de 2018, que renova a concessão outorgada à TV Taubaté Ltda para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Taubaté, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATOR: Deputado JEFFERSON CAMPOS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 460/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto n. 9.625, de 20 de dezembro de 2018, que renova a concessão outorgada à TV Vale do Paraíba Ltda. para explorar , pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo”.</p> <p>RELATOR: Deputado VITOR LIPPI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 461/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 56, de 21 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Jaraguari a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Jaraguari, Estado do Mato Grosso do Sul”.</p> <p>RELATOR: Deputado LOESTER TRUTIS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>



TVR 462/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 57, de 21 de fevereiro de 2014, que autoriza a Associação de Desenvolvimento Cultural da Rádio Difusão de Mataraca a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mataraca, Estado da Paraíba”.</p> <p>RELATOR: Deputado GERVÁSIO MAIA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	29/05/2019
TVR 463/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 365, de 25 de abril de 2014, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Porto Grande FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Grande, Estado do Amapá”.</p> <p>RELATOR: Deputado HÉLIO LEITE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 464/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3088, de 27 de novembro de 2014, que autoriza a Associação Comunidade Nova Tufilândia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tufilândia, Estado do Maranhão”.</p> <p>RELATOR: Deputado CLEBER VERDE.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 465/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1581, de 10 de maio de 2016, que autoriza a Associação Comunitária de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer de Santa Fé do Araguaia a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Santa Fé do Araguaia, Estado do Tocantins”.</p> <p>RELATOR: Deputado TIAGO DIMAS.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019



<p>TVR 466/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3683, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Batalha a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Batalha, Estado do Piauí”.</p> <p>RELATORA: Deputada MARGARETE COELHO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>16/04/2019</p>
<p>TVR 467/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3685, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultural de Nossa Senhora do Ó a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco”.</p> <p>RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>26/06/2019</p>
<p>TVR 468/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4043, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultural dos Assentamentos da Puba a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Batalha, Estado do Piauí”.</p> <p>RELATORA: Deputada MARGARETE COELHO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>29/05/2019</p>
<p>TVR 469/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5674, de 20 de dezembro de 2017, que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Cacimba Funda a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Aracati, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>26/06/2019</p>



TVR 470/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5865, de 20 de dezembro de 2017, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do P Sul - Adicops a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Ceilândia, Distrito Federal”.</p> <p>RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	26/06/2019
TVR 471/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1357, de 14 de março de 2018, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de São João da Serra a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São João da Serra, Estado do Piauí”.</p> <p>RELATORA: Deputada MARGARETE COELHO.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 472/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4192, de 28 de setembro de 2018, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Estiva a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Luís, Estado do Maranhão”.</p> <p>RELATOR: Deputado MÁRCIO JERRY.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 473/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7066, de 16 de janeiro de 2018, que autoriza a Associação Comunitária Integral a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Londrina, Estado do Paraná”.</p> <p>RELATOR: Deputado GUSTAVO FRUET.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019



<p>TVR 474/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.265, de 31 de outubro de 2018, que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Acopiara, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 475/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 5.379, de 17 de outubro de 2018, que outorga permissão à Fundação Cultural Terra dos Inhamuns para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Mombaça, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATOR: Deputado MARCO BERTAIOLLI.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>22/05/2019</p>
<p>TVR 476/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 757, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento de Simolândia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Simolândia, Estado de Goiás”.</p> <p>RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>26/06/2019</p>
<p>TVR 477/2018</p>	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.141, de 09 de maio de 2016, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Gama para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade do Gama, Distrito Federal”.</p> <p>RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	<p>26/06/2019</p>



TVR 478/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.086, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão e Jornalismo Comunitário Popular de Samambaia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal”.</p> <p>RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	03/07/2019
TVR 479/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.875, de 07 de junho de 2017, que renova a autorização outorgada à União das Associações de Moradores dos Bairros de Lajeado para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul”.</p> <p>RELATOR: Deputado DANIEL TRZECIAK.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 480/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 812, de 05 de julho de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Samambaia, Distrito Federal”.</p> <p>RELATOR: Deputado PROFESSOR ISRAEL BATISTA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	22/05/2019
TVR 481/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.691, de 04 de abril de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Pró-Vida de Sobradinho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Sobradinho, Distrito Federal”.</p> <p>RELATOR: Deputado LUIS MIRANDA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	03/07/2019



TVR 482/2018	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.692, de 04 de abril de 2018, que renova a autorização outorgada à Associação Cultural de Itapipoca para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Itapipoca, Estado do Ceará”.</p> <p>RELATOR: Deputado CAPITÃO WAGNER.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019
TVR 483/2019	<p>“submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto nº 9.654 de 27 de dezembro de 2018, que renova a concessão outorgada à TV Corcovado para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”.</p> <p>RELATOR: Deputado FELÍCIO LATERÇA.</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>APROVADO O PARECER.</p>	16/04/2019

Enendas orçamentárias aprovadas pela CCTCI

Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Tipo	Programa/Ação	Descrição	Aprovação
INCLUSÃO	2021/00LV	Bolsa para pesquisas no CNPq	03/07/19
INCLUSÃO	2021/NOVA	Pesquisa Voltada para Geração de Conhecimento e Inovação Tecnológica no Setor Agropecuário	03/07/19
TEXTO		Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis), o item: 64. Ações para desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação (art 218 caput e § 1º, da Constituição Federal)	03/07/19

TEXTO		Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis), o item: 5 – Despesas com as Ações vinculadas à Função Ciência, Tecnologia e Inovação, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	03/07/19
TEXTO		Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis), o item: 64. Despesas com ações de Pesquisas e Desenvolvimento e de Transferência de Tecnologias vinculadas ao Programa 2042 – PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA, relacionadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	03/07/19
TEXTO		Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis), o item: 64. Ações do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)	03/07/19
TEXTO		Inclui no Anexo III (Despesas não Contingenciáveis), o item: 64. Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	03/07/19

Projeto da Lei Orçamentária Anual – LOA

Tipo	Program/Ação	Descrição	Aprovação
INCLUSÃO	999X/2E94	Implantação e revitalização de Centros Tecnológicos Agropecuários R\$ 200 milhões	16/10/19
ACRÉSCIMO	2205/20ZR	Projeto Semear R\$ 78 milhões e oitocentos e oitenta e quatro mil	16/10/19
ACRÉSCIMO	2204/00LV	Bolsa concedida para Pesquisa e Desenvolvimento R\$ 300 milhões	16/10/19
ACRÉSCIMO	2208/20UQ	Inclusão Social R\$ 200 milhões	16/10/19

Projeto da Lei do Plano Plurianual - PPA

Tipo	Programa	Descrição	Aprovação
INVESTIMENTO	2205	Implantação e Ampliação de Infraestrutura para Conexão à internet no Campo R\$ 200 milhões	16/10/19
OBJETIVO	2208	Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio privado R\$ 100 milhões	16/10/19
OBJETIVO	2204	Ampliar a capacidade científica do país na dimensão dos desafios da realidade brasileira R\$ 40 bilhões	16/10/19

Prontas para pauta*

Proposição	Evento
PL 755/15	<p>Do Sr. Betinho Gomes – que “Acrescenta dispositivos ao artigo 42 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para dispor sobre a distribuição dos recursos oriundos da comercialização dos direitos de transmissão de imagem de eventos esportivos”. (Apensado: PL 982/15)</p> <p>RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e do PL 982/2015, apensado, com substitutivo.</p>
PL 2.390/15	<p>Do Sr. Pastor Franklin - que “altera a Lei nº 8.069, de 12 de julho de 1990, criando o Cadastro Nacional de Acesso à Internet, com a finalidade de proibir o acesso de crianças e adolescentes a sítios eletrônicos com conteúdo inadequado”. (Apensados: PL 3597/15; PL 5016/16; PL 6449/16; PL 5191/19; PL 7689/17; PL 5096/16; PL 8461/17; PL 5211/19)</p> <p>RELATORA: Deputada TABATA AMARAL</p> <p>PARECER: pela rejeição deste, do PL 3597/2015, do PL 5016/2016, do PL 5096/2016, do PL 8461/2017, do PL 6449/2016, do PL 5191/2019, e do PL 5211/2019, apensados, e pela aprovação do PL 7689/2017, apensado, com substitutivo.</p>



PL 4.952/16	<p>Do Sr. Aureo – que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a veiculação obrigatória, em emissoras de rádio e televisão, de campanha de saúde pública em caso de epidemia”.</p> <p>RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.</p>
PL 5.130/16	<p>Do Sr. João Arruda – que “Acresce o inciso XIV ao Art 7º, revoga os incisos III e IV do Art 12 e dá nova redação ao § 6º do Art 13 e ao § 4º do Art 15 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2.014”. (Apensados: PL 5172/16; PL 5176/16; PL 5204/16; PL 5318/16; PL 5529/16; PL 5530/16; PL 6061/16; PL 6236/16; PL 1061/19)</p> <p>Explicação da Ementa:</p> <p>Propõe a exclusão da proibição ou da suspensão de atividades de provedores como forma de sanção.</p> <p>RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET.</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do PL 5172/2016, do PL 5176/2016, do PL 5529/2016, do PL 5530/2016, do PL 6061/2016, do PL 6236/2016, do PL 1061/2019, e do PL 5204/2016, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5318/2016, apensado.</p>
PL 8.814/17	<p>Do Senado Federal – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações”, para estabelecer o direito de o usuário bloquear o uso do telefone celular em caso de furto, roubo ou extravio, assegurada a manutenção do código de acesso”. (Apensados: PL 377/2007; PL 5351/2009; PL 2973/2008; PL 5518/2009; PL 5520/2009; PL 5886/2009; PL 2135/2011; PL 3401/2019; PL 3217/2012; PL 3834/2019; PL 4364/2019; PL 667/2015; PL 2087/2015; PL 1651/2015; PL 4733/2016; PL 6955/2017; PL 5951/2016; PL 6571/2016; PL 6579/2016; PL 9415/2017; PL 749/2019)</p> <p>RELATORA: deputada TABATA AMARAL</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do PL 2973/2008, do PL 5886/2009, do PL 667/2015, do PL 5951/2016, do PL 9415/2017, do PL 2135/2011, do PL 3401/2019, do PL 2087/2015, do PL 6571/2016, e do PL 6579/2016, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 5351/2009, do PL 5518/2009, do PL 5520/2009, do PL 3217/2012, do PL 1651/2015, do PL 749/2019, do PL 3834/2019, do PL 4733/2016, do PL 6955/2017, do PL 377/2007, e do PL 4364/2019, apensados.</p>
PL 9.979/18	<p>Do Sr. Ricardo Izar – que “Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, para estabelecer a aplicação dos recursos do fundo no financiamento da previdência social”.</p> <p>RELATOR: deputado ALEX SANTANA</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p>



<p>PL 10.762/18</p>	<p>Do Sr. Odorico Monteiro e outros - que "Dispõe sobre a criação do Serviço Social e Serviço de Aprendizagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) para a promoção social e aprendizagem de trabalhadores da categoria econômica, em âmbito nacional.</p> <p>RELATOR: deputado ALEX SANTANA</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, e da Emenda apresentada na Comissão, com subemenda.</p>
<p>PL 11.252/18</p>	<p>Do Sr. Carlos Henrique Gaguim – que "Aborda sobre a responsabilidade penal dos provedores de acesso à rede mundial de computadores - Internet e dos provedores de conteúdo ou informações".</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p>
<p>PL 11.261/18</p>	<p>Do Sr. Carlos Henrique Gaguim – que "Dispõe a respeito de conteúdos relacionados a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida nas programações veiculadas pela EBC - Empresa Brasil de Comunicação".</p> <p>RELATOR: deputado FELIPE RIGONI</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.</p>
<p>PL 1.776/19</p>	<p>Do Sr. Wladimir Garotinho – que "Dá nova redação ao artigo 289, §§ 1º e 2º acrescenta artigo 290-A, ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e o artigo 1º da Lei nº 8.639, de 31 de março de 1993.</p> <p>RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET</p> <p>PARECER: pela rejeição.</p>
<p>PL 3.048/19</p>	<p>Da Sra. Daniela do Waguinho – que "Esta Lei altera o texto da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para estabelecer a gratuidade na emissão de certificados digitais a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos".</p> <p>RELATORA: deputada ANGELA AMIN</p> <p>PARECER: pela rejeição</p>
<p>PL 4.510/19</p>	<p>Do Sr. Marcos Aurélio Sampaio – que "Dispõe sobre o alerta geral, alterando a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990".</p> <p>RELATOR: deputado GUSTAVO FRUET</p> <p>PARECER: pela aprovação, com substitutivo.</p>

(*) em 21/12/2019

Aguardando parecer do relator

Proposição	Ementa
PL 3.894/00	<p>Do Sr. Pompeo de Mattos - que "Disciplina a publicidade e propaganda dos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciário, e entidades da administração indireta". (Apensados: PL 4327/2001; PL 1330/2003; PL 6106/2005; PL 7206/2006; PL 2143/2015; PL 7587/2006; PL 5155/2009; PL 5329/2013; PL 5215/2016; PL 2895/2015; PL 3270/2019; PL 3839/2019; PL 665/2007; PL 4772/2009; PL 10443/2018; PL 7365/2010; PL 1742/2011; PL 2426/2011; PL 3850/2012; PL 1467/2019; PL 3934/2012; PL 4167/2012; PL 4170/2012; PL 4866/2012; PL 5076/2013; PL 6202/2013; PL 4579/2016; PL 1184/2019; PL 1100/2019; PL 2867/2019; PL 5331/2019; PL 6530/2013; PL 6939/2013; PL 480/2019; PL 4892/2019; PL 7326/2014; PL 7610/2014; PL 1086/2015; PL 1908/2015; PL 3669/2015; PL 3489/2019; PL 4066/2015; PL 6624/2016; PL 6821/2017; PL 7565/2017; PL 9760/2018; PL 985/2019; PL 3575/2019; PL 6.168/2019)</p> <p>RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA</p>
PL 4.026/04	<p>Do Sr. Claudio Magrão – que "Dispõe sobre os limites à concentração econômica nos meios de comunicação social, e dá outras providências". (Apensado: PL 6.667/09)</p> <p>RELATOR: deputado DOMINGOS NETO</p>
PL 4.549/08	<p>Do Sr. Edson Duarte - que "Estabelece normas para o arrendamento de espaço na grade horária de transmissão das emissoras de radiodifusão de sons e de sons e imagens". (Apensados: PL 2.897/11, PL 4.021/12)</p> <p>RELATOR: deputado ROBERTO ALVES</p>
PL 490/11	<p>Do Senado Federal – que "Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que "institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências", para disciplinar a denominação das entidades autorizadas a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária". (Apensados: PL 4186/1998; PL 1513/1999; PL 2949/2000; PL 2519/2011; PL 6437/2013; PL 5049/2019; PL 4225/1998; PL 6851/2002; PL 4156/2001; PL 4165/2001; PL 8162/2014; PL 5669/2001; PL 6464/2002; PL 1550/2003; PL 1665/2003; PL 7046/2006; PL 1594/2003; PL 1632/2015; PL 2790/2015; PL 8386/2017; PL 2105/2003; PL 2189/2003; PL 2535/2011; PL 5189/2013; PL 8177/2017; PL 7542/2006; PL 7284/2017; PL 2480/2007; PL 3790/2008; PL 4799/2009; PL 1523/2011; PL 7397/2014; PL 7398/2014; PL 5706/2019; PL 7584/2014; PL 8249/2017; PL 2740/2019; PL 1944/2011; PL 7729/2014; PL 1230/2015)</p> <p>Explicação da Ementa:</p> <p>Proíbe o uso da sigla "FM" na denominação das rádios comunitárias.</p> <p>RELATOR: deputado SILAS CÂMARA</p>

<p>PL 12/15</p>	<p>Do Sr. Lucas Vergilio – que “Dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências”. (Apensados:PL 4612/19; PL 4901/19) RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR</p>
<p>PL 1.676/15</p>	<p>Do Sr. Veneziano Vital do Rêgo – que “Tipifica o ato de fotografar, filmar ou captar a voz de pessoa, sem autorização ou sem fins lícitos, prevendo qualificadoras para as diversas formas de sua divulgação e dispõe sobre a garantia de desvinculação do nome, imagem e demais aspectos da personalidade, publicados na rede mundial de computadores, internet, relativos a fatos que não possuem, ou não possuem mais, interesse público”. (Apensados : PL 2712/2015; PL 346/2019; PL 10860/2018; PL 5776/2019) RELATOR: deputado VINICIUS POIT</p>
<p>PL 2.498/15</p>	<p>Do Sr. Aureo – que “Acrescenta artigos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para obrigar os provedores de conexão e os provedores de aplicação de internet a criarem centros de atenção aos usuários compulsivos de serviços de internet e de redes sociais”. RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO</p>
<p>PL 2.514/15</p>	<p>Do Senado Federal - CPI - Pedofilia - que “Disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e de transferência de dados informáticos mantidos por fornecedor de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação criminal envolvendo delito contra criança ou adolescente, e dá outras providências”. (Apensado: PL 7873/17) RELATOR: deputado ROBERTO ALVES</p>
<p>PFC 77/16</p>	<p>Da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de crimes cibernéticos – que “Propõe que a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, as ações de acompanhamento e controle da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel acerca da correta bilhetagem dos serviços de dados por parte das prestadoras do Serviço Móvel Pessoal”. RELATORA: deputada ANGELA AMIN</p>
<p>PL 6.191/16</p>	<p>Da Sra. Erika Kokay – que “Dispõe sobre a publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual”. (Apensado: PL 2558/19) RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA</p>

PL 6.812/17	<p>Do Sr. Luiz Carlos Hauly – que “Dispõe sobre a tipificação criminal da divulgação ou compartilhamento de informação falsa ou incompleta na rede mundial de computadores e dá outras providências”. (Apensados: PL 7604/17; PL 8592/17; PL 9533/18; PL 9554/18; PL 9647/18; PL 9761/18; PL 9838/18; PL 9884/18; PL 9931/18; PL 200/19; PL 241/19; PL 2601/19; PL 2602/19)</p> <p>RELATOR: deputado ALEX SANTANA</p>
PL 7.665/17	<p>Do Sr. Aureo – que “Institui, no âmbito da União, o Cadastro Nacional de Restrição das Ligações de Telemarketing (CadTele)”.</p> <p>RELATOR: deputado RONALDO MARTINS</p>
PL 7.851/17	<p>Do Sr. André Figueiredo – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre contratação e cobrança de Serviços de Valor Adicionado”. (Apensados: PL 10.407/18; PL 4.103/19)</p> <p>RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO</p>
PL 8.979/17	<p>Da Sra. Shéridan – que “Modifica a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, estendendo a vedação de que trata o art 38 aos parentes de primeiro grau de quem esteja no gozo de imunidade parlamentar ou de foro privilegiado”.</p> <p>RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA</p>
PL 9.039/17	<p>Do Sr. Pompeo de Mattos – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para priorizar a cobertura de telefonia móvel nas áreas rurais”.</p> <p>RELATOR: deputado AFONSO MOTTA</p>
PL 9.049/17	<p>Do Sr. Capitão Augusto – que “Acrescenta parágrafo ao art 36 da Lei nº 12.529, de 2011, para estabelecer como infração à ordem econômica a concentração decorrente de monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social”.</p> <p>RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO</p>
PDC 931/18	<p>Do Sr. Celso Russomanno – que “Susta os efeitos dos incisos I, II e III do art. 16 e dos incisos I, II e III do art. 17 da Resolução nº 574, de 28 de outubro de 2011, da Agência Nacional de Telecomunicações”.</p> <p>RELATOR: deputado VITOR LIPPI</p>
PL 10.378/18	<p>Do Sr. Hildo Rocha – que “Altera a Lei nº 13.649, de 2018, para permitir a retransmissão de serviços de radiodifusão sonora entre municípios de um mesmo Estado da Amazônia Legal”. (Apensados: PL 10404/18; 4435/19)</p> <p>RELATOR: deputado SILAS CÂMARA</p>
PL 10.414/18	<p>Da Sra. Rejane Dias – que “Autoriza a criação do Programa de Intercâmbio para o Ensino Médio - PIEM, e dá outras providências”.</p> <p>RELATORA: deputada MARGARIDA SALOMÃO</p>

PL 10.637/18	Do Senado Federal – que “Altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para aumentar o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária”. RELATOR: deputado SILAS CÂMARA
PL 10.919/18	Do Sr. Célio Silveira – que “Acrescenta parágrafo ao art 36, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para obrigar a identificação publicitária na exibição e na divulgação patrocinadas de produtos e serviços, independentemente da forma ou meio de veiculação”. RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA
PL 10.970/18	Do Sr. JHC – que “Inclui programas de informática de código aberto na lista de preferência nas aquisições de bens e serviços de informática e automação”. RELATOR: deputado ALEX SANTANA
PDL 110/19	Do Sr. Rui Falcão – que “Susta, nos termos da Constituição Federal, a Portaria-Presidente no 216, da Empresa Brasil de Comunicação, publicada em 09 de abril de 2019, que estabelece que a programação das emissoras de televisão TV Brasil e TV Nacional Brasil - NBR será apresentada em um só canal”. (Apensado: PDL 111/19) RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
PL 222/19	Do Sr. Roberto Lucena – que “Institui a Semana Nacional da Ética e da Cidadania, a ser comemorada, anualmente, em todo o território nacional na primeira semana de junho, e dá outras providências”. (Apensados: PL 2815/2019; PL 4742/2019; PL 3664/2019) RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA
PL 542/19	Da Sra. Maria do Rosário – que “Dispõe sobre a isonomia no tratamento dos veículos de imprensa em entrevistas coletivas de imprensa concedidas por representantes dos Poderes da República, Órgãos Públicos ou de Instituições Públicas”. RELATOR: deputado MÁRCIO JERRY
PDL 666/19	Do Sr. Glauber Braga e outros – que “Susta os efeitos do Decreto nº 10.066, de 15 de outubro de 2019, que dispõe sobre a qualificação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República”. RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
PL 760/19	Do Sr. Bacelar – que “Dá nova redação aos dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências”. RELATOR: deputado FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR

PL 847/19	<p>Do Senado Federal – que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar o crime de conduta cibernética prejudicial à saúde, à incolumidade física ou psíquica ou à vida de outrem”. (Apensado: PL 1267/19)</p> <p>RELATOR: Deputado GERVÁSIO MAIA</p>
PL 1.294/19	<p>Do Sr. Marcelo Ramos – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, sujeitando as prestadoras de serviços de telecomunicações à suspensão da venda de novos acessos em caso de reiterada aplicação de multas”.</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p>
PL 1.307/19	<p>Do Sr. José Medeiros – que “Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer como circunstância agravante da pena a divulgação de cena do crime”. (Apensados: PL 1534/19; PL1742/19)</p> <p>RELATORA: deputada ANGELA AMIN</p>
PL 1.368/19	<p>Do Sr. Leonardo Monteiro – que “Institui o Fundo de Universalização dos Serviços Postais – FUSP”.</p> <p>RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO</p>
PL 1.585/19	<p>Do Sr. Dr. Jaziel – que “Altera o Decreto Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940, altera a 12.965 de 23 de abril de 2014 e dá outras providências”. (Apensados: PL 1797/19; PL 2285/19; PL 2463/19)</p> <p>RELATOR: deputado MÁRCIO JERRY</p>
PL 1.721/19	<p>Do Sr. Charles Fernandes – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que “dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995”, para estabelecer a obrigatoriedade de oferta de serviços de telefonia móvel e de internet móvel ao longo de rodovias federais”. (Apensados: PL 2172/19; PL 5664/19; PL 6449/19)</p> <p>RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO</p>
PL 1.795/19	<p>Do Sr. Julian Lemos – que “Obriga fabricantes de equipamentos eletrônicos de comunicação e informática que especifica a divulgarem alerta sobre possíveis danos à saúde de crianças, decorrentes de seu uso prolongado e ininterrupto”.</p> <p>RELATOR: deputado VITOR LIPPI</p>
PL 2.442/19	<p>Da Sra. Erika Kokay – que “Proíbe a utilização de mensagens subliminares na propaganda veiculada nas emissoras de radiodifusão”.</p> <p>RELATOR: deputado ROBERTO ALVES</p>
PL 2.866/19	<p>Do Sr. Fábio Faria – que “Dispõe percentuais mínimos de informações que serão obtidas pela internet na realização do Censo Demográfico pelo IBGE”.</p> <p>RELATOR: deputado ROBERTO ALVES</p>

<p>PL 2.926/19</p>	<p>Do Sr. Márcio Jerry – que “Veda o cancelamento, interrupção e o corte de bolsas concedidas pelos órgãos federais de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa”.</p> <p>RELATOR: deputado ROBERTO ALVES</p>
<p>PL 3.216/19</p>	<p>Da Sra. Edna Henrique – que “Acrescenta o art. 129-A à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para facultar ao assi- nante do Serviço Móvel Pessoal o cancelamento do contrato firmado com a empresa prestadora em caso de roubo, furto ou extravio do aparelho, nos termos em que especifica”.</p> <p>RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO</p>
<p>PL 3.389/19</p>	<p>Do Sr. Fábio Faria – que “Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 10 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para estabe- lecer a obrigatoriedade de fornecimento do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para cadastro em aplicações de internet. (Apensados: PL 4925/19; PL 5260/19; PL 6351/19)</p> <p>RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO</p>
<p>PL 3.420/19</p>	<p>Do Sr. Heitor Freire – que “Altera o a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de alterar o critério da multa aplicada às entidades de direito privado em caso de vazamento de dados pessoais”. (Apensado: PL 6149/19)</p> <p>RELATOR: deputado LUIS MIRANDA</p>
<p>PL 3.443/19</p>	<p>Do Sr. Tiago Mitraud e outros – que “Dispõe sobre a Prestação Digital dos Serviços Públicos na Administração Pú- blica - Governo Digital”. (Apensados: PL 4797/19)</p> <p>RELATOR: deputado FELIPE RIGONI</p>
<p>PL 3.611/19</p>	<p>Do Sr. Célio Silveira – que “Dispõe sobre as pesquisas clínicas/biomédicas com seres humanos; questões de gênero na ciência e na medicina, buscando a paridade nas coletas das amostras, de forma mais igualitária possível e dá outras providências”.</p> <p>RELATOR: deputado RONALDO MARTINS</p>
<p>PL 3.867/19</p>	<p>Do Sr. Enéias Reis – que “Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para qualificar o Serviço de Radiodifusão Comunitária como Organização da Sociedade de Interesse Público – OSCIP”.</p> <p>RELATOR: deputado CEZINHA DE MADUREIRA</p>
<p>PL 4.292/19</p>	<p>Do Sr. Paulo Teixeira – que “Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Lei do SeAC, para dispor que as empresas que prestam serviço de provimento de conteúdos idênticos aos distribuídos por meio do Serviço de Acesso Condicionado serão equiparadas a elas para todos os fins legais”. (Apensados: PL 4389/19; PL 5645/19; PL 4507/19; 5322/19))</p> <p>RELATOR: deputado VINICIUS POIT</p>

PL 4.300/19	Do Sr. Carlos Henrique Gaguim – que “Altera a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, para dispor sobre aplicação mínima de recursos do Funttel em capacitação de recursos humanos”. RELATOR: deputado VITOR LIPPI
PL 4.349/19	Da Sra. Dra. Soraya Manato – que “Estabelece a obrigatoriedade de aviso de saúde que especifica em fotos de modelos que forem manipuladas digitalmente”. RELATORA: deputada SÂMIA BOMFIM
PL 4.377/19	Do Sr. Pedro Augusto Bezerra – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para dispor sobre a oferta gratuita de pacote de encaminhamento de mensagens curtas de texto de telefonia celular”. RELATOR: deputado EDUARDO CURY
PL 4.828/19	Do Sr. Carmen Zanotto – que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas fabricantes de aparelhos celulares introduzirem aplicativo permanente nos aparelhos celulares que saem de fábrica e nos antigos para acionar a polícia em caso de violência contra a mulher”. RELATORA: deputada RENATA ABREU
PL 5.827/19	Do Sr. Sanderson – que “Altera a Lei nº 8.958, de 1994, para permitir a utilização dos recursos captados por instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica nas finalidades que especifica”. RELATORA: deputada ANGELA AMIN
PL 5.959/19	Do Sr. Luizão Goulart – que “Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para estabelecer o direito à portabilidade de dados pessoais ao usuário de provedores de aplicações de internet”. RELATOR: deputado RONALDO MARTINS
PL 6.301/19	Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança – que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para proibir que concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviços de radiodifusão recebam recursos públicos, a qualquer título, ou obtenham crédito junto a instituições financeiras constituídas sob a forma de empresa pública ou de sociedade de economia mista”. RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO
TVR 453/18	Do Poder Executivo – que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.839, de 28 de setembro de 2017, que autoriza a Associação Comunitária Cidade - ASCIDADE, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão”. RELATOR: deputado MÁRCIO JERRY

(*) em 21/12/2019

Aguardando designação de relator

Proposição	Evento
PL 8.518/17	Dos Srs. Vitor Lippi e Odorico Monteiro que “Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, disciplinando o licenciamento temporário para a instalação de infraestruturas de telecomunicações em áreas urbanas”. (Apensado: PL 4566/19).
PL 8.889/17	Do Sr. Paulo Teixeira – que “Dispõe sobre a provisão de conteúdo audiovisual por demanda (CAvD) e dá outras providências”. (Apensado: PL 9700/18) Dados Complementares: Altera a Medida Provisória, 2.228-1, de 2001.
PL 6.446/19	Do Sr. Bibó Nunes – que “Dispõe sobre a oferta, por fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) e outros sistemas similares de navegação global por satélite, de recurso de alerta ao usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de ocorrência de crimes”.
TVR 408/18	Do Poder Executivo – que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 4.369, de 21 de setembro de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação do Bairro Setor Aeroporto Campos de Belos, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Campos Belos, Estado de Goiás”.

(*) em 21/12/2019

Aguardando emendas

Proposição	Emenda
PL 5.959/19	Do Sr. Luizão Goulart – que “Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para estabelecer o direito à portabilidade de dados pessoais ao usuário de provedores de aplicações de internet”. RELATOR: Deputado RONALDO MARTINS
PL 6.301/19	Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança – que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para proibir que concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviços de radiodifusão recebam recursos públicos, a qualquer título, ou obtenham crédito junto a instituições financeiras constituídas sob a forma de empresa pública ou de sociedade de economia mista”. RELATOR: Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

(*) em 21/12/2019

Aguardando emendas ao substitutivo

Proposição	Emenda
PL 2.021/15	Dos Srs. Chico Alencar e outros – que “Condiciona a realização de entrevistas ou exibição de imagens de presos sob custódia do Estado no interior de delegacias ou estabelecimentos prisionais à prévia autorização judicial”. (Apensado: PL 4634/16) RELATORA: Deputada LUIZA ERUNDINA PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4634/2016, apensado.
PL 2.690/19	Do Sr. Mário Heringer – que “Cria o Sistema Brasileiro de Inventário Científico - SBIC, e dá outras providências”. RELATORA: Deputada TABATA AMARAL PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

PL 2.993/15	<p>Do Sr. Ronaldo Carletto – que “Dispõe sobre os aplicativos de mensagens multiplataforma na Internet”. (Apensado: PL 3003/15)</p> <p>RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, da Emenda 1/2019 da CCTCI, do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, e do PL 3003/2015, apensado, com Substitutivo.</p>
PL 3.298/19	<p>Do Sr. Loester Trutis – que “Lei Graziela Barroso que institui o Programa Nacional de Apoio à Iniciação Científica (PRONAIC)”. (Apensado: PL 3556/19)</p> <p>RELATOR: deputado GENERAL PETERNELLI</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição do PL 3556/2019, apensado.</p>

(*) em 21/12/2019

Aguardando vistas

Proposição	Evento
PL 7.263/17	<p>Do Sr. Altineu Côrtes – que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para coibir a comercialização de pacotes fechados de serviços de telecomunicações”. (Apensado: PL 7696/17)</p> <p>RELATORA: deputada CELINA LEÃO</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do PL 7696/2017, apensado, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor.</p> <p>Vista concedida em 17/12/2019.</p>
PL 8.195/17	<p>Do Sr. Heuler Cruvinel - que “Cria o Cadastro Nacional para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, mensagens instantâneas e dá outras providências”. (Apensado: PL 8230/17).</p> <p>RELATOR: deputado CARLOS CHIODINI</p> <p>PARECER: pela aprovação deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor, e do PL 8230/2017, apensado, com substitutivo.</p> <p>Vista concedida em 17/12/2019.</p>

(*) em 21/12/2019

Outras situações

Proposição	Evento
PL 7.182/17	<p>Do Senado Federal – que “Acrescenta inciso XIV ao art. 7º da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para vedar a implementação de franquia limitada de consumo nos planos de internet banda larga fixa”.</p> <p>RELATOR: deputado ANDRÉ FIGUEIREDO</p> <p>PARECER: pela aprovação</p> <p>Encaminhado à CCP em virtude de apensação ao PL 6042/13.</p>
PL 11.022/18	<p>Da Sra. Clarissa Garotinho – que “Determina que as bases de dados curriculares que permitem o preenchimento por estudantes e profissionais através da internet, ou qualquer outro meio, de currículos devem possuir campo opcional para declaração de licença maternidade e licença por motivo de tratamento de saúde”.</p> <p>RELATORA: deputada LUIZA ERUNDINA</p> <p>Encaminhado à CCP em virtude da revisão do despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 11.022/2018, para incluir o exame pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.</p>
PL 803/19	<p>Do Sr. David Soares- que “Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para inserir a possibilidade de adaptação das outorgas do Serviço de TV por Assinatura - TVA, criado pelo Decreto nº 95.744, de 23 de fevereiro de 1988, para serviços de radiodifusão de sons e imagens.</p> <p>RELATOR: deputado VITOR LIPPI</p> <p>Encaminhado à CCP em virtude da retirada de tramitação a pedido do autor.</p>
PL 1.267/19	<p>Do Sr. Carlos Henrique Gaguim – que “Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), e o DecretoLei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para combater a incitação à prática de trote ou outra conduta perniciososa na internet”.</p> <p>RELATOR: deputado CARLOS CHIODINI</p> <p>Apensado ao PL 847/19, em 26/11/2019.</p>

<p>PL 1.351/19</p>	<p>Do Sr. Gilberto Abramo – que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995, para estabelecer o direito de os usuários dos serviços de telecomunicações acessarem gratuitamente os conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet pela União e órgãos da administração pública federal.”</p> <p>RELATOR: deputado JULIO CESAR RIBEIRO</p> <p>PARECER: pela aprovação.</p> <p>Encaminhado à CCP em virtude da retirada de tramitação a pedido do autor.</p>
<p>PL 3.390/19</p>	<p>Do Sr. Marcelo Ramos - que “Altera as Leis nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências”.</p> <p>RELATOR: deputado VINICIUS POIT</p> <p>Encaminhado à CCP em virtude da retirada de tramitação a pedido do autor.</p>
<p>PL 3.759/19</p>	<p>Da Sra. Renata Abreu – que “Altera as Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, estabelecendo prazo para que o Poder Executivo se manifeste sobre os pedidos de renovação de outorga de ra - diodifusão sonora e de sons e imagens.</p> <p>RELATORA: deputada ANGELA AMIN</p> <p>PARECER: pela rejeição.</p> <p>Encaminhado à CCP em virtude da retirada de tramitação a pedido do autor.</p>
<p>PL 3.869/19</p>	<p>Do Sr. Vinicius Carvalho – que “Altera o inciso IV do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre os serviços de telecomunicações previstos no inciso XI do art. 21 da Constituição Federal.”</p> <p>RELATOR: deputado ROBERTO ALVES</p> <p>Encaminhado à CCP em virtude da retirada de tramitação a pedido do autor.</p>
<p>PL 4.507/19</p>	<p>Do Sr. JHC – que “Revoga o artigo 5º da lei nº 12.485/2011 que “Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências” para revogar a vedação de que o controle ou a titularidade de participação superior a 50% (cinquenta por cento) do capital total e votante de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, sob qualquer forma, sejam detidos por concessionárias e permissionárias de radiodifusão sonora e de sons e imagens e por produtoras e programadoras com sede no Brasil, ficando permitido a estas explorar diretamente aqueles serviços. (Apensado: PL 5322/19)</p> <p>RELATOR: deputado EDUARDO CURY</p> <p>PARECER: pela rejeição deste, e pela aprovação do PL 5322/2019, apensado.</p> <p>Apensado ao PL 4.292/19, em 16/12/2019.</p>



PL 5.870/19	<p>Do Sr. David Soares – que “Altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 para estabelecer a obrigatoriedade de fornecimento do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para acesso à internet”</p> <p>Tramitou apensado ao PL 3389/2019</p> <p>Encaminhado à CCP em virtude da retirada de tramitação a pedido do autor.</p>
PL 7.502/14	<p>Do Sr. Rubens Bueno – que “Regulamenta o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, para estabelecer limites de gastos para a publicidade de órgãos e entidades públicas, sanções nos casos de sua violação, e divulgação dos gastos em meio oficial.(Apensado: PL 3043/15)</p> <p>Encaminhado à CCP em virtude de desapensação do PL 3894/00 e novo despacho.</p>

(*) em 21/12/2019



Equipe Técnica

Secretário-Executivo

David Chaves Simões de Oliveira

Servidores da Secretaria

Cíntia Costa de Abreu

Christiano de Lima Silva

Eduardo Nunes dos Santos

Elizabeth Dias de Oliveira

Francisco das Chagas de Carvalho Silva

Gilmar Alves de Almeida

Luciana Dantas Mariz

Maria Gorette da Silva Pessoa

Paula Gonçalves dos Anjos

Priscilla Chaddad Raineri

Sandra Gaviano

Sasha Yasmine Jerez Libuy Miranda

Pró-adolescentes

Alinne Adila Marinho Campos

Maria Gabrielly Viana Fernandes

Colaboradores

Alessandro Pereira Lordello

Samantha Rocha Kupstaitis Serejo

Câmara dos Deputados

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Anexo II, Pav. Térreo, Ala A, Sala 51

CEP 70.160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6456/6453

<http://www.camara.leg.br/cctci>

cctci@camara.leg.br

Comissão de
Ciência e Tecnologia,
Comunicação e Informática



CÂMARA DOS
DEPUTADOS